



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS- FAJS  
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DISCIPLINA: Monografia**

**GERMANO JOSÉ AVENDAÑO CELIN**

**A Aliança dos Estados Unidos & Israel: a política externa estadunidense e  
seu conteúdo religioso.**

**BRASÍLIA - DF**

**2018**

**GERMANO JOSÉ AVENDAÑO CELIN**

**A Aliança dos Estados Unidos e Israel: a política externa estadunidense e seu conteúdo religioso.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Frederico Seixas

**Brasília-DF**

**2018**

**GERMANO JOSÉ AVENDAÑO CELIN**

**A Aliança dos Estados Unidos e Israel: a política externa estadunidense e seu conteúdo religioso.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel Relações Internacionais.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Frederico Seixas

**Brasília-DF, 21 de Setembro de 2018**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Orientador Frederico Seixas

---

Professor(a) Avaliador(a)

Dedico este trabalho a todos os meus mestres, do berçário ao diploma, e além.

## **Agradecimentos**

Dizem que a inspiração pode vir de qualquer lugar e nem sempre é muito bem conhecida. Mas, ao contrário do que pensam, eu conheço muito bem a minha. Pois, ela, antes de tudo, já sabia quem eu era e desde do tudo, já me inspirava. Como uma voz suave e firme, que destrói todas as lógicas da dualidade, veio e me disse desde o início aquilo que deveria ser feito, e quando eu me perdia, como por vezes ocorreu, em meio ao seu silêncio sentia de outras formas o seu impulsionar. A essa altura, devo falar que ela não é fruto da abstração do meu vasto imaginário como você pode estar a pensar, mas ela, na verdade, também é uma pessoa. Eu agradeço – sem capacidade de adjetivar o quão estonteado e extasiado me acho – primeiramente à ela e espero que soube captar, mesmo que uma fração inexpressiva da imensidão, do teu coração nessas páginas. Entendi que a ansiedade não pode ficar na presença do príncipe da paz. Ó quão grande és tu.

E como aprendi com essa voz a gratidão, jamais poderia não registrar o quão agradecido minha alma se encontra por cada uma das outras pessoas que fizeram parte de quem sou e me motivaram segundo suas maneiras mais peculiares e únicas. Estas são minha família, pai, mãe, irmã, vós, vós, tias e tios, primos e primas. Estas são meus amigos, os quais alguns sacrificaram algo de valioso para eles – seja o seu tempo comigo ou mesmo com a “pessoa de minha inspiração” – para que esse “projeto Isaque” viesse a tomar seu lugar na realidade, um especial “agradecido” a esses amigos(as), que sabem quem o são. Memórias desses quatro anos, perpetuarão comigo carregadas de nostalgia e apreço.

E por fim, mas não menos importante, uma imensurável gratidão ao meu professor Orientador, cuja contribuição foi de caráter inestimável para este ensaio.

Encerro minhas palavras, com um muito obrigado,  
Muito obrigado Espírito Santo, Deus e Jesus,  
Muito obrigado minha família,  
Muito obrigado amigos(as),  
E Muito obrigado Fred.

“Ao vencedor proporcionarei do maná escondido, bem como lhe darei uma pedra branca, e sobre esta pedra estará grafado um novo nome, o qual ninguém conhece, a não ser aquele que o recebe.”  
Bíblia Sagrada, Apocalipse 2:17

## **Resumo**

CELIN, Germano José Avendaño. *A Aliança dos Estados Unidos e Israel: a política externa estadunidense e seu conteúdo religioso*. Centro Universitário de Brasília – UNICEUB. Orientador: Professor Frederico Seixas Dias. Setembro de 2018.

O proposto por este ensaio é lançar um olhar investigativo sobre a política externa estadunidense na tentativa de perceber as variáveis que a compõe, ao tempo em que, identifica a presença de um conteúdo religioso próprio desta. Por meio das interações entre o Estado de Israel e os Estados Unidos da América, desde a criação do primeiro em 1948 até a data de produção do presente trabalho, busca-se compreender o caráter constitutivo ou justificativo dessa política externa no que se refere a esse conteúdo religioso, conduzindo a discussão no campo de Relações Internacionais se os caracteres subjetivos prosseguem tendo relevância quanto ao mover político ou não.

Palavras-chave: Religião, Política Externa, Estados Unidos da América, Israel, Constitutivo, Justificativo, Realismo Cristão, Aliança, RI.

## **Abstract**

CELIN, Germano José Avendaño. *The Alliance of the United States and Israel: US foreign policy and its religious content*. Centro Universitário de Brasília – UNICEUB.

Advisor: Professor Frederico Seixas Dias. September 2018.

The purpose of this essay is to launch an investigative look at US foreign policy in an attempt to perceive the variables that compose it, while at the same time identifying the presence of its own religious content. Through the interactions between the State of Israel and the United States of America, from the creation of the first in 1948 until the date of production of the present work, it is sought to understand the constitutive or justifying nature of this foreign policy in relation to this religious content, leading the discussion in the field of International Relations if the subjective characters continue having relevance as to the political move.

Keywords: Religion, Foreign Policy, United States of America, Israel, Constitutive, Justification, Christian Realism, Alliance, IR.

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

**ADL Anti-Defamation League**

**AIPAC American Israel Public Affairs Committee**

**CFR Council Foreign Relations**

**CUFI Christian United for Israel**

**EUA Estados Unidos da América**

**ISIS Islamic State of Iraq and Syria/ Estado Islâmico**

**JCPOA Joint Comprehensive Plan of Action**

**MEI Middle East Institute**

**MOU Memorandum of Understanding**

**NSS National Security Strategy**

**NDAA National Defense Authorization Act**

**OLP Organização para a Libertação da Palestina**

**OM Oriente Médio**

**ONU Organização das Nações Unidas**

**PE Política Externa**

**R.I. Relações Internacionais**

**URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**

**WINEP Washington Institute for Near East Policy**



# Sumário

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1 Religião e política externa: o elemento constitutivo ou justificativo?	13
1.1 Realismo Político; Identidades e Interesses	16
1.2 Construtivismo; Identidades e interesses	19
1.2/5 “Fatores Ideacionais” dos estadunidenses	23
1.3 Christian Realism: realismo ou construtivismo?	24
1.4 Lobby de Israel na PE estadunidense; Identidade e Interesses	31
XX	
1.5 Conclusão	34
Capítulo 2 EUA & ISRAEL	36
2.1 Administração Truman: os primeiros anos de existência do Estado de Israel	37
2.2 Eisenhower, Kennedy e Johnson: o despertar de uma aliança	40
2.3 Nixon, Ford, Carter e Reagan: o ápice da “Guerra Fria”	46
2.4 De George H. W. Bush à Barack Obama: mudanças na geopolítica mundial	49
2.5 As duas linhas de pensamento e o “Lobby de Israel”	54
2.6 Conclusão	57
Capítulo 3 ADMINISTRAÇÃO DONALD TRUMP	59
3.1 O imaginário do governo Trump	60
3.2 Políticas de Trump	
3.2.1 Síria	68
3.2.2 Iraque	72
3.2.3 Israel	75
3.3 O conteúdo religioso: Constitutivo ou Justificativo?	79
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	85

## Introdução

Permitir-se pensar no escopo das relações internacionais contemporâneas, contemplando sua vastidão de temáticas a serem trabalhadas e esbarrar nas constantes políticas externas voltadas a segurança internacional motivadas por persistentes atos de terrorismo, além da precariedade da qualidade de vida humana em regiões palco de conflitos como o Oriente Médio, suscita e traz de imediato uma sensibilidade a essas problemáticas, guiando-nos a um sentimento e desejo de rompimento desses desafios. A partir do qual, pode-se identificar nos atores, bem como, na relação entre eles, Estados Unidos e Israel, um caráter de protagonismo na região mencionada. Entre os motivos, faz-se o conflito Israel-Palestino, a conturbada relação de Israel com seus vizinhos e a aliança EUA-Israel, a qual desencadeou sentimentos antiamericanos na região e atos terroristas, razões que acabam por dificultar o desafio do estabelecimento da paz no Oriente Médio. A discussão acaba por se tornar ainda mais complexa a medida que fatores objetivos, como interesses estratégicos racionais, não são os únicos a ditarem a interação entre esses países, mas variáveis subjetivas, como a religião, identidades coletivas e compartilhamentos de valores - a exemplo dos democráticos-, mostram-se como possíveis motivações e causas para a permanência desta aliança e servem como ponto de partida para as decisões de política externa estadunidense em direção ao Oriente Médio.

Este conteúdo religioso, presente na PE estadunidense mais explicitamente ao envolver o Estado judeu, é o objeto central deste ensaio. O proposto pelo presente trabalho é, portanto, explorar o “mito da relação especial” entre esses Estados, percebendo as constâncias e inconstâncias de suas interações. Como a retórica do compartilhamento de valores tanto morais, advindos da religião cristã, como elemento construtivo da sociedade estadunidense, quanto seculares, como a democracia, moldaram ou ajudaram por sustentar esse relacionamento. A ponto de torná-lo tão “inquebrável”<sup>1</sup>, como nas palavras do ex-presidente Barack Obama e do atual presidente Donald Trump. Investigar-se-á se a religião cristã foi e tem sido determinante na política externa estadunidense na região do Oriente Médio, mesmo em cenários nos quais a escolha mais racional apontasse para o esfriamento da relação entre esses países.

---

<sup>1</sup> SHERWOOD, Harriet. Barack Obama hails ‘eternal’ US-Israel alliance at start of Middle East visit. The Guardian. 20 Mar, 2013.

<sup>2</sup> ARMANIAN, Nazanín. 16 tópicos: razões e consequências da mudança da Embaixada estadunidense a

Dessa forma, têm-se como pilares de sustentação dessa aliança através do tempo quatro variáveis, o realismo de interesses e objetivos estratégicos, as percepções advindas da identidade social, a moral religiosa e o Lobby de Israel. O desafio é identificarmos qual das variáveis seria a determinante do mover político estadunidense, concomitantemente, em que se desvende o seu caráter constitutivo ou justificativo. A primeira variável listada percebe o conteúdo religioso e as subjetividades do discurso político como justificativos. Enquanto, o segundo e o terceiro, admitem caráter constitutivo ao mesmo. Percebe-se, quanto a esse conteúdo religioso, que se a política externa estadunidense for constitutiva ele será determinante, se for justificativa ele será apenas instrumento.

O Lobby de Israel é uma variável que se diferencia das demais por ele ser também um ator da dinâmica política e, dessa forma, assume os dois caracteres. A importância de considera-lo para a proposta deste ensaio será percebida no capítulo que se segue.

Os três capítulos serão organizados de maneira que se possibilite ao findar da proposta ser conduzido às conclusões quanto ao objeto de estudo. Dessa forma, a primeira parte se preocupa por tornar conhecida as “lentes” teóricas por quais olharemos para os fenômenos expostos adiante, concomitantemente, que evidencia as origens dos valores morais estadunidenses, mais precisamente, referente as propriedades que compõem essa sociedade, como a religião cristã, e apresenta de forma clara as tipologias “justificativa” e “constitutiva” como recurso classificatório e instrumental para àquilo que se propõe neste ensaio. A Segunda parte se encarrega de analisar, a partir das categorias do capítulo primeiro, todo o período interacional entre os EUA e o Estado de Israel, desde o surgimento do último em 1948 até a administração Obama - 2016 -, com o objetivo de possibilitar a identificação de um padrão no relacionamento estudado e entender como o mesmo se sucedeu, para a partir do exposto verificar o peso que a religião apresentou em dialética com as demais variáveis no resultado histórico alcançado. E a Terceira e última parte, concentra-se na mais recente administração estadunidense à data desta produção, o governo Donald Trump. Pois, acredita-se que um estudo de casos mais específicos, como suas escolhas políticas externas em direção a região do Oriente Médio – Síria, Irã e Israel – e o arcabouço ideológico no qual está apoiado sua gestão, por fim, irão por terminar de compor base satisfatória para responder as inquietações propostas.

Os desdobramentos da aliança EUA-Israel podem ser percebidos no conflito Israel-Palestino que, por vezes, mostrou-se no epicentro das administrações dos EUA, bem como, na preocupação estadunidense com a proteção do Estado judeu. Para tal, montantes de dólares em auxílio externo são direcionados em vista desta finalidade anualmente. Há ainda cooperação técnica entre esses países, e mais recentemente, no ano de produção deste ensaio, o presidente estadunidense em exercício, Donald Trump, decide por mudar a embaixada estadunidense de Tel-Aviv para Jerusalém, reconhecendo esta última como a capital do Estado de Israel, dando continuidade ao protagonismo de Israel e da região para a política externa dos EUA.

Ainda, é sabido a influência do positivismo no campo de Relações Internacionais, afinal, como em qualquer outra área dita como de humanas seu desafio tem sido (re)afirmar seu caráter científico e, para tal, constantemente tem escolhido ignorar elementos sensíveis à subjetividade humana, como a religião ou a identidade cultural, isto é, a quarta dimensão das relações internacionais, como definido por Hugo Rogelio Suppo (2013), em seu capítulo o papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das relações internacionais. O problema em questão é a influência que esses temas tidos como periféricos no campo tem exercido nas ações das relações interestatais, temas como a religião e a identidade tem estado constantemente envolvidos em questões de segurança internacional, bem como definidor de guerra e paz em determinadas regiões do globo. Pois, esses caracteres subjetivos tem possivelmente influenciado a política internacional, seja como fator decisivo ou instrumento retórico.

Em vista disto, resgatamos aqui, por ora, sua centralidade e, com esta finalidade, identificamos como atores relevantes desses cenários supracitados os estados nação Estados Unidos e Israel, como enunciados acima, pois por meio da manutenção de uma aliança que, possivelmente, é concebida, além dos interesses estratégicos, à vista de identidades culturais e religiosas, estas, outrora, como denunciado, ignoradas no meio acadêmico de RI, podem emitir ou obscurecer ações que tem como consequência esses conflitos, tendo em vista que estes são responsáveis por políticas externas diretamente ligadas à região em questão, sendo totalmente expressivos na busca pelo rompimento dos desafios aqui sensibilizados.

## Capítulo

### 1

#### *Religião e política externa: o elemento constitutivo ou justificativo?*

Exatos setenta anos após o surgimento do Estado de Israel, o governo de Trump se torna àquele que mudou a embaixada estadunidense de Tel Aviv para Jerusalém, reconhecendo esta, como a capital do estado judeu. Os argumentos do governo regente para tal decisão são diversos, bem como, as opiniões contrárias a mesma realizada por alguns pensadores políticos, como os seus próprios secretários de Estado, Rex Tillerson, e de Defesa, Jim Mattis<sup>2</sup>. A discussão se desenvolve sobre o prisma de que a mudança de local não seria a ação de política externa mais apropriada para região e nem a mais vantajosa, pelo contrário, seria responsável por dificultar possíveis resoluções do conflito Israel-Palestino e suscitar mais ainda a instabilidade no Oriente Médio, ainda, alguns pensadores veem esse “desvio” no interesse estratégico dos EUA como culpa de grupos de pressão pró-Israel presentes na política doméstica estadunidense. Contudo, os discursos proferidos para a legitimação de tal escolha, no dia de inauguração da embaixada estadunidense em Jerusalém, apoiam-se no reconhecimento por parte dos EUA de Israel como seu aliado e “amigo”, defensores de ideais e valores comuns que os unem, como a democracia, a liberdade e os Direitos Humanos, sendo o “certo a se fazer”. Nas palavras do presidente Trump, a transferência da embaixada com o reconhecimento de Jerusalém como capital do Estado Judeu seria de caráter tardia, prometida por muitos e, finalmente, realizada por ele, tornando-se “um magnífico tributo à paz”, mostrando ao mundo que os EUA são “confiáveis”, pois eles, “permanecem ao lado de seus amigos e aliados”<sup>3</sup>. O direito do Estado de Israel sobre a “Cidade Santa”, Jerusalém, encontraria sua fonte na Bíblia Sagrada, no livro de gênesis, pois seria dada ao povo hebreu pelo próprio *Yahweh*, o Senhor Deus, como exposto por John Hagee, pastor estadunidense e fundador da Christians United for Israel, em seu discurso durante a cerimônia de transferência da embaixada estadunidense para Jerusalém.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> ARMANIAN, Nazanín. 16 tópicos: razões e consequências da mudança da Embaixada estadunidense a Jerusalém, Carta Maior, dez. 2017.

<sup>3</sup> Opening ceremony of the US embassy in Jerusalem. FOX News. Maio 2018

<sup>4</sup> Idem.

A presente discussão se envolve no sentido sobre qual seria o peso da religião para provocar uma ação por parte dos EUA no que se refere a sua política externa, especificamente, para Israel e demais países da região do Oriente Médio e, se, tal fator é legítimo ao ser coerente com os interesses nacionais estadunidenses. O desafio, contudo, emerge da multiplicidade de “forças” que trazem complexidade a ideia de “interesse nacional” e que podem direcionar as decisões que os líderes tomam em situações de escolha política, essa variedade, por sua vez, invoca diversos “reinos” do campo de estudo de Relações Internacionais, os quais serão lidados nesta parte.

À vista do evento supracitado, pode-se observar algumas das variáveis, presentes nesses diversos “reinos”, que estão envolvidas na composição dessa política externa estadunidense. São, elas, os interesses/objetivos estratégicos dos EUA, discernidos pela teoria realista de RI, os conceitos morais, discutidos por Niebuhr por sua linha de pensamento que ficou conhecida como “*Christian realism*” (realismo cristão), a qual exerceu grande influência sobre o pensamento político da metade do século XX (1930-1960)<sup>5</sup>, os preceitos identitários e “fatores ideacionais” presentes nos discursos, trabalhados por correntes que compõem o construtivismo, e forças políticas internas do estado, sob a figura do “Lobby de Israel”. O proposto por esse capítulo será explorar essas condicionantes na tentativa de compreender a real inferência destas na política externa dos EUA, bem como, seu caráter “constitutivo” ou “justificativo”.

Dessa forma, a primeira parte deste ensaio, tem como objetivo tornar conhecido essas variáveis com a finalidade de identificar sua tipologia e sua relevância no processo decisório da política externa estadunidense, para assim seguir buscando concluir se os valores morais enunciados como alicerces da política externa estadunidense e, conseqüentemente, da aliança entre os dois países são constitutivos ou justificativos em seu movimento, isto é, sua ação derivada de uma determinante constante ou esporádica. Esta última, no sentido de seu uso se dar por conveniência para o alcance de determinado fim “estratégico”. Percebe-se que se nossa determinante for esporádica, a variável da ação de maior influência não seria os valores proferidos em si, mas o próprio interesse “realista”.

Quanto à forma dessa exploração, no que se refere a como o capítulo está organizado. Iniciar-se-á falando brevemente sobre a tipologia dessas variáveis - a sua classificação como

---

<sup>5</sup> LOVIN, Robin W. Reinhold Niebuhr and Christian Realism. Cambridge University Press. 1995

de caráter justificativo ou constitutivo - definindo o sentido destes termos para o proposto. Após, os axiomas da teoria realista serão lembrados. Seguindo por uma abordagem das perspectivas construtivistas, realizada por meio da dialética com o neoutilitarismo e as visões de demais correntes que o incorporam, com o objetivo de tornar claro o uso desta classificação e trazer os elementos subjetivos, identidades e “fatores ideacionais” à discussão. Assim, tomar-se-á liberdade de investigar o “reino” social que compõe o imaginário da sociedade estadunidense, tendo como motivo a sua relevância para temática do capítulo. A exploração dos conceitos morais acontecerá, a partir do realismo cristão de Niebuhr o fazendo dialogar com o realismo político, clássico, para tratar das diferenças de perspectivas e ênfases em relação às variáveis, tendo em vista que o último invocará os objetivos estratégicos como força no processo decisório. Finalmente, a dinâmica do “Lobby de Israel” será abordada, pois, por sua particularidade como ator, podemos observar a expressão actual de nossas duas tipologias, constitutivo e justificativo. O objetivo é de fixar as linhas de pensamento divergentes que servirão de base para uma observação das relações entre os EUA e Israel durante a história, a qual será a matéria dos próximos capítulos deste ensaio.

A lógica dessa classificação pode ser explicada por Wendt (1998), na ocasião da análise das teorias as quais ele as chama de causais e constitutivas. A primeira, tende a ser mais metódica, submete a realidade às interações de processos de diferentes temporalidades e independentes entre si que combinados gerariam o resultado que se busca compreender. A segunda, preocupar-se-ia com a estrutura, investigando como as propriedades do sistema estariam constituídas por meio de observações do mesmo. Assim, a teoria causal teria paralelo com o caráter “justificativo” aqui enunciado, entendendo como condicionantes separadas, quando combinadas poderiam explicar ou gerar tal evento desejado ou não; enquanto, a teoria constitutiva serviria como base para a classificação de mesmo nome, a medida que enxerga na forma como as propriedades do sistema estão dispostas - sendo a síntese momentânea de um dinâmico e contínuo processo de reprodução destas - a fonte geradora dos desdobramentos da realidade observada e, dessa forma, não podendo separar em temporalidade distintas como na perspectiva causal.

Contudo, talvez a lógica das tipologias propostas consegue ser melhor entendida por meio da exemplificação, portanto, tem-se no primeiro cenário um determinado indivíduo vivendo sua rotina, a qual consiste em se deslocar de sua residência a determinado local com a finalidade de exercer seu ofício, todavia, antes que, este, saia de sua moradia, de forma automática, põe sobre si uma vestimenta e vai, o ato nesse cenário acontece sem que o autor

“racionalize” sua ação, percebendo ela como inerente à sua consciência, ele simplesmente se veste para sair, caracterizando, assim, o que seria uma atitude de caráter constitutiva, isto é, o ator se move através de motivações intrínsecas estabelecidas por meio de um processo de reprodução contínuo. Na segunda ocasião, o indivíduo tem um interesse romântico em uma pessoa que encontrará no local por qual passará, tendo como por objetivo a conquista de tal, o indivíduo escolhe, de forma consciente, a vestimenta que usará para a ocasião, assim, o uso de algo inerente para seu benefício e porventura alcance de seus objetivos, caracterizaria uma ação de caráter justificativo, isto é, a atitude ocorre pelo uso de uma ideia constitutiva de forma intencional para o alcance de determinado fim, justificando sua ação. Seguindo este raciocínio, a presente parte deste ensaio se encerrará retomando esta tipologia e identificando como ela se aplica às variáveis percorridas.

### **1. 1 - Realismo político; Identidades e interesses**

Antes de se prosseguir, uma breve exposição dos axiomas do realismo se faz necessária para o entendimento dos conceitos do realismo cristão e suas propostas, bem como, dos preceitos construtivistas que agregam ao campo de R.I. anos após esta corrente estar consolidada e ser influente no mesmo.

Nas ideias dos realistas clássicos, o realismo, não deveria ser concebido como teoria, mas sim como a própria representação da realidade, isto é, pois trata esta, não como ela deveria ser mas sim como ela é.

A teoria realista clássica nos remete a ideia de prudência, as ações dos Estados são guiadas pelo desejo de permanecer no sistema internacional anárquico tal como se apresenta. Portanto, as alianças formadas nesse contexto visam a autopreservação do Estado que as toma, ou seja, sua sobrevivência. Essa anarquia do sistema internacional se mostra como o resultado das disputas constantes por poder dos Estados que o compõem.

Outra característica do realismo, o “Estado-centrismo” nos remete ao Estado como uma figura unitária e agente das relações internacionais com os outros agentes, também Estados, no sistema internacional. A soberania, a segurança e a defesa são as variáveis determinantes que regem as relações dos Estados no contexto internacional, admitindo como caráter primordial de todo o ator a racionalidade, que se refere à escolha da alternativa qual lhe renderá mais vantagens e benefícios comparada, todo o ator internacional deve agir com base na escolha racional de cada ação.



A exemplo disso, em uma ótica realista, percebe-se como atores protagonistas as unidades estatais e a relevância de suas ações medida sob a forma de “escolhas”, classificadas como racionais ou irracionais ao considerar se tal “escolha” foi responsável por alcançar determinado objetivo estratégico e, portanto, vantajoso ao ator que tomou tal ação.

Diante desse fato, é inconcebível para o realismo que os Estados tomem ações de políticas externas, as quais não encontrem respaldo no caráter estratégico ou que não almejem vantagem seja no presente ou mesmo no futuro<sup>6</sup>. Nas palavras de Johannes Haller, sobre a coerência dos estados com a ação baseada nos seus próprios interesses, “o estadista que foge disso merece ser enforcado”.

Os seis pontos de Hans Morgenthau, em *Política entre as Nações*, auxiliarão no paralelo do realismo com as demais forças apresentadas neste capítulo, possibilitando a observação de suas divergências fundamentais. Dessa forma, tem-se o primeiro ponto; “o realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana.”<sup>7</sup>, essa máxima, remete a perspectiva positivista, no momento em que aplica a ciência política leis que a regem, isto é, objetividade. O segundo, “A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder.” Complementa-se com o terceiro, “O realismo parte do princípio de que seu conceito-chave de interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente.”<sup>8</sup>, portanto, o realismo político concebe o interesse das nações como previsíveis ao enxergá-lo em termos de poder, ao mesmo tempo, que admite caráter transitório a ele de acordo com o contexto histórico e cultural.

O quarto ponto, traz a ideia da moralidade aplicada na política e assim define seu lugar:

O realismo político é consciente da significação moral da ação política, como o é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito...O realismo sustenta que os princípios morais universais não podem ser aplicados às ações dos Estados em sua formulação universal abstrata, mas que devem ser filtrados por meio das circunstâncias concretas de tempo e lugar. O indivíduo pode dizer por si próprio: "Fiatjustitia,

---

<sup>6</sup> NIEBUHR, 1932, p.43 apud Johannes Haller, *The Aera Buelow*

<sup>7</sup> MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações*. 1948, pp. 4-5

<sup>8</sup> Idem, pp. 6, 16

pereat mundus”, mas o Estado não tem o direito de dizer o mesmo, em nome daqueles que estão aos seus cuidados...o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade constitua um obstáculo à ação política vitoriosa, ela própria inspirada pelo princípio moral de sobrevivência nacional. Não pode haver moralidade política sem prudência, isto é, sem a devida consideração das consequências políticas da ação aparentemente moral.<sup>9</sup>

Porquanto, a ideia de moral para o realismo não deve ter lugar de influência numa situação de escolha política e, como no quinto: “O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo”<sup>10</sup>, não deve guiar os interesses do estado no sentido de levar a moral de determinada nação às outras, pois fazendo isto, estaria sujeito a destruir civilizações por meio de sua “cegueira” e “distorções de julgamento”. Agindo com injustiça, sendo que a justiça se encontraria, somente, nos interesses definidos em termos de poder. Em contrapartida a esses pilares, Niebuhr em *Moral Man Immoral Society*, vê a moralidade dos homens, nos grupos étnicos e raciais, que se inserem, ligada à capacidade de colocar os interesses do outro em prioridade, acima dos seus próprios, assim, como no cenário internacional isso não ocorre, seria certo a afirmação do realismo de que não existe moral no sistema internacional, mas isso não infere de que a moralidade no realismo não deva ser importante, pois para o autor, a falta dessa capacidade advém do próprio egoísmo humano<sup>11</sup>. Esta discussão ganhará espaço mais adiante ainda nesta parte do ensaio.

E em seu sexto ponto, nota-se que a própria teoria realista se difere consideravelmente das demais teorias do campo, “Portanto, é real e profunda a diferença existente entre o realismo político e outras escolas de pensamento.”<sup>12</sup>, e pela sua relevância, compõem uma das linhas de pensamento, “lente”, pela qual os fenômenos históricos dos próximos capítulos serão vistos, trazendo como seu axioma o objetivo estratégico das decisões políticas imediatamente conectado com as vantagens que renderá. O conceito da “balança de poder”<sup>13</sup> é produto desses preceitos e se refere a percepção de mundo baseado na distribuição dos termos de poder pelo sistema internacional.

---

<sup>9</sup> Idem. p. 20

<sup>10</sup> Idem. p. 21

<sup>11</sup> NIEBUHR, Reinhold. *Moral men imoral society*. 1932

<sup>12</sup> MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações*. 1948, pp. 22

<sup>13</sup> Idem p.45

Destarte, a explicação realista dos fatores subjetivos aqui discutidos, pode ser posta: políticas ideológicas são armas inevitáveis para a disputa de poder (MORGENTHAU, 1948, p.178). Dessa forma, o uso das ideias e a invocação dos discursos identitários e religiosos é proposto, na visão realista, como de caráter justificativo, pois seriam meros instrumentos de poder para conquistar o que se anseia.

## **1.2 - Construtivismo; Identidades e interesses**

Para elucidarmos nossos instrumentos de classificação das decisões políticas, tornar-se-ão conhecidos aqui os preceitos construtivistas, recorrendo a uma discussão dentro do campo de RI que teve, a partir dos anos de 1990's, grande espaço nos pensamentos de teoria das relações internacionais. Diante disso, a inquietude se inicia com a seguinte pergunta que cruza o caminho, "O que faz o mundo permanecer junto?", isto é, o que o mantém? Levado pelo desafio da resposta, John Ruggie, auxiliará em seu artigo de mesmo nome, *What makes World hang together?* (1998), na ocasião conduzido à reflexão por meio da exposição do físico nuclear, Edward Teller, que anunciou em um de seus cursos em Berkeley que mostraria "o que faz o mundo permanecer junto", e "assim o fez", de acordo com Ruggie. No artigo que tem como título a pergunta acima, Ruggie (1998), identifica as duas correntes de pensamento de TRI mais relevantes à época de sua escrita, o (neo)realismo e o (neo)liberalismo, os quais ascenderam nos anos de 1980's e acabaram por admitir convergências nos preceitos e premissas do neo-utilitarismo. Para, a partir disso, constituir uma crítica reflexiva sobre os limites do neo-utilitarismo, o qual por não considerar a influência do reino "ideacional" em direção a política internacional, teria "pontos cegos" em sua composição; como reação a esse vácuo, Ruggie (1998) vê o construtivismo emergir e ganhar importância dentro do campo de RI, este, tratando da "consciência humana e o seu papel na vida internacional" e evidenciando que não são somente as identidades e dos interesses socialmente construídos que se basearia a corrente construtivista mas, também, dos "reinos ideacionais" que emanam da capacidade humana e seus desejos. Ruggie (1998), explora as origens da incorporação do construtivismo em nosso campo, achando-as em Durkheim e Weber. O primeiro, busca por dar credibilidade aos fatores ideacionais tentando os positivar, tornando-os de cunho científico, pois, para Durkheim, esses fatores não são menos "reais" dos que os materiais da realidade, sendo suscetíveis aos modos de inquérito científicos padrões, a partir disto, o conceito de "fatos

sociais” nasce<sup>14</sup>. O segundo, entende o papel das ideias como fundamental para a ciência social, pois estão embutidos de “sentido” e “significância”, indo “além do conceito de utilidade”, para Weber, os atores não devem apenas se preocupar com os instrumentos racionais mas, também, com o processo de “auto-entendimento normativo” que afetará determinado grupo social, a partir disso, o seu método é desenvolvido em “tipos-ideais”<sup>15</sup>.

Ruggie (1998), partindo da premissa de que o neorealismo e o neoliberalismo, os quais se ligam ao neoutilitarismo, enxergam a identidade e interesses provenientes dessas subjetividades dos atores como exógenos e dados, fixados, considera como válido afirmar que, isto, representa e explica o porquê de suas falhas no reconhecimento de que identidades específicas são capazes de “moldar” o comportamento e os interesses dos atores, bem como, os resultados internacionais. Nessa ótica “os estados são, mas não se tornam”, e dentro dela se perde a relevância do “se tornar” do estado como uma nação e suas, porventura, mudanças de identidade, tendo em vista sua capacidade para tal, a exemplo da Alemanha e o Japão atuais, os quais se diferem em sua identidade do que eram no pré-2 Guerra. Dessa forma, ao contrário da premissa neoutilitarista, infere-se que a identidade e os interesses advindos dessas subjetividades são endógenos e socialmente construídos. Ruggie (1998) defende que as atitudes da política externa estadunidense vão além dos termos de utilidade, também, refletindo o próprio senso de ser como uma nação, essa sua visão de ser dos EUA envoltos em discursos expansionistas e altruístas, o excepcionalismo americano e o destino manifesto, o cosmopolitismo e a exportação da democracia que compõem os “fatores ideacionais” do povo estadunidense serão aprofundamos mais a frente deste capítulo.

Portanto, Ruggie, apresenta-nos em seu artigo de 1998, o arcabouço teórico, isto é, a cadeia axiomática do modelo construtivista, a qual é brevemente sumarizada e indicadora das diferenças de perspectiva entre as correntes observadas, sendo os seus esforços assim nominados por ele, “interesses e identidades”, “ideacional causal”, “Intencionalidade Coletiva”, “regras constitutivas”, “transformação” e o conceito de “*the question of agency*”.

Os conceitos de “interesses e identidades” para a visão construtivista já se encontram explorados neste capítulo, contudo, reafirma-se a importância em buscar as “origens dos

---

<sup>14</sup> DURKHEIM, 1898.

<sup>15</sup> WEBER, 1949.

fatores de identidades e normativos para que eles possam ser melhores teorizados”<sup>16</sup>. O “ideacional causal”, nos leva a refletir sobre o poder que os “fatores ideacionais”, como cultura, a formação da civilização e as identidades dos Estados, exercem como causalidade de determinada ação, para Ruggie (1998), contudo, esses “fatores ideacionais” entrariam para a categoria de “razões para ação”, não servindo como, de fato, a razão “causal” de uma abordagem política, mas como uma razão para tal ação, permanecendo relevante, no sentido que sem determinada “razão para ação”, o mesmo evento, “causal”, não teria a mesma “capacidade de causa”, isto é, não ocorreria de forma semelhante, devido a sua extensa problemática, exploraremos essa ideia sob o olhar da construção da sociedade estadunidense mais adiante. A “Intencionalidade Coletiva” nos apresenta como crenças que existem dentro da mente de cada indivíduo e que, ao mesmo tempo, é compartilhada com todos como uma “crença comum”, “nossa crença”, construtivistas conseguem identificar no sistema internacional a presença de ideias de “intencionalidade coletiva”, como a soberania, o dinheiro e os direitos a propriedade, que existem por meio de um compartilhamento de sentido e significado que são reconhecidos como válidos, através dessa intencionalidade coletiva de por assim fazer<sup>17</sup>. “Regras constitutivas” ocupam o vácuo deixado pela visão neoutilitarista, a qual só é capaz de admitir as regras como regulativas, isto é, só passível de existir se aquilo o qual ela esta regulando já existia antes dela, dessa forma, as “regras constitutivas” regulam o fenômeno o dando origem ou estando presente no seu nascimento<sup>18</sup>. “Transformação”, para os neoutilitaristas, nada de tão significativa estaria acontecendo no mundo para que suscitasse uma teoria de “transformação” e as características do sistema internacional, tais como o conflito, a busca por vantagens, a dinâmica de alianças e o uso da força, mostram a constância desse sistema, tendo em vista que ele sempre as possuiu, todavia, apesar de tais características serem, realmente, inerentes à ele, as identidades dessas características mudam no decorrer do tempo e, conseqüentemente, o produto que é gerado dessas interações no sistema internacional é e será diferente<sup>19</sup>. Por fim, um dos esforços mais relevantes para a proposta desse ensaio, é o de “*the question of agency*”, no qual está embutido a ideia de “*making history*”, esta, propõe que a grande questão não é mais defender o interesse nacional mas, sim, defini-lo, o realismo, portanto, não seria capaz de conceber em

---

<sup>16</sup> RUGGIE, John. What makes world hang together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist Challenge International Organization, Vol. 52, No. 4, International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the Study of World Politics (Autumn, 1998), pp. 855-885 Published by: The MIT Press

<sup>17</sup> Idem. pp.869-870

<sup>18</sup> Idem. pp.871-874

<sup>19</sup> Idem. pp.874-876

seu escopo teórico as políticas externas dos estados em sua totalidade, decorrentes das marcas de “descontinuidade” presente no mundo, guiando a um sentimento de rompimento por meio de ideais “idealistas” tanto criticados, agora, sendo revisitados. Ruggie, sintetiza dessa forma esse esforço da corrente construtivista :

*In summary, “making history” in the new era is a matter not merely of defending the national interest but defining it, nor merely enacting stable preferences but constructing them. These processes are constrained by forces in the object world, and instrumental rationality is ever present. But they also deeply implicate such ideational factors as identities and aspirations as well as leaders seeking to persuade their publics and one another through reasoned discourse while learning, or not, by trial and error. As a result, nothing makes it clearer than the question of agency at times such as ours why the constructivist approach needs to be part of the theoretical tools of international relations field. (Ruggie, what makes World hang together? 1998, Pp. 878)*

Dessa forma, o argumento fundamental da corrente construtivista repousa na relevância que a “ciência social” tem e, devendo por assim fazer parte das análises teóricas de mundo, na importância da consideração das variáveis provenientes da subjetividade, como identidade, cultura e ideias, na definição de “interesse nacional” e escolha política.

Todavia, em paralelo aos preceitos construtivistas aqui emanados, Ruggie (1998), observa que quando indagados sobre a origem de tais interesses e identidades, os neoliberais, tendem a achar justificativas se voltando para a política doméstica, em vista disso remetemos à ideia do “Lobby de Israel”, o qual será explorado mais adiante. Enquanto os neorrealistas, por sua vez, chegam perto de conceber os interesses e as identidades dos estados, como, de fato, dados e fixos. Sobre a nossa classificação, temos as ações movidas pela identidade e os “fatores ideacionais” como constitutivas e o uso desses como meio para alcançar tal objetivo, como justificativas.

## 1. 2/5 - “Fatores Ideacionais” dos estadunidenses

Em dialética com tudo que foi discutido, esbarramos no que seria a identidade estadunidense, por muitas vezes, direcionadora de suas interações com o mundo externo. Tendo em vista, que as nações são fruto de um “comunidade imaginada“ (ANDERSON, 1983, p.98) construída socialmente por um conjunto de ideais e valores subjetivos, os EUA, por meio de um processo de formação particular, desenvolveu para si, visões de mundo que preenchem suas indagações existenciais mostrando o seu papel e significância dentro dele. Assim nasce o chamado “excepcionalismo norte-americano”- “a convicção que os Estados Unidos da América (EUA) são uma nação excepcional, produto de uma trajetória histórica única, e com papel no mundo ( a que muitos se referem como “missão”) igualmente extraordinário.” (FONSECA, 2007, p.150) - que inspirou o rumo que tomou sua PE, ora por meio de um conteúdo religioso, chamado de “providência divina”, ora pelo conteúdo secular, como a defesa e o sentimento de necessidade de promoção da democracia e dos valores libertários. O “destino manifesto” da nação estadunidense é, portanto, expresso em “atender o chamado divino” para ser o guardião destes valores.

As origens desse “excepcionalismo” de conteúdo religioso, segundo Carlos Fonseca em seu artigo de 2007, está respaldado em três “mitos originais”, sendo eles o de “providência divina”, o qual é a certeza de estar vivendo com base no querer de Deus e sua orientação, o da “missão na natureza selvagem”, que repousa no estabelecimento de uma ordem em meio ao caos do mundo, e o “jardim de Deus ou cidade na colina”, por sua vez, é um dos conceitos centrais desse “excepcionalismo” que veem os EUA como a referência de nação às outras, pois “irradiam a verdade de Deus para o resto do mundo”. Assim, os EUA enxergam seus valores protestantes como farol do mundo e, por vezes, isto, traduz-se em um discurso altruísta.

A origens desse “excepcionalismo”, agora, de conteúdo secular, encontram seu lugar em meio a emancipação coletiva dos estadunidenses por meio da democracia e a própria construção dos EUA como nação através de sua constituição, resultando em sentimentos de pertencimento e nacionalidade. A necessidade de exportação desses valores libertários e democráticos fica evidente durante o pós-2 Guerra, nas análises de cientistas políticos do período é recorrente a defesa do combate ao comunismo, e a visão de que os EUA devem assumir “responsabilidades imperialistas” (NIEBUHR, 1962); o “fim da história” de Francis

Fukuyama (1992), ainda, evidencia a crença de que o modelo estadunidense, democrático liberal, seria o único capaz de ser levado ao mundo e assim ocorreria, tendo em vista, a derrocada de regimes autoritários e comunistas e em um contexto de “queda do muro” de Berlin. Apesar de que, para o maior contribuinte do pensamento realista cristão que será abordado logo mais, não seria possível falar em “fim da história” nesse sentido, “pois é da natureza humana transcender todo processo social e político que se envolveu ou se envolve.” (NIEBUHR, 1944, pp. 61).

Diante disso, é possível extrair do evento narrado no início desse capítulo, os “fatores ideacionais”, religiosos e seculares, presentes nos discursos legitimadores da ação dos EUA, o direito divino sobre Jerusalém e a aliança resguardada na defesa do modelo democrático, classificam-se como constitutivos, no entanto, é válido ressaltar que a presença destes não confirma os mesmos como os determinantes da escolha política e, o caminho para tentativa de identificar quais seriam estes fatores ainda está no começo. O que pode ser dito, por enquanto, é que Israel é a “cidade na colina” dos EUA no Oriente Médio.

### **1.3 - *Christian Realism* – realismo ou construtivismo?**

Assim como a teoria realista evoluiu das influências de pensadores clássicos como Maquiavel e “naturalistas” como Hobbes, tirando destes e entre outros fatores aqueles que explicariam o caráter anárquico do sistema internacional, as ideias de Reinhold Niebuhr, como maior expoente, do que ficou conhecido como realismo cristão, também busca em sua composição a ideia de “natureza humana” e dela se desenvolve. A diferença fundamental que diverge a perspectiva de Niebuhr em relação a “natureza humana” dos demais “naturalistas” é que, este, adota uma visão bíblica sobre a questão, para ele, essa natureza humana seria pecaminosa, pois teria sido contaminada pelo orgulho (o pecado original) ainda no Jardim do Éden, episódio conhecido como “a Queda” (Gênesis 3), e isso teria gerado sua sede por poder, ignorar ou rejeitar isso seria um erro (NIEBUHR, 1944). Dessa forma, é dessa natureza do Homem, desde “a Queda”, a busca por poder e prestígio social. Contudo, não tão somente esse anseio, o qual o autor conceitua como “*will-to-power*”, compõe a totalidade da “natureza humana”, para o autor é também característica do Homem ser livre e social e, isso, gera uma busca por propósito, traduzido como auto-realização, o qual ele só consegue encontrar em meio a sua “autodoação”, isto é, o favorecimento de seu “próximo”, por meio de um “espírito



de humildade”, o qual o autor conceitua como “*will-to-live-truly*”, o que conduz o ser humano a um inevitável paradoxo entre a busca por poder e a busca por significado, “*will-to-power*” vs. “*will-to-live-truly*”.

A epifania que se deriva dessa visão sobre a “natureza humana” está no entendimento de que, esta, não se assume nem essencialmente “má” e, nem essencialmente “boa”, diferenciando assim dos “naturalistas”; porquanto, a natureza de Niebuhr admite ambos, ela é “má” em decorrência da “Queda” e a entrada do pecado como corruptor e ela é “boa” em seu potencial de alcançar a auto-realização. Dessa forma, as ações humanas e suas políticas podem ser levadas ou pelo “orgulho”, que acontece mais em âmbito internacional, ou pela “humildade”, fundamental para se manter o convívio em sociedade. Essa dicotomia é vista assim descrita por Paulo em sua carta aos Gálatas:

Ora, as obras da carne são manifestas: imoralidade sexual, impureza e libertinagem; idolatria e feitiçaria; ódio, discórdia, ciúmes, ira, egoísmo, dissensões, facções e inveja; embriaguez, orgias e coisas semelhantes. Eu os advirto, como antes já os adverti, que os que praticam essas coisas não herdarão o Reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, humildade e domínio próprio. Contra essas coisas não há lei.

(Gálatas 5:21-23, grifo do autor)

Tendo em vista essa característica intrínseca a todo ser humano, o seu desafio final seria, portanto, a sua “autotranscendência”, espiritualização, a qual uma vez conquistada seria capaz de dominar sua inclinação para a realização do interesse-próprio e se preocuparia com o coletivo, subjugando o orgulho pela humildade e, somente assim, possível de alcançar e manter, na visão de Niebuhr, uma “democracia de tolerância”. Entretanto, essa autotranscendência só ocorreria, segundo Reinhold, por meio de *insights* religiosos, mais especificamente, cristãos (NIEBUHR, 1944, pp.63).

Pode-se entender, em vista dessas ideias de Niebuhr, que se precisa de um “espírito de humildade” para que funcione a democracia e haja tolerância dentro da sociedade diversificada, portanto, a exportação da democracia e dos valores estadunidenses, bem como, a aliança com Israel, baseadas nesses preceitos compartilhados, move-se dentro da ideia de caráter constitutivo.

Freud, em sua correspondência a Einstein, em 1932, ampara essa dicotomia ao expor parte de seus estudos sobre a psique humana, também, admitindo a mesma como de caráter dualista, contudo, essa dicotomia se traduziria dividida entre o “amor e o ódio”, para ele, tanto a força, o desejo por violência, quanto as conexões sentimentais são inatos ao ser humano e fazem parte da manutenção da união destes em uma sociedade. A conclusão de Freud, na ocasião definido como “evolução da cultura-civilização”, assemelha-se ao conceito de “autotranscendência” de Niebuhr supracitado, cada um, de acordo com seus processadores, necessário para a superação do ambiente hostil presente no sistema internacional.<sup>20</sup>

Assim, a partir desse axioma dicotômico sobre a natureza humana, presente no pensamento de Niebuhr e expostos em um de seus livros mais proeminentes, *The Children of Light and The Children of Darkness* (1944), o autor divide os pensadores políticos em duas categorias, as quais dão o nome a obra, “os filhos da luz” e os “filhos das trevas”, os “sentimentais” e os “cínicos”. “*The Children of Light*” são aqueles cujos tem os seus interesses particulares sob seu controle, eles conseguem disciplinar suas “vontades” por meio de uma disciplina da “mais universal lei” e a harmonia com o “maior universal bom”, contudo, eles são contaminados por sua “estupidez”, traduzida em suas “ilusões” de que há soluções simples para problemas complexos, subestimando o poder do “*will-to-power*” da natureza humana; “*The Children of Darkness*”, por sua vez, atribuem a maior e única fonte de lei à sua própria força e, esta, seria a característica de uma grande nação. Os Filhos das trevas usam as ideias dos filhos da luz como justificativas, o ideal como instrumento, enquanto os Filhos da luz tem ideias como constitutivas, o autor define os pensamentos que compõem o marxismo e a democracia liberal como exemplos de soluções trazidas pelos filhos da luz, tendo em sua finalidade o “bom universal”, usurpadas pelos filhos das trevas, as quais a usam como ferramentas para a satisfação de seus interesses individuais.

Expandindo o escopo de sua análise, Niebuhr, lança seu olhar ao cenário internacional em que se inseria, mantendo os preceitos realistas, o internacional para o realismo cristão, repousar-se-ia em meio ao caos, a anarquia, sendo os momentos de cooperação, raros. O principal fator para a validade de tais perspectivas, é, desse modo, o orgulho e o “egoísmo proverbial” (NIEBUHR, 1932, p.43) dos Estados. Qual a razão desse egoísmo? Segundo Reinhold em seu livro, *Moral man Immoral society*, “a falta de contato direto de uma nação

---

<sup>20</sup> Um diálogo entre Einstein e Freud Por que a guerra? Edição Fadisma, Santa Maria, 2005.

com a outra”<sup>21</sup>, isto é, um fenômeno de ignorância social e o conflito de interesses. Niebuhr define que “Talvez a moral mais relevante das nações seja a hipocrisia”<sup>22</sup>, levada pelo aumento da racionalidade dos estados que os levam ao uso da desonestidade como tentativa de conseguir vantagens sobre os demais, a satisfação de seu próprio interesse, “*will-to-power*”.

O paradoxo do patriotismo, nos revela a ação concomitante da dualidade da natureza humana, nacionalmente consegue agir de forma moral com “autodoação”, internacionalmente movida pelo egoísmo, pois, ao mesmo tempo em que o nacionalismo e o sentimento de pátria gera uma unidade, o qual as obrigações morais estão presentes, gera desunião internacional movida pela busca por poder, utilizando este último para destruir ele mesmo.

Sob este olhar de Niebuhr podemos discernir duas experiências que o mesmo presenciou no contexto internacional com finalidade elucidativas, a primeira, a Liga das Nações, e a segunda, o ambiente global de incertezas no começo do pós-2 Guerra.

Em relação a primeira, após testemunharmos o fracasso da Liga das Nações em suas propostas, entre elas a de segurança coletiva (Joseph Nye<sup>23</sup>), infere-se que o erro dos filhos da luz se encontraria em sua “estupidez” de subestimar o poder das “vontades” particulares, supracitado, e limitar as vitalidades na história humana, “falharam em entender a persistência e o poder do orgulho das nações e compreender as forças inerciais das “lealdade tradicionais”<sup>24</sup>. A ilusão de que um “governo em escala mundial” geraria unidade, de que a constituição seria o fim das lutas entre o “particular e o universal”, mostra sua impotência, “a cabeça não cria o corpo”, um compartilhamento de tradições, de experiências comuns e ético, seria necessário vir primeiro, “a constituição não é o começo mas o fim”<sup>25</sup>.

Sobre a segunda, em seu artigo, *Two Horns* (1950), Niebuhr evidencia seu pensamento sobre essa “natureza humana”, mostrando sua preocupação novamente com o poder da vontade do Homem, “*will-to-power*”, na ocasião Reinhold faz uma análise das correntes de pensamento Idealistas e Realistas à sua época, a qual a exploração ultrapassaria os propósitos desse capítulo, no contexto de uma provável guerra dos EUA com a Rússia. Os “*Two Horns*” se refeririam as duas possíveis visões sobre o cenário internacional, para o realista uma “inevitável guerra com a Rússia”, para o idealista um possível “acordo com a

---

<sup>21</sup> NIEBUHR, Reinhold. *Moral men imoral society*. 1932, p.43

<sup>22</sup> Idem, p.43

<sup>23</sup> NYE, Joseph S Jr. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Editora Gente. Cap.4

<sup>24</sup> NIEBUHR, Reinhold. *The Children of Light and The Children of Darkness*. 1944, pp.74

<sup>25</sup> Idem, pp.74-75

Rússia” e um passo para um “governo mundial”. Em relação ao primeiro, o autor defende de que não se pode falar em guerra “inevitável”, isso seria subestimar a vontade do Homem e separá-lo de seu destino. Em relação ao segundo, Reinhold expõe como um ideal ilusório e dificilmente alcançável, a começar pelos modelos que separariam as duas nações, o democrático e o comunista. Estabelecido isto, Niebuhr, traz como instrumento principal de expansão a penetração política. Os primeiros instrumentos de defesa devem ser moral, econômico e político. Todavia, esse fato não implica que não se possa evoluir para o uso militar, mas isso não é inevitável, muita sabedoria, imaginação e vontade de fazer justiça é requisitado para conter o comunismo, não se deve relaxar militarmente, mas as duas visões estão erradas, realistas e idealistas, “cínicos” e “sentimentais”, não é garantia mas uma política de investimento em recursos como “propaganda” poderia “nos salvar das ilusões e do desespero”<sup>26</sup>. O que inferimos é mais uma vez o autor outorgando aos “fatores ideacionais” a maior influência na direção que as políticas externas dos países se direcionariam.

“Nos conflitos entre “vontades”, na história humana, autopreservação e a sobrevivência não estão imediatamente mas somente indiretamente envolvidos, os conflitos acontecem por meio de rivalidades de vaidades e ambições”<sup>27</sup>. A proposta de Niebuhr para a tentativa de superação desses desafios, encontra-se nos últimos parágrafos de *The Children of Light and The Children of Darkness*. Nestes, a fé cristã encontraria a chave definitiva para os significativos da vida e da história em Cristo, cuja a bondade é, concomitantemente, a virtude que o homem deveria desejar alcançar na história, e a revelação de uma misericórdia divina que compreende e resolve todas as contradições perpétuas que a história já se percebeu envolta. Na perspectiva desta fé, seria possível lidar com o “último problema social da história humana: a criação de comunidades em dimensões mundiais” (NIEBUHR, 1944, pp.82). Na insistência do amor de Cristo como a “norma final” que nos auxiliaria construir um senso de moral e responsabilidade pela vida e pelo bem-estar do outro; levados ao entendimento que até as mais notáveis conquistas e os mais puros desejos do homem estão contaminados com sua “natureza pecaminosa”, permitirá ao mesmo se preparar para novos sinais e desdobramentos de corruptibilidade a nível internacional, ao tempo em que nos lançaria à busca por “transcendência”.

---

<sup>26</sup> NIEBUHR, Reinhold. A Protest Against a Dilemma's Two Horns. *World Politics*, Vol. 2, No. 3 (Apr., 1950), pp. 338-344 Published by: Cambridge University Press

<sup>27</sup> NIEBUHR, Reinhold. *The Children of Light and The Children of Darkness*. 1944, pp.16

*The hope of Christian faith that the divine power which bears history can complete what even the highest human striving must leave incomplete, and can purify the corruptions which appear in even the purest human aspirations, is an indispensable prerequisite for diligent fulfillment of our historic tasks. Without it we are driven to alternate moods of sentimentality and despair; trusting human powers too much in one moment and losing all faith in the meaning of life when we discover the limits of human possibilities. The world community, toward which all historical forces seem to be driving us, is mankind's final possibility and impossibility. The task of achieving it must be interpreted from the standpoint of a faith which understands the fragmentary and broken character of all historic achievements and yet has confidence in their meaning because it knows their completion to be in the hands of a Divine Power, whose resources are greater than those of men, and whose suffering love can overcome the corruptions of man's achievements, without negating the significance of our striving. (NIEBUHR, 1944, p. 83)*

Assume-se, para o realismo cristão, que as forças para superar o caos do sistema internacional, derivam das obrigações morais, as quais, por sua vez, advém da religião, esta, não podendo ser qualquer religião, mas o cristianismo pautado na “ética de Jesus”. E quando isso não ocorre, o autor entende que outras forças tomarão lugar no sistema, como nessa análise sobre a 2ª Guerra Mundial, “o vácuo do lugar da religião na Europa foi preenchido pela “religião nazista” e pelo “extravagante nacionalismo”<sup>28</sup>.

Destarte, o Realismo Cristão, sendo compactado, à vista do que foi exposto, concebe a ideia de “natureza humana” como ponto de partida para suas suposições e se refere a uma maneira de enxergar o mundo por meio de uma visão bíblica, na tentativa de diminuir o abismo entre a realidade e o que a bíblia enuncia (LOVIN, 1995). Seria, portanto, uma junção dos vários tipos de realismo, o político, o moral e o teológico. O primeiro, é aquele que mais se aproxima das teorias clássicas de realismo, a exemplo de Carr e Morgenthau, tratando das ideias e dos valores como variáveis irrelevantes para as escolhas políticas, o qual seria um erro deste para o realismo cristão. O segundo, o que busca por uma ética ou uma moral ideal para a mitigação dos conflitos internacionais. O terceiro - teológico - o que tem por descobrimento a “moral verdadeira” que seria o “ponto de vista de Deus”, nele os imperativos morais são significantes e a escolha é feita com base nessas razões morais.

A síntese dessa incorporação de vários tipos de realismo, faz de uma das máximas do realismo cristão ser, segundo a conclusão de Lovin, em seu livro *Reinhold Niebuhr and*

---

<sup>28</sup> NIEBUHR, Reinhold. *The Children of Light and The Children of Darkness*. 1944, pp.61

*Christian realism*, “Aquilo que os líderes que controlam as forças acreditam sobre o seu lugar no mundo é importante”<sup>29</sup>. Isto é, a insuficiência abrange tanto a ética e a moral ideal, ideias e valores, quanto o racionalismo e o seu “cálculo frio”, ambas, por si só, sendo levadas em consideração separadamente não refletem todos os termos determinantes da ação política, tendo em vista que a “natureza humana” é expressa na dicotomia entre a busca por poder e a busca por propósito que só alcança realização no “amor ao próximo”. Assim sendo, a força da ação política se encontra no “*will-to-power*” dos líderes, concomitantemente, na sua capacidade de “autotranscedência”, o que traz ao indivíduo, na visão do realismo cristão, papel decisivo nos resultados internacionais.

Percebe-se esses preceitos tomarem corpo nas conclusões do Major da aeronáutica estadunidense, Paul L. Sherouse, em sua tese sobre o realismo cristão, os valores do cristianismo e qual seria o papel e contribuição destes para os “comandantes” no seu exercício de combate ao terrorismo.

Para Sherouse, o Realismo Cristão consegue prover uma base moral para o Realismo político, por meio do reconhecimento da “natureza pecaminosa” do ser humano, a qual advém da religião Cristã, levando-nos a uma escolha além do “Bem” e “Mal”, para uma escolha entre o menos “Mal”. Em um embate com a corrente mais fanática do Islamismo, a qual seria a base ideacional de grupos terroristas como a Al Qaeda, os praticantes desta não são capazes de enxergar essa “natureza pecaminosa”, adotando uma “visão” de que eles são “santos” e, por isso, responsáveis por eliminar o “Mal” do mundo, aqui opto por interferir na exposição do pensamento de Paul L. Sherouse, para uma breve menção à conceituação da diferença entre as duas religiões em questão feita por John Ashcroft, assim definindo, “Islã é a religião em que Deus requisita que você envie seu filho para morrer por Ele, Cristianismo é a fé em que Deus enviou seu Filho para morrer por você” (EGGEN, 2002). A exposição de Ashcroft exemplifica o que Sherouse admite como “diferente perspectiva de mundo”, conduzindo ao entendimento da graça e justiça de Deus, como aquilo que eleva o povo estadunidense. Concluindo, portanto, que o Realismo Cristão proveria uma “poderosa veia moral”, devido a incorporação da fé na discussão, para a aplicação do poder militar dos EUA, assegurando que eles não se tornem o próprio “Mal” que lutam contra, “uma vitória estabelecida pela

---

<sup>29</sup> LOVIN, Robin W. Reinhold Niebuhr and Christian Realism. Cambridge University Press. 1995, p.236

verdade”<sup>30</sup>. As ideias de Sherouse, leva-nos a caracterizar como um pensamento de caráter constitutivo em direção às tomadas de decisões.

Assim, consegue-se estabelecer um paralelo entre o realismo cristão com as correntes realista clássica/política e construtivista vistas aqui. O realismo cristão concebe uma premissa, a natureza humana e sua dicotomia entre o poder e a transcendência, enquanto o realismo político concebe a premissa do medo presente no sistema anárquico como princípio básico para o funcionamento da lógica das interações interestatais. No entanto, o realismo político vê o medo como caráter imutável do sistema internacional, ao tempo que o realismo cristão traz para a moralidade e a ética cristã capacidade e força de transformação, de transcendência. Logo, o realismo cristão, continua sendo realismo em sua essência, mas consegue se aproximar do construtivismo ao admitir que estes conceitos subjetivos, ignorados pelo realismo político, tem lugar e poder para trazer transformação no sistema internacional. Outorgando importância e significância aos fatores ideacionais, às obrigações morais e a capacidade e desejos humanos. Porquanto, o realismo cristão enxerga relevância na “ciência social”, antes mesmo desta ser incorporada e debatida - gerando o terceiro grande debate - e a introdução da corrente construtivista como visão teórica no campo de R.I. Infere-se, ainda, por meio dos pensamentos de Niebuhr que o realismo como corrente, admite um preceito moral em sua composição, sendo este o egoísmo. O realismo cristão é realismo em sua forma de olhar para o sistema internacional e as relações dos estados entre si, aproximando-se do construtivismo à medida que acredita na autotranscendência da natureza humana por meio do cristianismo como capaz de mudar essas lógicas “egoístas” dos países para o realismo político, pois assim admite que as subjetividades exercem influência direta nas decisões políticas como demonstrado, também, pelos pensamentos de Ruggie aqui.

#### **1.4 - Lobby de Israel na PE estadunidense; Identidades e interesses**

É um dos atributos da democracia estadunidense, a possibilidade de articulação, no âmbito da política interna, de grupos de pressão que buscam determinados interesses particulares, estes, denominam-se como “lobby”, na ocasião da relação entre os EUA e Israel em foco neste ensaio, o destaque vai para um dos maiores e mais influentes grupos de pressão presentes nos EUA, o “Lobby de Israel” (MARSDEN, 2008).

---

<sup>30</sup> SHEROUSE, Paul L. Christian Realism’s response to international terrorism. Air University. 2002 p.30

O uso desse termo é definido por Mearsheimer e Walt (2007) como uma “coalizão de indivíduos e organizações que trabalham ativamente para moldar a política externa dos EUA em uma direção pró-Israel”. No entanto, é importante frisar que o funcionamento deste “Lobby”, por sua vez, não ocorre por meio de um movimento centralizado, com uma liderança clara, mas sim, através de indivíduos e organizações diversas que por vezes chegam a ter divergências entre si. Podemos, todavia, identificar alguns dos grupos de indivíduos mais ativos que fazem parte desse “Lobby de Israel” como sendo o *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC), o *Christian United for Israel* (CUFI) e a organização *Anti-Defamation League* (ADL), ainda, segundo as observações de Lee Marsden (2008), conseguimos separar esses indivíduos em três categorias, os americanos judeus, os cristãos evangélicos, mais especificamente os cristãos sionistas, e os neoconservadores. O destaque, por consequência dos “fatores ideacionais” que foram investigados aqui, vai para o segundo grupo, que compõe o movimento sionismo.

Os cristãos sionistas defendem os interesses de Israel e oferecem seu apoio a ele, baseados em uma visão escatológica, esta, admite uma interpretação dos eventos narrados na Bíblia sobre o “fim dos tempos” de forma literal. A criação do Estado de Israel, dessa forma, satisfaria a “vontade de Deus” à medida em que materializaria a profecia bíblica de retorno do povo judeu a sua terra de origem. Nessa lógica, os membros desse movimento, mobilizam-se no sentido de fazer com que essas “profecias” se cumpram, pois, agindo assim, estariam em conformidade com “o plano divino” e seriam abençoados por Ele tendo sua aprovação ao apoiarem Israel (Gênesis 12:3). Seus esforços exercem grande influência no imaginário do povo estadunidense, tornando-se assim, de fato, relevantes dentro da política externa dos EUA.

A importância desses grupos, portanto, refletem-se no poder que possuem para moldar políticas externas em relação a região do Oriente Médio, de acordo com seus interesses pró-Israel.

A forma por qual conseguem essa relevância, isto é, seu “*Modus Operandi*”, acontece não demasiadamente diferente de outros “lobbys” presentes nos EUA, contudo, o principal fator que faz do “Lobby de Israel” uma variável determinante, é “as favoráveis posições de prestígio e influência que, incomumente, os grupos e indivíduos que estão compromissados com esse lobby tem em relação às políticas externas estadunidense” (MEARSHEIMER, WALT, 2007, pp.150), por meio da dominação do discurso público, através dos veículos comunicativos, *think tanks* - *Washington Institute for Near East Policy* (WINEP) –, o



fenômeno das acusações de “antissemitismo” e controle das publicações acadêmicas, e o condicionamento dos processos políticos, através do alto investimento financeiro em campanhas políticas, “fazendo candidatos pró-Israel”, e pressões sobre a Casa Branca e o Congresso.

Exemplos práticos de como este seu “*Modus Operandi*” funciona poderão ser observados com mais clareza ao identificar as ações e influência que este “lobby” exerceu e tem exercido sobre a política externa estadunidense no decorrer das gestões presidenciais, isto, após o surgimento desses grupos de pressão pró-Israel, os quais nascem juntos com o Estado Judeu. Contudo, essa discussão encontrará lugar para seu aprofundamento nos próximos capítulos. Para os propósitos de nossa primeira parte, no entanto, limitamos a ver o “Lobby de Israel” como ator político, mostrando-nos como os conceitos aqui expostos podem se incorporar aos seus agentes. Dessa forma, quanto ao “Lobby de Israel”, pode-se observar a particularidade de permutar entre as duas tipologias, pois o mesmo é capaz de assumir ora caráter de agente constitutivo, ora justificativo. No primeiro, temos o exemplo dos cristãos sionistas, os quais defendem os interesses de Israel dentro da política interna dos EUA, por acreditarem que estão assim realizando a “vontade de Deus”, agindo em concordância com suas convicções enraizadas em suas identidades. No segundo, percebe-se que para o alcance de seus objetivos e interesses particulares, bem como, a satisfação de suas vontades, o “Lobby de Israel” em suas articulações, isto é, seu “*Modus Operandi*”, utiliza do controle do discurso e dos “fatores ideacionais”.

O realismo cristão encontra lugar dentro da dinâmica desse lobby ao fornecer fontes bíblicas como base para o desenvolvimento de seus axiomas, à vista que Niebuhr concebe a “natureza humana” a partir da narrativa de Gênesis 3. De igual modo, a “aliança” que os EUA tem com Israel se daria pelo reflexo da “aliança perpétua”<sup>31</sup> que Deus tem com o povo judeu. Esta, teria sido estabelecida por intermédio de Abraão, homem o qual *Yahweh*, o Senhor Deus, em Gênesis 17, promete fazê-lo o “pai” de toda a nação que viria ser o povo judeu, isto é, seus descendentes formariam Israel, sendo eles o povo escolhido e o detentor da aliança eterna com o próprio Deus. Assim, àquele que abençoar Israel seria abençoado por Deus e quem a amaldiçoar também seria amaldiçoado<sup>32</sup>. Sob esta lógica se constrói as articulações desse lobby, bem como, percebe-se narrativas morais intrínsecas à sociedade estadunidense, compondo seu imaginário.

---

<sup>31</sup> Gênesis 15; Gênesis 17:13

<sup>32</sup> Gênesis 12:3

## Conclusão

Por conseguinte e diante dos conceitos e ideais expostos nesta parte, conseguimos melhor identificar as tipologias propostas, constitutivas e justificativas, ressaltando que na primeira, tem-se as decisões de ações motivadas por características endógenas de quem as toma, e na segunda, vê-se a utilização da anterior como meio de ação para alcançar determinados objetos de desejo, ficando mais claro, portanto, a classificação das variáveis que podem ou não compor a política externa estadunidense em direção ao Estado de Israel.

Assim sendo, de caráter constitutivo, infere-se, os “fatores ideacionais”, advindos do esforço construtivista de “ideacional causal” de Ruggie, os quais fazem parte as ideias “construídas socialmente” enquanto comunidade estadunidense, como a democracia e os valores cristãos (“providência divina”), e a admissão de um paralelo com o realismo de Niebuhr, o qual as “obrigações morais” nascidas da religião cristã, para o pensador, deveriam ter um papel fundamental nas interações internacionais, bem como, já as tem em âmbito nacional, devido a “natureza humana” guiada tanto pela busca da satisfação de suas vontades, o “*will-to-power*”, quanto pela sua capacidade de “autotranscedência”, “*will-to-live-truly*”, afinal, deveria o “egoísmo e orgulho” das Nações e dos governantes serem substituídos pelo espírito de “humildade” para se experimentar uma melhoria nas convivências internacionais, isto, ainda encontra no construtivismo de Ruggie lugar, dentro da relevância que dá a capacidade e aos desejos humanos. Além disso, a própria ideia de natureza humana se liga ao conceito de constitutivo, achando em Niebuhr a tradução para “filhos da luz” como a materialização desses atores constitutivos.

De caráter justificativo, por sua vez, vê-se na teoria realista sua exemplificação e seu alcance, as decisões são medidas com base nas escolhas “racionais” que mais lhe renderão vantagens e movidas pela prudência dos agentes, as disputas indicadas em termos de poder, frequentemente, são percebidas camufladas em discursos potencialmente morais e/ou humanitários, mas tem como motivações interesses puramente estratégicos, dessa forma, usa destes e dos “fatores ideacionais” como meios para fins. Quando, as decisões políticas não seguem essa lógica, para os realistas, o governante tem errado em suas escolhas e abordagens. Em oposição aos constitutivos, os “filhos das trevas” de Niebuhr se materializam como os

atores justificativos. É válido ressaltar para os propósitos desse estudo que a democracia pode ser uma poderosa ferramenta para estes últimos.

O que os realistas não conseguem perceber é que também baseiam as interações e relações internacionais entre os atores na subjetividade humana, sendo esta, o medo, o qual é enunciado como “prudência”.

Enfim, ficam assim definidas as duas vertentes de pensamento, as quais servirão de base e “lentes” pelas quais a relação entre os países aqui em questão e a política externa estadunidense em direção ao segundo da relação serão exploradas. Estas linhas são, os pensamentos mais “tradicionais” da sociedade dos EUA, composta pelos “fatores ideacionais” do construtivismo e o realismo cristão de Niebuhr (valores morais), e o realismo político, expoente dos interesses estratégicos dos EUA. É válido ressaltar que as dinâmicas do “Lobby de Israel” se inserem em nossas perspectivas por também carregarem caráter de condicionante motivacional para a decisão política. O desafio, é tentar identificar qual dentre elas seria a variável determinante na relação estudada, lembrando que para isto, todas as outras hipóteses devem perder o peso diante da determinante, tendo o auxílio do caráter identificável de constitutiva ou justificativa.

## Capítulo

### 2

#### *EUA & Israel*

O ano de 1948, mais precisamente, em 14 de maio, marca o nascimento do Estado de Israel, por meio da proclamação de sua independência, e, onze minutos após, o então presidente estadunidense Harry S. Truman reconhece Israel como Estado legítimo. Os EUA se tornam o primeiro país a realizar tal feito e, segundo o parecer oficial da Embaixada de Israel no Brasil, “esse ato marcou o início de um relacionamento baseado em valores comuns e caracterizado por profunda amizade e respeito mútuo”.

Para esse capítulo é proposto uma breve exploração de cunho histórico das relações dos EUA e de Israel, desde do surgimento deste segundo no ano supracitado até o ano de 2016, governo Truman a governo Obama, com o foco nos que foram as políticas externas estadunidense em relação ao Estado Judeu durante esse período. Alguns dos eventos mais relevantes serão destacados para tentar identificar nesses, a presença ou a ausência das linhas de pensamento definidas anteriormente como determinantes para tais abordagens que a PE tomou, sendo estas, o realismo cristão - o valor e inferência da orientação moral cristã e dos ideais construtivistas de “ser” dos EUA como nação - e o realismo político – o interesse estratégico dos EUA na região do Oriente Médio. Ainda, será observado, quando expressivo, a articulação do “Lobby de Israel” no âmbito da política doméstica dos EUA, pois ela diz a respeito sobre o interesse estratégico de Israel no território estadunidense e por vezes se mostra como variável motivacional na tomada de decisão política, além de permutar entre o caráter constitutivo e justificativo, como trabalhado no capítulo anterior, servindo de auxílio para as reflexões em direção a relevância destas “lentes”. Quanto a forma dessa identificação, buscar-se-á por meio do contraste entre o esperado e o que foi.

Portanto, afim de se alcançar as finalidades que esta segunda parte almeja, a análise será dividida por períodos presidenciais, tomando a liberdade de serem explorados em conjunto, aqueles, os quais apresentam abordagens e lógica de política externa complementares em decorrência de fatores históricos compartilhados. Dessa forma, tornar-se-á possível a identificação da presença ou ausência de nossas linhas de pensamento e variáveis em cada etapa da exposição.

## **2.1 - Administração Truman: os primeiros anos de existência do Estado de Israel**

Nas palavras do seu “pai fundador”, David Ben-Gurion, Israel surge apenas com o intuito de ser um estado judeu comum, contudo, poucos anos após seu nascimento, o mesmo já se encontra envolvido em diversos assuntos internacionais e o que espanta em sua relevância nesse cenário decorre de seu hiato de, aproximadamente, 2000 anos sem que este, exista.<sup>33</sup> Dessa forma, como observado por Robert J. Lieber, “Israel tem uma importância que vai além de seu tamanho” (1998, p.11). Esse fato, muito se deve a região em que o Estado de Israel se insere e às suas controvérsias quanto a sua existência, geradoras de relações hostis com seus países vizinhos desde sua criação até os dias atuais.

Contudo, não se pode falar na criação de um estado judeu, tendo em vista os propósitos deste ensaio, sem explorar os motivos, os quais, levaram os EUA a oferecerem seu apoio a resolução 181 da ONU que a previa.

O contexto histórico era de pós-2 Guerra, início do que viria ser uma “guerra ideológica” entre as duas maiores potências mundiais à época, os EUA e a URSS, a doutrina Truman, buscava “defender o mundo da ameaça comunista” e, assim, optaria por políticas que teriam como realização tal objetivo. Diante do posicionamento da União Soviética de reconhecimento de Israel e do seu direito de existir como nação, viu-se na possível aproximação entre os dois países uma ameaça (à vista que o recente Estado se serviria de um aliado forte para se manter no ambiente em que surgiria), afinal, além das disputas por influência, a região do Oriente Médio representava uma fonte petrolífera importante na conjuntura dos interesses nacionais estadunidenses.<sup>34</sup>

Internamente, a opinião pública norte-americana se encontrava sensibilizada pelo o Holocausto que ocorrera com os judeus e o sionismo, o qual exposto anteriormente, surgia e ganhava espaço defendendo a volta dos judeus à “terra prometida”. Ainda, a gestão de Truman lidava com a problemática dos refugiados de origem judaica na Europa, a qual, em junho do ano de 1945, o presidente já havia adotado uma política “recomendando que 100.000 refugiados judeus europeus fossem admitidos imediatamente à Palestina.” (LIEBER,

---

<sup>33</sup> ver Israel. David Ben-Gurion. Israeli Declaration of Independence, 1948; e LIEBER, J. Robert - U.S.-Israel Relations Since 1948. Middle East Review of International Affairs Vol. 2, No. 3 (September 1998).

<sup>34</sup> GOMES, R. A questão da Palestina e a Fundação de Israel. Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. São Paulo. 2001.

1998, p.12).

A convergência dessas variáveis levou o presidente Truman a enxergar no novo Estado de Israel coerência com suas ambições de política externa.

*It is my responsibility to see that our policy in Israel fits in with our policy through the world; second, it is my desire to help build in Palestine a strong, prosperous, free and independent democratic state.* (Discurso Truman, 28 de Outubro de 1948)

No entanto, o reconhecimento de Israel como estado-nação independente, mesmo que acontecido de forma rápida, esteve longe de ser feita sem complicações no âmbito da política doméstica estadunidense, como podemos observar a partir desse trecho de Robert Lieber publicado na *Middle East Review of International Affairs*:

o apoio do Presidente Truman à partilha da Palestina e ao reconhecimento de Israel veio no último minuto e contra os conselhos e desejos dos Departamentos de Estado e Defesa. Em uma reunião da Casa Branca amargamente contenciosa em 12 de maio de 1948, o conselheiro de Truman, Clark Clifford, defendeu fortemente o reconhecimento imediato do Estado judeu. No entanto, o secretário de Estado George C. Marshall se opôs fortemente e disse a Truman que, se ele "seguisse o conselho de Clifford e se na eleição eu votasse, votaria contra o presidente". Depois de alguma confusão e desordem entre a Casa Branca e a delegação americana às Nações Unidas, os Estados Unidos anunciaram o reconhecimento de facto apenas minutos depois do anúncio da existência de Israel em 14 de maio de 1948. (LIEBER, Vol. 2, No. 3 Setembro, 1998, pp.12)

Dessa forma, apesar do posicionamento oficial do governo Truman a favor de Israel, empréstimos solicitados pelo novo Estado foram adiados por meio de um processo burocrático até janeiro do ano seguinte à resolução da ONU, isto é, 1949, como conta Steven Spiegel em suas notas. Também, as próprias relações entre os dois países se desenvolvem com poucas interações e evoluem de forma lenta.<sup>35</sup>

Em seus primeiros anos de existência, inclusive, ao contrário do que se imaginaria, o

---

<sup>35</sup> LIEBER, J. Robert - U.S.-Israel Relations Since 1948. Middle East Review of International Affairs Vol. 2, No. 3 (September 1998).; ver SPIEGEL, Steven L. The Other Arab-Israeli Conflict: Making America's Middle East Policy, From Truman to Reagan. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

país, o qual Israel teria mais relações e desdobramentos internacionais, seria a França e não os EUA e, os motivos, repousavam-se, prioritariamente, ao compartilhamento de um inimigo em comum, Gamel Abdel Nasser. Na perspectiva dos franceses, o presidente egípcio, era um dos principais defensores de um nacionalismo árabe e dos rebeldes argelinos de 1954; para Israel, Nasser era tido como um de seus maiores adversários no mundo árabe. À vista disto, a França passa a ser uma importante fornecedora de armas e de tecnologia nuclear para o recente Estado de Israel, enquanto, os EUA mantinham seu relacionamento com o estado judeu timidamente (LIEBER, 1998).

No entanto, passado o governo Truman, Israel experimenta uma mudança na PE estadunidense em sua direção. O período em que essa nova abordagem tem sua origem, pode ser identificado em três momentos diferentes, o primeiro, sendo no início do segundo mandato de Dwight Eisenhower, o segundo, durante o governo de John Kennedy, e o terceiro, após a guerra de 1967, então conhecida como a Guerra dos seis dias, na gestão de Lydon Johnson. Dessa forma, há autores que consideram o primeiro momento como o começo dessa inflexão, enquanto que, em sua maioria, enxergam apenas o segundo e o terceiro momento. Todavia, uma exposição do que ocorreu durante o primeiro governo de Eisenhower se faz necessário antes de explorarmos essa mudança, pois o mesmo foi marcado por um “distanciamento” entre os dois estados, EUA e Israel.<sup>36</sup>

Assim, como visto, os momentos iniciais que marcam as interações entre Israel e os EUA são dotados tanto da presença de caracteres estratégicos quanto de cargas morais. Os primeiros ligados à possibilidade do exercício de influência na região, alinhado as dinâmicas da balança de poder, e interesses econômicos, como fontes de petróleo. Os segundos, decorrem da sensibilidade pós-Holocausto que pairava no coletivo estadunidense e do crescente movimento sionista. Contudo, ambos não conseguiram por si só, mover a PE dos EUA em direção ao Estado judeu, à vista de que, Israel, teve de buscar a França como aliado. A decisão de reconhecimento do Estado judeu foi tomada em meio a controvérsias e dependeu do exercício da “vontade” de Truman, o qual viu neste ato coerência com suas ideologias de política externa, tanto realistas como morais. Outra condicionante relevante que surgia, concomitantemente com o Estado judeu, era o “Lobby de Israel” decorrente de uma crescente comunidade judaica dentro do território estadunidense, dando maior peso aos caracteres morais da aliança EUA-Israel.

---

<sup>36</sup> Idem.

Dessa forma, percebe-se que todas as variáveis estiveram presentes no estágio inicial trazendo como resultando o reconhecimento por parte dos EUA de Israel como Estado independente quase de imediato, mas não suficientes para o estabelecimento de uma “aliança especial” ou mesmo interações consistentes entre os dois países nesse período. O realismo enxergará que as vantagens de se apoiar Israel, *a priori*, não se encaixariam entre as melhores decisões para região, tendo em vista que a “Guerra Fria” estaria apenas em seus ensaios e outros países do Oriente Médio seriam mais chamativos. No entanto, para o realismo cristão, Truman e as invocações morais da sociedade estadunidense tiveram papel fundamental em direções pontuais que PE estadunidense tomou, desde o reconhecimento às promessas de auxílio, as quais não se tornaram concretas mas podem ser explicadas pela dificuldade de “transcendência” dos Estados em âmbito internacional.

## **2.2 - Eisenhower, Kennedy e Johnson: o despertar de uma aliança**

Eisenhower assume, 1953, em meio à instabilidades advindas das relações entre os países do mundo árabe com países europeus, estes, o Egito de Nasser e a Grã-Bretanha e a França, interações, as quais, culminariam nos anos seguintes no que foi a crise do Suez. Percebe a falta de simpatia das forças políticas da região do Oriente Médio para com os EUA e, diante disso, “a Casa Branca sente a necessidade de focar em uma política de Oriente Médio autônoma, desvinculada dos principais interesses europeus.”, tendo que para isso, “negligenciar seu único aliado na região, Israel, e a promover em 1954 o *Baghdad Pact*” (DONNO, 1995, p.146). Portanto, já no primeiro ano da gestão de Eisenhower, as relações de Israel e EUA experimentam um distanciamento, o qual é agravado em 1956, quando se deu início a crise do Suez, com a nacionalização do Canal do Suez por Nasser e a reação por parte da Grã-Bretanha, França e Israel de alinhamento e enfrentamento ao presidente egípcio. A guerra se inicia em 29 de outubro desse ano com o avanço de tropas israelenses sobre a península do Sinai, surpreendendo à Israel o não envio de tropas britânicas e francesas para seu auxílio. O governo estadunidense, por sua vez, o qual tentara resolver as perturbações da crise por vias diplomáticas, condena firmemente a atitude de Israel, com o receio de por conta de suas “aspirações políticas” e “pretensões imperialistas franco-britânicas” gerar um confronto direto com a URSS, como observado por Luiz Salgado Neto (2010). Eisenhower expressa a David Ben-Gurion sua insatisfação com a mobilização das forças militares israelenses, alertando o chefe de governo de Israel que esta ação colocaria em perigo a paz e a



amizade entre as suas duas nações.

Além disso, o governo norte-americano também pressionou intensamente Israel, afirmando que a continuidade das operações militares israelenses poderia cancelar “toda a ajuda norte-americana, governamental ou privada”. Com isso, Washington mandava um claro sinal de que, além de paralisar a ajuda providenciada pelo governo, poderia criar um mecanismo para impedir a ajuda econômica que judeus norte-americanos enviavam para Israel, algo de suma importância para o orçamento do Estado judeu. (NETO, Luiz Salgado, 2010, p.102)

Eventualmente, após a questão ser levada à ONU, Grã-Bretanha e França decidem por recuar e Israel se vê obrigado a retirar suas tropas dos territórios egípcios, encerrando o conflito em 1957. O evento faz Israel perceber a importância do apoio dos EUA e que, para tê-lo, não poderia atuar militarmente de forma livre. Dessa forma, observa-se um “esfriamento” nas relações entre o estado judeu e os EUA, vindo haver a reaproximação, somente, no segundo mandato de Eisenhower, em acordo com os três momentos de mudança aqui enunciados.<sup>37</sup>

Para o primeiro momento, apoio-me nos estudos de Robert J. Lieber, pois é um dos poucos analistas políticos que admitem esse como o começo dessa transição da PE estadunidense em direção à Israel, o mesmo, por sua vez, baseia-se “no excelente trabalho do professor Abraham Ben-Zvi, da Universidade de Tel Aviv, em seu livro *Década de Transição: Eisenhower, Kennedy e as Origens da Aliança Israelita Americana*”<sup>38</sup>. Para Lieber (1998), o texto que toma como ponto de partida, instiga de que antes de 1962, o qual seria comumente creditado como o ano que ocorrera tal mudança, não seria o início desta, contudo “uma mudança sutil mas profunda” na PE estadunidense é datada antes disso, mais precisamente, durante a segunda administração de Eisenhower. As motivações, no entanto, não seriam resultado de políticas domésticas, ou insinuações no âmbito interno, não teriam caráter, pelo menos, de principal fator causal, segundo Lieber, as motivações viriam por meio de um despertar estadunidense para “fatores estratégicos no Oriente Médio e pelo reconhecimento de que Israel poderia ser um ativo estratégico para os Estados Unidos, em vez de um fardo”

---

<sup>37</sup> NETO, Luiz Salgado – A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956), Dossiê de Guerras. Conflitos e Tensões, REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 17 / JUL-DEZ, 2012

<sup>38</sup> LIEBER, J. Robert - U.S.-Israel Relations Since 1948. Middle East Review of International Affairs Vol. 2, No. 3 (September 1998, p.13).;

(1998, pp.13)

Esse despertar, contudo, só é possível com uma transformação no cenário da região do Oriente Médio, que ocorre, especialmente, por ter sido afetada em 1958, com as crises no Iraque, Jordânia e Líbano. Na ocasião, o governo “pró-ocidental do Iraque foi derrubado”, a “monarquia hachemita do rei Hussein na Jordânia parecia ameaçada”, e a situação política no Líbano aparentava estar demasiadamente instável que a administração de Eisenhower se viu na obrigação de oferecer ajuda militar em “Beirute por um período de vários meses”.<sup>39</sup> Diante dessa falta de estabilidade nos países do mundo árabe mais próximos do Ocidente e sua zona de influência, os EUA acha em Israel “a única potência pró-ocidental na região”<sup>40</sup>. A partir disto, o governo Eisenhower consegue enxergar no Estado Judeu um potencial aliado estratégico e, essa “mudança sutil”, levaria a resultados profundos a PE estadunidense em direção a Israel e sua vizinhança.<sup>41</sup> Portanto e ainda, esse primeiro momento pode ser materializado na carta de agosto de 1958 do Secretário de Estado John Foster Dulles ao primeiro-ministro israelense David Ben-Gurion atestando esse despertar:

O cerne da questão ... é a necessidade urgente de fortalecer os baluartes da ordem internacional e da justiça contra as forças da ilegalidade e da destruição que atualmente estão atuando no Oriente Médio. Ficamos contentes que Israel compartilha esse propósito, como ilustrado por sua profunda e apreciada aquiescência no uso do espaço aéreo de Israel por aeronaves dos Estados Unidos e do Reino Unido em sua missão em apoio à Jordânia. Acreditamos que Israel deveria estar em posição de deter uma tentativa de agressão por parte das forças locais e preparada para examinar as implicações militares deste problema com uma mente aberta ... A situação crítica no Oriente Médio hoje dá a Israel múltiplas oportunidades de contribuir, desde seus recursos de força espiritual e determinação de propósito, à uma ordem internacional estável. (Carta de Dulles, 1 de Agosto de 1958 – grifo do autor)

Em consonância com a proposta desse presente estudo, não poderia deixar de se observar a presença do conteúdo religioso durante esse período, apesar de que o mesmo será

---

<sup>39</sup> LIEBER, J. Robert - U.S.-Israel Relations Since 1948. Middle East Review of International Affairs Vol. 2, No. 3 (September 1998) pp. 13-15; ABRAHAM, Ben-Zvi (2010) Influence and arms: John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson and the politics of arms sales to Israel, 1962–1966, Israel Affairs, 10:1-2, 29-59.

<sup>40</sup> Idem, p.14.

<sup>41</sup> Idem.

explorado, ainda nesse capítulo, mais adiante. O que convém ser observado, por hora, é que antes das crises que assolaram os estados “pró-ocidentais”, Líbano, Jordânia e Iraque, a moral religiosa de Israel não fora suficiente, à primeira vista, para mover a PE estadunidense em direção a ela, fato também constatado por Lieber,

a reivindicação de Israel de um legado religioso compartilhado não bastava por si só para estimular uma política americana mais favorável. Em vez disso, foi somente depois que o governo começou a reconhecer a dimensão estratégica e a avaliar como os outros governos pró-ocidentais na região realmente eram instáveis, que começou a adotar uma política mais explicitamente cooperativa em relação a Israel. (LIEBER, 1998, pp.14)

Inferese-se que o potencial fator estratégico que Israel ganhou em relação aos interesses estadunidenses no contexto da “Guerra Fria”, a partir das novas dimensões políticas que a região do Oriente Médio apresentava, foi a determinante para que as políticas dos EUA se voltassem para este país, colocando os valores religiosos se comparados em segundo plano, pois na ocasião que havia apenas eles como fatores não acarretou uma mudança de postura do governo de Eisenhower, a primeira instância.

Para auxiliar este ponto, as notas de Kenneth Organski, também exploradas por Lieber (1998), chegam a “conclusões consistentes com as de Ben-Zvi sobre a base para a política estadunidense em relação a Israel”, admitindo em última instância, que seria a PE estadunidense mais composta e influenciada pelos desdobramentos dos interesses externos do que razões advindos da política interna.

As decisões políticas dos EUA com relação a Israel foram, em sua maioria, feitas por presidentes e elites presidenciais de política externa por si mesmas e por razões inteiramente próprias. Quando os EUA não viram Israel apoiando os interesses dos EUA em impedir a expansão da influência soviética, isso não ajudou Israel ... Quando os líderes dos EUA decidiram que Israel poderia ser um trunfo na luta dos EUA com árabes radicais que foram percebidos como clientes soviéticos, eles ajudaram Israel.<sup>42</sup>

Todavia, é válido ressaltar que os pensamentos finais de Organski datam de 1990, fato que evidencia a perda, na composição de sua visão, do crescimento significativo, deste ano

---

<sup>42</sup> LIEBER, Robert J. US-Israel Relations since 1948. 1998, pp.14

aos dias atuais, que tiveram as dinâmicas articulações do “Lobby de Israel” e a força dos apoiadores dos direitos cristãos, sobre a política doméstica e, conseqüentemente, sobre essa PE.

Seguindo, nessa fase transitória, para o segundo momento, temos durante a gestão Kennedy (JFK), no ano de 1962, a escolha de se vender mísseis antiaéreos para Israel e outros equipamentos militares avançados, abordagem, esta, que teve continuação após o assassinato de JFK e a passagem de bastão para Lyndon Johnson. Assim, acredita-se por analistas como Abraham Ben-Zvi (2010), que as sementes da parceria entre EUA e Israel, a qual se consolidaria com a vitória desse último sobre seus inimigos em 1967, fora lançadas no período que a precedeu de forma decisiva para o alcance dos resultados israelenses nos anos seguintes (contudo, defende-se que Israel teria vencido a guerra de 1967 com mais armas francesas do que estadunidenses, pelo simples fato de como foram as relações do estado judeu com esses dois países no início de sua existência, como passível de ser observado com base no que já foi exposto neste ensaio). O argumento, apresentados como motivos para a concretização dessas políticas em direção a Israel, agora se voltam para o ambiente interno e, é sustentado, pelo interesse dos partidos democratas, tanto durante a campanha de Kennedy quanto de Johnson, de se conseguir o apoio da comunidade judaica traduzido em votos, em estados tido como estratégicos, tais como Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Illinois, Flórida e Califórnia, fazendo com que a determinante para a PE estadunidense repousasse nas variáveis internas, sob a forma de considerações eleitorais partidárias, superando os cálculos estratégicos mais concretos, “realistas”, para uma PE em direção ao Oriente Médio (LIEBER, 1998, pp.13).

Finalmente, o terceiro momento, o qual representa a aparente consolidação das relações entre EUA e Israel, o nascimento da aliança, bem como, seu caráter “especial” diante do sistema internacional, data do ano de 1967, ainda na gestão Johnson, após o desfecho da nomeada como “Guerra dos Seis dias”. Como sabido, a eventual guerra se encerra com a derrota por Israel de seus adversários, tendo como um dos fatores para tal, os auxílios advindos dos governos estadunidenses; na perspectiva dos EUA, a posição estratégica que Israel detinha na região agora, colocava-o e por fim, assumia seu lugar, como um “peão antissoviético” e, conseqüentemente, de suma importância para os interesses estadunidenses na região, que visavam, ainda na dinâmica da “Guerra Fria”, conter a presença da URSS no

Oriente Médio.<sup>43</sup>

O governo de Johnson chega ao seu fim, solidificando a posição da PE estadunidense em relação ao estado judeu, como defensora do seu direito de existir – dentro das fronteiras preexistentes - e como buscadora da paz entre Israel e sua vizinhança, entendendo que para o alcance desses compromissos, deveria haver superioridade qualitativa militar de Israel perante seus adversários da região. À vista disso, o fornecimento de auxílio externo (AID) oferecido pelos EUA para o estado judeu aumenta de forma considerável e gradativa. Quanto às ajudas externas, até o ano de 1952 em que o estado judeu experimentou uma provisão no montante de US \$ 86 milhões sob a forma de AID, não houve por parte dos EUA, nenhum montante significativo direcionado ao Estado de Israel desde o início de sua existência, como exposto, a França se mostrava muito mais ativa nas suas relações com este do que os EUA, e, apesar da doação desse valor em 1952, os anos que se seguiram na década de 1950's voltaram a apresentar parcelas moderadas. Ainda em 1967, a ajuda anual fornecida a Israel era de apenas US \$ 13 milhões, esse auxílio só vai perceber seu aumento após a “Guerra dos Seis Dias”, com o oferecimento 76 milhões de dólares em 1968 e 600 milhões de dólares já em 1971 (*New York Times*, Abril, 1998). Evidenciando, a percepção da PE estadunidense sobre o gradual valor estratégico que Israel vinha adquirindo.<sup>44</sup>

Portanto, observa-se que na primeira administração Eisenhower, Israel é deixado às margens da PE estadunidense em detrimento de uma melhora nas relações com outros países da região, contudo as interações não eram ruins, apenas não tinham relevância para ambos os países, principalmente os EUA. Até que com a crise do Canal do Suez, as relações são enfraquecidas e passam por uma tensão, mostrando para Israel a importância estratégica que os EUA possuíam para suas aspirações. Quando no segundo mandato, a geopolítica da região, com a Jordânia, Iraque e Líbano em crise, vê-se em Israel o único Estado no Oriente Médio com certo grau de estabilidade e, decorrente a isto, sua importância estratégica. Em vista disto, os valores morais são enunciados como forma de legitimar essa aproximação e encobrir esse ganho de caráter estratégico que Israel adquirira. Diante disso, os auxílios traduzidos em

---

<sup>43</sup> Ver DEMANT, Peter. Desafios islamistas e respostas ocidentais: o debate sobre o islã e o Oriente médio nos EUA desde o 11 de setembro de 2001-Carta Internacional, março (2006).

<sup>44</sup> LIEBER, Robert J. US-Israel Relations since 1948. 1998; E ver ABRAHAM, Ben-Zvi (2010) Influence and arms: John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson and the politics of arms sales to Israel, 1962–1966, *Israel Affairs*, 10:1-2, 29-59, DOI: 10.1080/13537120412331321361

fornecimento militar – mísseis antiaéreos – e montantes de dinheiro, começariam por crescer gradativamente durante e após as gestões de JFK e Lyndon.

Nota-se, a primeira vista, que os fatores estratégicos foram os determinantes para essa mudança na PE estadunidense. O realismo entende que somente com as dinâmicas do OM passando por períodos de instabilidade em Estados chaves para a balança de poder na região que Israel se torna um ativo estratégico de fato para os EUA. Utilizando como “justificativos”, para mascarar esse ganho de importância do Estado judeu, os valores morais e espirituais que as duas nações compartilhariam. Contudo, não se poderia deixar no ostracismo o papel que o “Lobby de Israel” e a comunidade judaica presente na política doméstica estadunidense tiveram na consolidação da aproximação de Israel e EUA internacionalmente, mesmo que sua influência não adveio diretamente de seu “*Modus Operandi*”, mas sim de suas características “constitutivas”. Estas, bem aproveitadas por JFK e Lyndon que assumiram que se demonstrassem favoráveis à Israel em sua PE ganhariam, por consequência, apoio desses grupos traduzidos em votos. De acordo com as ideias de Niebuhr e o realismo cristão, o uso das identidades constitutivas dessas comunidades por Kennedy e seu sucessor, fazem destes, “Filhos das trevas”; utilizando o ideal como instrumento para sua ascensão ao poder, “*will-to-power*”. Mostrando assim, que se o fator determinante para o “despertar” da mudança da PE se deu por interesses propriamente estratégicos, os fatores morais e subjetivos conseguiram por dar credibilidade a essas novas direções da PE estadunidense, sendo influentes em sua consolidação em um segundo momento.

### **2.3 - Nixon, Ford, Carter e Reagan: o ápice da “Guerra Fria”**

Após percebidos os três momentos do despertar de uma mudança de posicionamento dos EUA em direção ao Oriente Médio e, inevitavelmente, à Israel, passamos a uma fase de evolução da relação entre os dois países, bem como, um estreitamento da “aliança” – contudo, definir assim as relações de EUA com o Estado Judeu da década de 1970’s em diante, não é o mesmo que dizer que a mesma não passou por “estranhamentos” no decorrer desse período – Os anos de 1969-1974 datam a administração de Richard Nixon sob a gerência do governo estadunidense, a proclamada “doutrina Nixon”, aumenta os esforços de combate à URSS por meio do armamento de seus aliados regionais, a exemplo, de Israel, acreditando que, dessa maneira, alcançaria seus objetivos de contenção a influência soviética. Portanto, considera o Estado de Israel como peça-chave para uma possibilidade de consolidação da paz na região e

vital fator estratégico para a manutenção da presença estadunidense de forma relevante no Oriente Médio, assim, os Estados Unidos percebem que o compromisso de resguardar sua existência é essencial e estaria ligado ao mantimento da superioridade qualitativa militar de Israel sobre os exércitos do mundo árabe. O fruto dessa posição favorável de Israel perante seus aliados estadunidenses, bem como, o seu armamento também advindos dos EUA, permitiram a Israel adotar políticas expansionistas contínuas na região “sustentada pela posição de ser o mais seguro aliado dos EUA.” (ABU-EL-HAJ, 2014, p. 27). Outros eventos importantes ocorridos durante o governo Nixon remete a assistência dada pelo governo estadunidense no firmamento de acordos de paz entre Israel e Egito, e Israel e Síria (1973-74), sob a lógica de se aproximar dos países do mundo árabe buscando maior estabilidade para região, ao mesmo tempo, que assegurava o Estado de Israel.

O governo Ford, é marcado por um inexperiente presidente, ascendido ao poder sem o voto popular – após a renúncia de Nixon – e com pouca articulação para a política externa, portanto, decide por manter no comando dos assuntos internacionais, Kissinger, o qual participara da administração Nixon. Esse fato, conseqüentemente, leva a PE da gestão Ford a um alinhamento com a de seu antecessor, pois, Kissinger, opta por dar continuidade a abordagem definida em Nixon.<sup>45</sup>

O governo Carter, por sua vez, trouxe uma ruptura com a linha de raciocínio de Kissinger para se pensar a PE estadunidense, Carter, outorga, em seus discursos, valor aos Direitos Humanos e defende o não uso da força para se lidar com os desdobramentos da política internacional. Tirando o foco do papel que a URSS tem no sistema e as preocupações das ações tomadas por esta. O governo de Carter detém em seu escopo de interações internacionais, os auxílios para acordos ditos como “mais bem-sucedidos” na região do Oriente Médio, sendo esses, os Acordos de Camp David (1978) e do Tratado de Paz Egito–Israel (1979).<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> BORTOLUCI, José Henrique. Política Externa Norte-Americana e o Conflito Árabe-Israelense (1967-1982): Dinâmica e Fatores Determinantes. Universidade de São Paulo, Agosto de 2005

<sup>46</sup> Idem.

Os anos que se seguiram, tem no comando da presidência estadunidense, Ronald Reagan e,

Durante a administração Reagan, as relações não apenas floresceram, como também receberam um conteúdo mais concreto e formal. Além dos compromissos anteriores, foram assinados memorandos de cooperação (1981 e 1988) que constituíram a base para a criação de vários órgãos consultivos e de planejamento conjuntos, que por sua vez geraram acordos práticos, tanto no campo militar como civil. Essas disposições de cooperação mútua foram posteriormente integradas em um memorando mais amplo (1988). (Embaixada de Israel no Brasil)

A administração Reagan, leva ao retorno das políticas de armamento de Israel, mobilizadas pela visão particular do presidente que enxergava na URSS uma clara ameaça a conjuntura internacional, pois ela era identificada por Reagan como a principal fonte dos males do mundo, conseqüentemente, a contenção “à ameaça do comunismo” se tornava uma das prioridades de seu governo. Contudo, as relações dos EUA com Israel no período não aconteceram apenas com entendimentos entre as partes, como exposto pela Embaixada de Israel, apesar de que, de fato, houve um “florescimento” quanto a “formalidade”, mas também, foram marcadas por momentos de desacordos movidos por decisões israelenses de anexo de territórios, como o de Golã, o que gerou a rara condenação dos atos de Israel por parte dos EUA no âmbito da ONU. (BORTOLUCI, 2005)

Estes anos, relatam o ápice da “Guerra Fria”, as disputas por influência e combate às ideologias comunistas pelo governo estadunidense. As posições da PE, por sua vez, foram formadas pelas convicções dos presidentes, bem como, suas disparidades de visões, caracterizando as divergências entre elas. Pois enquanto Carter via pouca importância em reagir em direção às políticas da URSS, preocupando-se com aspectos mais humanitários da política internacional – Direitos Humanos -, Nixon e Reagan concentravam seus esforços de PE para a contenção da influência soviética. Este último, ainda fazia deste, elemento central de sua gestão movido por sua visão particular, a qual considerava a URSS, como exposto, fonte dos males do mundo. Assim, vê-se os fatores subjetivos como também condicionantes do período exposto. E diante disso, o realismo cristão concorda com o construtivismo ao que se refere a importância das ideias nas disputas de poder. Sejam elas cristãs, com o embate entre o “bem” e o “mal”. Sejam elas seculares em formas de governo, entre democracia e socialismo.

Contudo, para o realismo clássico não se pode subjugar a importância de Israel como



um “peão antissoviético” estadunidense no Oriente Médio, papel este, que fica claro nesse período de maiores tensões entre os EUA e URSS. Pois, em decorrência dessa disputa, manter presença em pontos estratégicos era de caráter fundamental para ambos os Estados, e no Oriente Médio essa posição, para os EUA, encontrava-se no Estado de Israel. Sendo a estabilidade do mesmo na região importante para as finalidades dos interesses estadunidenses, sejam estes de contenção do socialismo soviético ou acesso à fontes energéticas. Dessa forma, vê-se na dinâmica da bipolaridade fator estratégico realista determinante que serviu como guia para os rumos tomados pela PE estadunidense neste cenário de “ápice” das tensões observado, cabendo às subjetividades dos presidentes, apenas abordagens mais agressivas ou menos para se lidar com o mesmo desafio.

## **2.4 - De George H. W. Bush à Barack Obama: mudanças na geopolítica mundial**

George H. W. Bush, assumiu o governo estadunidense diante de uma desmantelada ex-URSS e, logo, lança-se às políticas de concentração de poder, para assegurar a recente posição de ator unilateral dos EUA, concomitantemente, que a testa. O caráter marcante de Israel como fator estratégico na região do Oriente Médio perde parcela considerável de seu apelo, tendo em vista de que a disputa por influência, apoio e o combate ao comunismo se esvaziam de sentido. Todavia, mesmo com o desaparecimento dos interesses estratégicos, a relação entre esses países se mantém e sem diminuição de intensidade (DEMANT, 2006). A PE estadunidense em direção a Israel, portanto, no governo George H. W. Bush, outorga para si uma posição de “mediador” entre os israelenses e seus vizinhos, árabes, à medidas da iniciativa de paz de Israel (1989) e o financiamento da Conferência de Paz de Madrid (1991), que desencadeou na convocação de conversas de paz em Washington, D.C.<sup>47</sup>

Esta constante evolução na relação EUA-Israel, em meio ao cenário de fim da bipolaridade característica do período “Guerra Fria”, retira o fator realista estratégico do Estado judeu perante os EUA como motivador dessa PE, indicando que o compromisso de defesa e proteção de Israel por parte do governo estadunidense não encontraria mais lugar na pauta de interesses norte-americanos na região. No entanto, com isso fora, as únicas variáveis restantes repousam nos valores subjetivos do presidente George H. W. Bush e, conseqüentemente, da sociedade estadunidense. A retórica de compartilhamento de valores

---

<sup>47</sup> Embaixada de Israel no Brasil, *Entre as Nações: América do Norte*, 2018.

seculares e religiosos se torna a única variável relevante por se encontrar em uma espaço sem concorrentes, e como percebido acaba por ser suficiente para manter e evoluir essa aliança (DEMANT, 2006). Ainda, é sabido que a fé cristã era professada por H. W. Bush em seus anos no cargo de presidência estadunidense, e um de seus conselheiros pessoais era o famoso pastor e evangelista, abertamente pró-Israel, Billy Graham. A amizade entre a família Bush e Graham persistiu por mais de 50 anos e a influência dos conselhos de Billy sob a gerência presidencial foram mais sentidos ainda no que viria a ser o governo de George W. Bush<sup>48</sup>.

O governo Clinton, por sua vez, segue em busca de uma certa estabilidade no Oriente Médio, dando sequência às mediações das conversas de paz entre os israelenses e sua vizinhança, principalmente, concentrando suas energias em uma solução do conflito israelense-palestino, tendo um sucesso moderado no ano de 1993, com os conhecidos “Acordos de Oslo”, os quais se referem a série de compromissos firmados entre o governo de Israel e Organização para Libertação da Palestina (OLP) na cidade de Oslo, Noruega. Diante disso as Embaixadas de Israel ao redor do mundo analisam a gestão Clinton da seguinte maneira:

teve um papel fundamental no processo de paz do Oriente Médio, apoiando ativamente os acordos entre Israel e os palestinos, o Tratado de Paz entre Israel e a Jordânia, as negociações com a Síria e as iniciativas de cooperação regional, inclusive o fim do boicote árabe. Esforçando-se por manter a superioridade qualitativa de Israel, também se comprometeu a minimizar os riscos de segurança assumidos por Israel em sua busca pela paz. (Embaixada de Israel do Brasil)

Contudo, a gestão de Clinton não consolida de forma pragmática “suas conquistas”, pois o então presidente estadunidense deixa transparecer de que acreditaria que as direções da OLP “deveriam deslocar suas prioridades de negociações territoriais para o desenvolvimento econômico e político, aceitando as propostas territoriais israelenses” (ABU-EL-HAJ, 2014, p.28), levando a interpretação de Israel de que a administração Clinton lhe daria apoio incondicional, deixando assim, o “pragmatismo diplomático”, ao mesmo tempo em que, os palestinos receberam os pensamentos de Clinton como “imperialistas” e esfriaram as negociações.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> LEADERS, FAITH AND A FRIENDSHIP. ABC News. Aug. 2007

<sup>49</sup> Embaixada de Israel no Brasil, Entre as Nações: América do Norte, 2018.; Ver ABU-EL-HAJ, Jawdat. A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe. **História**, Franca, v. 33, n. 2, p. 14-36, Dec. 2014

O período em que essas condicionantes subjetivas serviram como diretrizes da PE estadunidense para Israel, pois se encontravam sozinhas em meio a concepção de tais escolhas políticas, somente chega ao seu findar durante a administração George W. Bush.

Pois, agravando mais ainda o cenário da época, novas variáveis surgem no contexto internacional. A Al Qaeda e o seu ataque as torres gêmeas, apresentam ao mundo a “problemática do terrorismo”, a qual ganhando espaço na Agenda se torna o momento ideal para a recuada de Israel dos Acordos de Oslo. O governo de George W. Bush põe o Oriente Médio no topo de suas preocupações e a PE estadunidense adquire uma nova forma, a “guerra ao terror”<sup>50</sup>.

O então governo de George W. Bush, lança-se em direção ao Oriente Médio, recebendo bastante apoio interno, *a priori*, tanto pelos cristãos sionistas quanto por parte do “Lobby de Israel”, os quais se mostram interessados na derrocada dos estados “inimigos dos judeus”, contudo, este apoio, logo se traduziria em pressões à Casa Branca a cada atitude de PE tomada que desagradasse a esses grupos. Lee Marsden, narra em seu livro *For God's Sake* (2008), o evento em, 2002, que durante o lançamento de uma ofensiva de Israel em direção a Cisjordânia, o presidente W. Bush ordena ao Estado Judeu que parasse imediatamente, contudo, o posicionamento do presidente acaba por desagradar os grupos pró-Israel presentes na política interna estadunidense e, pela primeira vez, Bush experimenta a força destes, “Jerry Falwell organizou seus partidários para inundar a Casa Branca com mais de 100 mil e-mails reclamando sobre a ordem de Bush e insistindo no direito de Israel de tomar as medidas adequadas” (MARSDEN, 2008, p.198), como resultado, o congresso opta por aprovar, mesmo contra o Departamento de Estado, uma resolução apoiando as ações de Israel e culpando os palestinos pela violência. Dessa forma, a administração de George W. Bush demonstra bastante suporte ao Estado de Israel, observados através da condenação dos atos palestinos, a medida em que ignora as ofensivas israelenses e, assim como, pelas defesas a elas no âmbito da ONU. Para Marsden (2008), no entanto, mesmo com a pressão interna e as convicções religiosas do presidente em questão, esse constante apoio e auxílio de Bush à Israel são levados por interesses estratégicos em sua maioria, tais como o reconhecimento do Estado Judeu como aliado vantajoso na região e o comércio de armas, apesar de também reconhecer os interesses particulares de suas políticas que se ligam ao discurso em defesa da democracia e a “guerra ao terror”. Destarte, percebe-se o retorno desses ativos estratégicos como compositores dessa PE, mais um vez, dificultando às conclusões deste ensaio. Todavia,

---

<sup>50</sup> BUSH, George W. *NSS*, 2002.

o peso da fé cristã do ex-presidente ainda é visto como significativo em suas políticas, que por assim permitia ao Lobby de Israel e representantes influentes cristãos, como o supracitado Billy Graham, terem influência em assuntos de sua gestão. Nas palavras de George W. Bush sobre o amparo à sua fé no tempo de sua gestão, *“I don't say you can be president without faith, I'm sure some have done it. In my case, I don't see how you can be president without belief.”*<sup>51</sup>

Outro, dos carros-chefes da gestão de George W. Bush, fora que o presidente sempre defendeu e enxergou “uma resolução de dois-estados”, mesmo que na contramão das visões do “Lobby”, para a solução do conflito Israel-Palestino, como enunciado em seus discursos do *National Security Strategy* (NSS), 2002 e 2006, mas para isso, outorgava a Palestina o dever de “abandonar suas práticas terroristas e adotar a democracia” como forma de governo.

Finalmente, para o fim dos propósitos desse capítulo, a administração Barack Obama. Por vezes, a administração Obama é tida como um período de “desengajamento” e percebida com um certo nível de discordância entre os governos dos EUA e Israel, principalmente, pela escolha do então presidente de se abster, no âmbito da ONU, em resolução contrária aos interesses de Israel no ano de 2016, pela sinalização de concordância com a construção de residências em Jerusalém Oriental no ano de 2010 e, principalmente, pelo estabelecimento do Acordo Nuclear Iraniano no ano de 2015. Entretanto, as relações entre esses países durante a gestão Obama esteve longe de apresentar um “esfriamento” das interações ou mesmo do seu “relacionamento especial”. Pelo contrário, foi marcada por um crescimento nos montantes de ajuda externa, sem contar com o estabelecimento do Acordo de Assistência Militar firmado até o ano de 2028, mostrou-se constante nas menções de Obama em seus discursos (NSS, 2010/2015), apesar de nos mesmos continuar a apoiar a criação de “dois-estados”, ao mesmo tempo, que reitera o compromisso dos EUA com a segurança de Israel e o objetivo de auxiliá-lo na busca pela paz na região. Ainda, em contrapartida da ocasião de abstenção dos EUA perante a ONU em assuntos que iriam contra os interesses do Estado judeu, segundo os registros da Casa Branca (2015), somente no ano de 2014, os EUA se opuseram a 18 resoluções, desta, por considerar que eram “tendenciosas contra Israel” (CALANDRIN, MAGNOTTA, 2015). O ex-presidente Obama, ainda, declarou que a relação entre esses dois

---

<sup>51</sup> LEADERS, FAITH AND A FRIENDSHIP. ABC News. Aug. 2007

países seria “inquebrável”<sup>52</sup> e listou Reinhold Niebuhr como um componente de suas literaturas preferidas, tendo o auxiliado a governar, principalmente, no primeiro ano de sua gestão<sup>53</sup>, indicando a influência e a presença de ideais advindos do cristianismo também em sua administração.

Destarte e a partir dos eventos históricos expostos aqui, observa-se que logo no início do governo de George H. W. Bush, Israel perde seu apelo estratégico na região do Oriente Médio em relação aos interesses dos EUA. Este fato se dá por H. W. Bush assumir a presidência estadunidense diante do desmantelamento da URSS e o encerramento de um período marcado por intensas disputas de poder entre as duas potências globais. Todavia, essa perda não resultou em um distanciamento entre o Estado judeu e o norte-americano, como seria o mais esperado pelo os realistas clássicos, mas acabou por servir como consolidação da PE estadunidense em direção a região. Ocorrida não tão somente no governo de H. W. Bush, mas nos que se seguiram. Os montantes de AID continuaram por crescer, o compromisso com a segurança do Estado de Israel ganhou espaço na PE estadunidense, e as proclamações dos valores compartilhados entre as duas nações, como a democracia, a liberdade e a fé cristã, tornaram-se cada vez mais aceitas e bem definidas diante da ausência do ativo estratégico de outrora. Quanto ao “Lobby de Israel”, este, ganha mais força e relevância no cenário da política doméstica dos EUA e, em decorrência disso, vê-se mais ativo e articulado, como exemplo de seus desdobramentos durante o governo de George W. Bush no episódio do avanço de Israel à Cisjordânia. (MARSDEN, 2008)

Contudo, foi somente com o ataque às Torres Gêmeas no ano de 2001 e as dinâmicas do “terrorismo” adentrando ao imaginário da sociedade estadunidense, que o cenário muda novamente, e novos interesses estratégicos são identificados em relação a Israel. Tornando-o forte aliado, justamente pela defesa dos valores compartilhados por ambos os países, como a democracia, na luta contra grupos terroristas presentes na região, e pelo comércio de armas. Entretanto, percebe-se que mesmo na volta dos interesses estratégicos, os valores morais que seriam proferidos como legitimadores de um “relacionamento especial” entre as duas nações - de forma constitutiva decorrente da ausência de interesses estratégicos claros que justificariam o uso destes nesse período - mantém-se sem notáveis alterações e, por vezes, sendo usados como explicativos para tais decisões políticas que não encontrariam

---

<sup>52</sup> SHERWOOD, Harriet. Barack Obama hails ‘eternal’ US-Israel alliance at start of Middle East visit. The Guardian. 20 Mar, 2013.

<sup>53</sup> DOUTHAT, Ross. Obama the Theologian. The New York Times. Feb.7, 2015; e também BROOKS, David. Obama, Gospel and Verse. April 26, 2007.

fundamentos na teoria realista clássica.

Conclui-se, portanto, que assim como nas primeiras interações entre EUA e Israel, na ocasião do reconhecimento deste último como Estado independente, a PE estadunidense em direção a região e ao Estado judeu engloba outra vez as três variáveis aqui trabalhadas.

## **2.5 - As duas linhas de pensamento e o “Lobby de Israel”**

Indo de encontro com essa breve trajetória histórica das relações entre os dois países, EUA e Israel, é importante colocar em evidência as condicionantes que aparecem no decorrer de nossa descrição, assim sendo, logo nos momentos iniciais que antecedem e precedem a criação do Estado de Israel, percebemos a presença de caracteres sensíveis à natureza humana, acordados pelo “horror” daquilo que aconteceu com os judeus na 2 Guerra Mundial, o holocausto, o que contribui para outorgar caráter moral a criação de um estado judeu, também vemos o surgimento do movimento do sionismo a nível da política doméstica dos EUA e suas primeiras articulações como um grupo de pressão relevante, ainda, interesses políticos de segurança nacional e por assim, estratégicos, mostram-se ativos com o murmúrio daquilo que seria conhecido como “Guerra Fria” e as disputas entre os EUA e a então URSS. Dessa forma, pode-se afirmar que desde o início das relações entre os estadunidenses e os israelitas, as variáveis e, conseqüentemente, as linhas de pensamento que as incorporam estiveram manifestas.

A de mais fácil percepção, é a linha realista política, tanto movida pela dicotomia da “Guerra Fria”. Como visto, os EUA não se voltaram a Israel desde o dia primeiro de sua existência, a mudança só ocorreu durante o segundo governo de Eisenhower, movida pelas crises acometidas na região, as quais deram a Israel a posição que os EUA viam como importante para a composição de sua política externa diante dos desafios de uma disputa pela hegemonia mundial, e, somente a partir desse momento, do “despertar” estadunidense em direção a Israel, que o relacionamento começou a evoluir, concomitantemente, com seu valor estratégico, sendo que os EUA não hesitaram em proclamar os valores “espirituais” de Israel, quando assim lhe foi e tornou conveniente, os quais por si só, antes do reconhecimento do valor aos interesses dos EUA, não foram suficientes para estreitar e evoluir as interações entre eles. Assim, o “relacionamento especial” se desenvolve com mútuo interesse e benefícios

entre as partes, para Israel, era de importância inestimável a ajuda estadunidense com AID e assistência militar para se manter na região hostil em que se encontra, bem como, financiador de suas “aspirações expansionistas”, para os EUA, mantinha a sua presença forte no Oriente Médio e a contenção da URSS e de seu comunismo. Contudo, após o desmantelamento da URSS e o fim da “Guerra Fria”, Israel perde seu apelo estratégico perante os EUA, o que pela lógica realista faria com que houvesse um gradual afastamento e diminuições de ajuda externa por parte dos EUA em direção a Israel, além de o estado judeu perder sua centralidade nas PE estadunidenses, fato que não ocorre, as relações persistiram e houve um aumento gradativo dos auxílios oferecidos pelos EUA para Israel e, até o governo Obama, como exposto, os israelenses continuam a serem pauta importante na composição da política externa do governo dos Estados Unidos da América. Os interesses estratégicos em relação a Israel só voltam a ter relevância para a composição dessa PE, após essa perda do fim da bipolaridade, a partir dos novos desafios impostos pelo terrorismo internacional datado no 11/09.

Demais explicações para tal persistência recaem, também, sobre o “Lobby de Israel”, o qual nasce junto com o Estado judeu, conseguindo demonstrar sua força desde este evento, mas, tornando-se muita mais relevante no decorrer da trajetória vista. Vê-se a busca por apoio desses durante os governos democratas de Kennedy e Johnson, tendo em vista o peso que teria os votos da comunidade judaica à época nos períodos de eleições, apesar de que essas motivações não estariam diretamente ligadas ao “*Modus Operandi*” deste Lobby, a ocasião representa uma causalidade para decisões de PE estadunidense nesses governos. Já nos últimos anos, ganha proeminência e permite enxergar com maior notoriedade suas articulações, principalmente, no governo de George W. Bush e, em meio aos sentimentos de espanto aos atos terroristas do 11 de setembro, consegue extrair desse imaginário coletivo ferramentas para legitimar suas ações. Quando W. Bush assume, este Lobby se dá por satisfeito acreditando que tem um dos “seus homens” na presidência (MARSDEN, 2008), entretanto, logo percebe que a realidade não era bem assim, o governante, apesar do compartilhamento declarada da fé cristã, tem suas próprias convicções que divergiam por vezes dos interesses desse grupo.

O realismo cristão, por sua vez, não fica excluído do período estudado, pelo contrário, apesar de ser o menos notável a primeira vista, mostra-se como o mais presente. O motivo para esse fenômeno esbarra nas próprias concepções do pensamento sobre a “natureza humana” e suas vontades, o “*will-to-power*”, que remete às motivações tanto dos governantes

quanto dos EUA em sua forma de estado-nação; a “Guerra Fria” que leva à maior aproximação dos dois países, esteve sim pautada em valores estratégicos concebidos pelo realismo como já explorados aqui, mas ela também admite variações de acordo com cada administração que esteve inserida em seu contexto. Vemos na passagem de Nixon à Carter, mudanças nas visões que os mesmos tinham sobre o papel que a URSS exercia sobre o cenário internacional, sendo alvo das políticas externas do primeiro a contenção ao avanço soviético, enquanto que o segundo a percebia com menos relevância e opta por mudar tais políticas. Isto, fica mais claro ainda com a chegada da administração Reagan, pois pela visão particular do governante, que via a URSS como a “fonte dos males do mundo”, retorna às políticas para o combate aos ideais soviéticos com mais volume do que foram em Nixon. Um princípio de Ruggie (1998) se torna evidente nesse contexto, o qual afirma que a PE estadunidense permite considerar “o senso de ser dos EUA como uma Nação” em sua formação, invocando, assim, os “fatores ideacionais” que compõem a sociedade estadunidense, entre eles, a própria democracia. Diante disso, pode ser inferido que as tradições do pensamento político internacional dos EUA durante a “Guerra Fria” estiveram se movendo não utilizando dos ideais e valores como ferramentas para o alcance de um objetivo estratégico, mas concebendo estes tais, a partir dos “fatores ideacionais” e dos desejos da sua natureza, como a busca por poder e a sua capacidade de “autotranscedência” à vista da proteção e ajuda externa oferecida ao Estado de Israel. Niebuhr, portanto, auxilia a percepção de um de seus axiomas, o qual outorga importância àquilo que o governante pensa dialogando com o ideal de “*the question of agency*” de Ruggie (1998), e a definir o período em questão como fruto de “rivalidades de ambições e vaidades”, as quais, para o mesmo, só seriam superadas pelo Cristianismo.

Ainda, são os valores morais estadunidenses, bem como, a fé cristã que são percebidos como razão para a permanência e crescimento da aliança EUA-Israel quando os fatores estratégicos perderam seu peso diante do desmantelamento da ex-URSS, na administração George H. W. Bush e administração Clinton. Tendo como constância a presença do pastor Billy Graham na Casa Branca como conselheiro extraoficial ou pessoal de cada presidente estadunidense desde de Truman até Obama<sup>54</sup>.

Hodiernamente, no entanto, com o retorno da presença de todas as variáveis aqui expostas, percebe-se uma PE estadunidense de caráter estratégico e religioso. Contudo, não é possível ainda mediante ao que foi construído identificar a tipologia dessas políticas, nem

---

<sup>54</sup> MURRAY, Michael. Rev. Billy Graham had counseled US presidents since Truman. ABC News. Feb 21, 2018.



quanto o fator determinante de um ou outro. Uma exploração mais aprofundada de um governo específico se faz necessária para o alcance destes propósitos e, é o que está proposto a ser realizado no capítulo adiante.

## **Conclusão**

Conclui-se, portanto, que a evolução das relações entre EUA e Israel tiveram um início tímido, de evolução lenta, porém, gradativa. Os fatores que possibilitaram esse florescimento são diversos, como previstos nesta seção, os EUA foram os primeiros a reconhecerem o novo estado, mas demoraram para oferecer ajuda militar e assistência econômica, que ficou por conta da França, isso deveu-se à divisão que se encontrava na Casa Branca sobre qual seria a melhor abordagem para se tratar o recente estado. Passado os primeiros anos de sua existência, o relacionamento enfrentou “estranhamentos” em 1953 e, especialmente, em 1956-57 com a Crise do Suez, somente em 1958 que os dois países voltaram a terem uma (re)aproximação e, após as “Guerras dos Seis dias” e o ano de 1973, as relações se intensificariam. Lieber evidencia esse fato por meio das estatísticas de ajuda externa:

Como prova disso, um estudo recente mostrou que enquanto a ajuda externa americana a Israel no ano passado, de 1949 a 1973, totalizou US \$ 3,2 bilhões, cresceu para US \$ 75 bilhões no período de 1974 a 1997. De fato, no final dos anos 70, Israel havia se tornado o maior beneficiário único da ajuda externa americana. (Lieber, 1998, pp. 14)

No que se refere às variáveis e suas tipologias, é percebido quatro momentos. O primeiro, percebe em meio a criação do Estado de Israel e o reconhecimento deste - juntamente com seu caráter independente - de forma quase imediata por parte dos EUA, a presença dos caracteres subjetivos, prioritariamente morais, as primeiras articulações e nascimento do Lobby de Israel e os interesses propriamente estratégicos igualmente movendo Truman à esta decisão. No entanto, as relações entre esses países acontecia com poucas interações entre eles e sem muita expressão, sendo essas variáveis incapazes de moldar a PE estadunidense em favor de um relacionamento significativo entre ambos. Somente no segundo momento, diante da crescente instabilidade dos Estados aliados aos EUA no Oriente Médio durante o governo Eisenhower, que Israel é percebido e ganha peso estratégico relevante para

atrair a PE estadunidense em sua direção e assim ocorre. Iniciando a partir disso uma aliança gradativa em comprometimento, movida, portanto, pelos interesses estratégicos e explicada por meio do uso justificativo dos valores morais compartilhados, por ora. Até que a “Guerra Fria” chega ao seu fim, concomitantemente, esse peso estratégico de Israel também. Levando-o ao terceiro momento, em que ficam apenas os valores morais para guiar as diretrizes da PE estadunidense à Israel, concebendo-os não mais como justificativos mas sim constitutivos, na ocasião, apresentando uma intensificação da relação EUA-Israel. Voltando, por fim, incorporar todas as variáveis como do início, à medida que os interesses estratégicos ressurgem como reação aos novos desafios internacionais, mais especificamente, atos e grupos terroristas vistos como ameaça à segurança internacional e do próprio EUA.

Todavia, mesmo diante dessas observações, o desafio quanto a identificação da determinante para a PE estadunidense em direção a Israel e sua região, bem como, de seu caráter constitutivo ou justificativo, a breve exploração do período histórica e os paralelos com elas feitas, não oferecem base de conclusões suficientes.

Continuaremos, portanto, a explorar a relação entre os dois estados em busca de nossas determinantes, constitutivas ou justificativas, para tanto e com essa finalidade, aprofundaremos nossos estudos no próximo capítulo sobre a atual gerência do governo estadunidense e sua política externa para Israel e região, administração Donald Trump.

## Capítulo

### 3

#### *Administração Donald Trump*

A eleição de Donald Trump para a ocupação do cargo de presidência dos EUA, por si só, causou incertezas sobre as direções que a política externa estadunidense tomaria a partir de sua gestão. Não foi surpresa a sua menção como um evento importante em escala global<sup>55</sup>, pois de um candidato desacreditado e fora dos meios políticos se tornou o representante de um dos países mais presentes nos assuntos e desdobramentos internacionais. A maior parte desse fenômeno se deve àquilo que Trump definiu como prioridade em sua administração, suas ideologias e propostas por vezes tidas como irracionais dentro da perspectiva realista.

O almejado para a última parte deste ensaio será, em paralelo a tudo que foi construído nos capítulos anteriores, aprofundar os instrumentos de análise à medida que observados as escolhas de políticas externas em direção ao Oriente Médio, e consequentemente Israel, do atual governo estadunidense. Permitindo ir de uma investigação ampla e histórica para uma mais específica e detalhada. Para assim, alcançar os objetivos dessa análise, evidenciando o conteúdo religioso presente na PE dos EUA e concluindo sobre sua importância como caráter “constitutivo” ou “justificativo”. Ainda, identificando se a PE estadunidense estaria sempre se movendo dentro da teoria realista, e assim sendo a melhor “lente” para compreendê-la, ou se a mesma poderia ser explicada e entendida melhor pelo realismo cristão, o qual permite uma síntese com as ideias construtivistas.

O caminho que conduzirá à tais propostas será disposto da seguinte forma; primeiro, explorar-se-á os pilares proferidos como sustentadores e norteadores da administração Trump, a partir dos discursos presidenciais e dos de membros de sua gestão, como o Vice-presidente, Mike Pence. Estes, serão o de posse da presidência, o *NSS (National Security Strategy)* 2017 e demais pronunciamentos relevantes para os objetos de estudo deste ensaio. Espera-se conseguir identificar o arcabouço ideológico que seria o condutor de sua administração e verificar, por meio de suas decisões de PE para a região, se este realmente o serve dessa maneira, ou se o utiliza por conveniência para o alcance de outras finalidades. Assim, no segundo momento, como fontes de análises para a observação das variáveis e da coerência ou

---

<sup>55</sup> BBC Brasil relembra os principais fatos de 2016. BBC News 2016.

incoerência da administração Trump para com seus pilares de PE em direção ao OM já identificados à chegada desse momento, os eventos de retirada dos EUA do Acordo Nuclear Iraniano, os ataques a Síria e a mudança da embaixada estadunidense em Israel, acompanhada do reconhecimento de Jerusalém como a capital do Estado judeu, serão expostos. Nestes, identificar-se-ão as variáveis que os compuseram, permitindo com que as correntes que os explicam ou os provocam, como visão de mundo, apareçam. Assim, o papel do “Lobby de Israel” será considerado quando se mostrar relevante como condicionante na tomada de decisão da atual gestão em relação a esses eventos. Ainda, a presente discussão se desenrolará com o auxílio de posicionamentos de “*think tanks*” e dos dois jornais mais influentes dos EUA, *The New York Times* e *The Washington Post*<sup>56</sup>, tendo em vista que os acontecimentos postos para observação são recentes e não seria possível a mensuração de seus resultados, como realizado anteriormente na análise do relacionamento dos EUA com Israel até o governo Obama. Por fim, num último momento, a síntese de tudo que foi exposto será feita, invocando o debate que levará ao alcance das finalidades do capítulo, bem como, deste ensaio, e as conclusões finais serão dadas.

### **3.1 - O imaginário do governo Trump**

Donald Trump assume a presidência dos Estados Unidos da América no dia 20 de janeiro de 2017. Ocasão, a qual o discurso de posse, contendo o primeiro vislumbre do que viria a ser sua administração, foi proferido. Apesar, das tentativas de se realizar uma transição de governo tranquila entre o governo democrata de Barack Obama ao vigente governo republicano de Trump, a realidade esteve distante desse desejo. Os dois últimos presidentes estadunidenses demonstraram suas divergências políticas e pouca estima em direção ao outro abertamente.

No discurso de posse do 45º presidente dos EUA, no entanto, os protocolos seguiram como de praxe, Obama esteve presente para a passagem do poder e escutar as primeiras palavras de Trump como chefe de estado estadunidense. Estas, demonstravam-se repletas de promessas de “tornar a América grande novamente”<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> 4international media & newspapers. 2016

<sup>57</sup> Estados Unidos da América. Donald Trump. Discurso de Posse. Washington, 20 janeiro. 2017

Assim, Trump, em seu discurso no dia 20 de janeiro de 2017, transpareceu seu descontentamento com as direções que a PE estadunidense estaria tomando e se realizando, para o mesmo, os EUA tinham se voltado para fora e esquecido de seus próprios cidadãos. “Nós defendemos as fronteiras de outras nações e esquecemos das nossas”<sup>58</sup>; “Nós fizemos outros países ricos [...] enquanto nossa riqueza se dissipou no horizonte”<sup>59</sup>; e diante disto, emana o prisma que adotaria para a suas decisões de PE e garante que todas suas escolhas políticas seriam tomadas a partir desse axioma, sendo este, “*America first*”. A lógica desse princípio adotado por Donald, refere-se a inversão dessas prioridades que o deixavam insatisfeito, colocando, agora, os EUA e seus cidadãos em “primeiro” sempre, em todos os assuntos seja qualquer que for a natureza. Ainda, na mesma ocasião, aproveita a oportunidade para dizer que trabalhará para “erradicar o terrorismo radical islâmico”<sup>60</sup> e “reforçar antigas alianças”.

Trump, reafirma seu comprometimento com os valores estadunidenses, democráticos, religiosos e libertários, enxergando-os como responsáveis por tornar os EUA referência mundial, concomitantemente, que dá garantia de que não os forçaria a nenhuma nação, mas que exerceria a liderança dos EUA no sistema internacional por meio do exemplo; “Nós não queremos impor nosso modo de vida a ninguém, mas nós iremos deixa-lo brilhar como exemplo, para que todos nos sigam”<sup>61</sup>.

Dessa forma, infere-se, à vista de seu primeiro pronunciamento, que o governo de Trump carrega e incorpora sentimentos patriotas e valores que compõem e ajudaram a formar a comunidade imaginada estadunidense, tanto religiosos quanto seculares, acreditando que os EUA são “protegidos por Deus”<sup>62</sup> e tem uma missão de serem o modelo para os demais Estados.

É válido ressaltar que outros temas e políticas estiveram presentes durante o pronunciamento de posse de Trump, mas que por se referirem a assuntos domésticos próprios ao Estado norte-americano, não tem relevância para as propostas deste ensaio e por isso não serão expostos aqui.

Em outra oportunidade de discurso, dessa vez para o Congresso estadunidense, Donald Trump segue coerente com seu axioma, “*America first*”, e seus valores morais. As

---

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> Idem.

direções da sua PE para o Oriente Médio, define a relação com Israel como uma “aliança inquebrável”, sensibilizando-se com comunidades judaicas, as quais recentemente a data em que discursara tinham sofrido ataques, para reafirmar o seu compromisso de luta contra o “ódio e o mal”<sup>63</sup> e o terrorismo que o engloba. Portanto, vê os aliados dos EUA presentes no OM como contribuintes valiosos estrategicamente e militarmente para a superação dessas problemáticas. Ainda, aproveita para garantir sanções a todos aqueles que apoiarem o Acordo Nuclear Iraniano (2015).

A fé cristã do presidente Trump, ainda, é parte presente de seu governo. Donald diz que tem um excelente relacionamento com Deus<sup>64</sup>, apresenta-se como defensor do cristianismo pelo mundo<sup>65</sup>, define-se como um cristão orgulhoso por ser<sup>66</sup> e estende a todo os EUA, esta fé, como uma característica comum, com declarações de que em seu Estado governos não são adorados, mas sim Deus é<sup>67</sup>, e de que a oração – prática adotada por aqueles que professam a fé cristã como forma de se comunicar com Deus – foi elemento central da fundação estadunidense, sendo até os dias atuais o que a sustenta sua nação<sup>68</sup>. A adoção desses ritos religiosos como a oração na Casa Branca, contudo, não é exclusividade dessa administração, como visto outros presidentes estadunidenses o assim fizeram, mas em Trump ela aparenta estar ainda mais ativa, com reuniões entre cristãos e os membros desta gestão para estudo bíblico dentro da mesma, orações a pedido de Trump antes do início de encontros políticos e até a narrativa de que a própria eleição de Donald Trump seria resultado de “vontade divina”, como conta Steve Strang em seu livro *God and Donald Trump* (2017). O estabelecimento do primeiro rei de Israel a partir da narrativa bíblica se dá por intermédio de Samuel, tido como profeta do próprio Deus. Na ocasião, Deus teria comunicado a Samuel que escolhera Saul para se tornar o rei de Israel, para que assim o profeta o unguisse e a profecia se cumprisse<sup>69</sup>. Strang (2017) conta que de forma semelhante Deus teria escolhido Trump para o cargo da presidência estadunidense, por meio de uma profecia, a qual indicava que Deus estaria “levantando” Donald Trump para o exercício de tal cargo. Desse modo, uma das retóricas que compõem a presente administração enxergam com base no livro bíblico de

---

<sup>63</sup> Estados Unidos da América. Donald Trump. Discurso para o Congresso Americano. Washington, Março. 2017

<sup>64</sup> Trump has ‘great relationship’ with God. CNN. Jan 17, 2016.

<sup>65</sup> Trump promete retorno a valores religiosos: ‘Tempos estão mudando’. ASSOCIATED PRESS. Outubro, 2017. (OGlobo).

<sup>66</sup> Trump Responds To Pope Saying He’s ‘Not Christian’ [FULL RESPONSE]. ABC News. Fev 18, 2016.

<sup>67</sup> Trump: ‘In America we don’t worship government, we worship God’. Washington Post. Jul 1, 2017.

<sup>68</sup> ‘Prayer Changes Hearts’: President Trump Honors God’s Redemptive Work in Former Bank Robber’s Life. CBN News. Maio 4, 2018.

<sup>69</sup> 1 Samuel 9:15-17; 1 Samuel 10:1; 1 Samuel 10:24

Romanos<sup>70</sup>, autoridade dada por Deus a Trump para governar.

Mike Pence, Vice-presidente da administração Trump, também não esconde suas crenças religiosas, como a sua fé cristã<sup>71</sup>, nem seu orgulho<sup>72</sup> da atual gestão ser a mais pró-Israel da história dos EUA como o mesmo define. Para Pence (2016), “a guerra de Israel é nossa guerra. A causa de Israel é nossa causa.”; acreditando por assim que os EUA deve permanecer e apoiar o Estado judeu, sendo as razões para tal, “as mesmas razões que boas pessoas permanecem com Israel”<sup>73</sup>. Invocando os valores, a justiça e a fé dos dois Estados, os quais para Pence (2016) seriam os mesmos, como legitimadores de tal compromisso e aliança. Assim, percebe-se que o mesmo estabelece a ligação entre o seu suporte à Israel com o fato de se identificar como cristão devoto.

Portanto, à vista do que foi exposto, o arcabouço ideológico da atual administração estadunidense pode começar a ser percebido, contudo, a fim de tornar mais precisa a análise e identificável as motivações e legitimação das escolhas políticas da gestão de Trump, a abordagem de seu *National Security Strategy (NSS, 2017)* se faz necessário e agrega ao proposto.

Donald Trump, começará por elencar os desafios internos e externos enfrentados durante seu breve período de exercício de presidência dos EUA, bem como, as suas realizações e futuras políticas para se lidar com os obstáculos que ainda persistem. No âmbito internacional, algumas dessas dificuldades, definidas pelo presidente Trump, são o florescimento do Islamismo radical que conduz ao terrorismo e o desenvolvimento e proliferação de armas de capacidade de destruição em massa. Para a superação das mesmas, Trump defende o enfrentamento do governo ditatorial do Irã e a renovação de parcerias com aliados possibilitando a dissipação de forças terroristas presentes na Síria e no Iraque. O seu *NSS (2017)*, busca o avanço da influência estadunidense pelo mundo e a promoção da “balança de poder” favorável aos EUA e seus aliados. A administração assume como princípio de suas políticas e guia de sua lógica a corrente realista, “*It is a strategy of principled realism that is guided by outcomes, not ideology.*” (TRUMP *NSS*, 2017, pp.1), ao mesmo tempo que recorre também aos seus valores morais como importantes para os

---

<sup>70</sup> Romanos 13:1

<sup>71</sup> JONES, Emily. Mike Pence to CUFI: I Support Israel Because I Am a Christian. 2017

<sup>72</sup> Idem

<sup>73</sup> Mike Pence Speaks About Israel. 9 November. 2016; Ver também ‘There’s Prayer on a Regular Basis in This White House’: Mike Pence Reveals Faith Behind the Scenes. CBN News. Maio 4, 2018.

fundamentos de tais políticas, “*And it is grounded in the realization that American principles are a lasting force for good in the world.*” (TRUMP NSS, 2017, pp.1). A administração Trump sustenta essa narrativa a medida que percebe o fascismo, o imperialismo e o socialismo juntamente com a “Guerra Fria”, “ameaças contra o seu espírito criativo e inovador”<sup>74</sup>, vencidos pelo os EUA e seus valores morais, outorgando à democracia um princípio de caráter global.

Assim, a política de segurança estratégica nacional estadunidense de 2017 é estabelecida em quatro pilares. O Pilar I, concentra-se na proteção dos cidadãos estadunidenses por meio do desmantelamento daquilo que os ameaçaria externamente, isto é, o terrorismo e armas de destruição em massa. O Pilar II, refere-se às práticas econômicas de reciprocidade comercial e a liderança de inovação e tecnologia. O Pilar III, lida mais ativamente com os problemas de segurança internacional, o terrorismo e a instabilidade na Síria, Irã e Iraque, apresentando como políticas reacionárias a renovação/reflorescimento militar, por meio da inteligência, modernização de armas e prevenções das de capacidade de destruição em massa, e o reforço de laços com aliados. O seu intuito se encontra na preservação da paz, outorgando papel aos Estados parceiros auxiliarem militarmente quando assim convir. Por fim, o Pilar IV, retoma a retórica de expansão dos valores estadunidenses, almejando o avanço do “*American influence*”<sup>75</sup> através desses, traz o Japão e Coréia do Sul como exemplos de sucessos democráticos, e defende não a imposição dos princípios morais sobre os demais Estados mas a importância de ser referência mundial e inspiração para aqueles que vivem debaixo de um governo tirânico. “*America’s values and influence, underwritten by American power, make the world more free, secure, and prosperous*” (NSS, 2017 Pp.55).

Com base nesses pilares, o NSS de Trump destecerá as escolhas de abordagens políticas em direção a cada região do globo as quais se mostrariam relevantes para os EUA. Para os objetivos da atual pesquisa, a PE para o OM será a destacada.

Os interesses e desejos estadunidenses definidos pela administração Trump para esta região são um Oriente Médio mais estável, livre de grupos terroristas que ameaçam a segurança dos EUA, e que contribua como fonte de energia para o mercado global. O posicionamento da atual gestão estadunidense é de que *Israel is not the cause of the region’s problems.* (NSS, 2017, Pp.49), e de que o Irã continua como uma ameaça a ser combatida por

---

<sup>74</sup> TRUMP, Donald. NSS, dezembro 2017. p. 2

<sup>75</sup> TRUMP, Donald. NSS, dezembro 2017. p. 37



dar continuidade a suas atividades nucleares apesar do Acordo Nuclear Iraniano (2015), entendendo-o assim como tendo papel perpetuador do ciclo de violência na região. As ações são divididas entre políticas, econômicas e militar e segurança. Em relação às classificadas como políticas, trabalha de forma proativa para o estabelecimento de um acordo que conclua a problemática da guerra civil na Síria e encontre uma solução à questão dos refugiados, continua a estreitar os laços de parceria com o Estado do Iraque independente, busca conter a influência negativa do Irã na região e empenha-se na obtenção de um acordo de paz para os israelenses e palestinos. Quanto às econômicas, incentiva a modernização das economias do Egito e Arábia Saudita. De militar e segurança, defende a manutenção de uma presença “necessária” dos EUA na região, para a garantia de segurança, tanto de seus aliados quanto de si, de ataques terroristas e para preservar balanças de poder favoráveis, e busca trabalhar com seus aliados para neutralizar as atividades “malignas” do Irã no Oriente Médio.

Destarte, as bases são por assim estabelecidas:

*This strategy is guided by principled realism. It is realist because it acknowledges the central role of power in international politics, affirms that sovereign states are the best hope for a peaceful world, and clearly defines our national interests. It is principled because it is grounded in the knowledge that advancing American principles spreads peace and prosperity around the globe. We are guided by our values and disciplined by our interests. (NSS, 2017, pp.55)*

Advindo dessas definições dos pilares da administração Trump postos pela mesma, pode-se concluir que a dualidade entre os ativos estratégicos e valores morais na política externa dos EUA persiste. Os princípios realistas são considerados dentro daquilo que a comunidade estadunidense construiu enquanto sociedade, sendo os valores estadunidenses os ditadores de suas motivações de ações, as quais podem não vir a se cumprirem pelo o esforço do realismo de os “disciplinarem”, tornando-os coerentes com o alcance de resultados desejados. Em Trump, percebe-se na importância em que este outorga aos “fatores ideacionais” imersos em seu Estado, o potencial constitutivo de seu mover político, apresentando-se, por vezes, como próprio produto dessa construção. Para o presidente, essas variáveis subjetivas serviriam como “luz”<sup>76</sup> para o resto do mundo, ao afirmar que os EUA deveriam se deixar “brilhar” como exemplo, aproximando consideravelmente das ideias de Niebuhr e do realismo cristão, o qual admite o mesmo papel para a fé cristã e a ética de Jesus

---

<sup>76</sup> Mateus 5:14-16

Cristo.

Ainda, percebe-se como elemento central de suas políticas externas e também internas, um caráter nacionalista marcante, o qual reflete essa valorização dos ideais subjetivos estadunidenses, principalmente religioso, a medida de que esse nacionalismo teria fonte bíblica. Vishal Mangalwadi (2012) evidencia essa ideia ao fazer uma clara separação entre o nacionalismo bíblico e o nacionalismo germânico secular. Defendendo a ideia de Estado-nação moderna, concomitantemente, de valor nacional como criações concebidas a partir da Bíblia. O relato bíblico das nações como resultado da vontade de um Deus soberano se encontra em Gênesis 11, no qual por ação divina a humanidade foi separada em comunidades linguísticas diferentes e espalhadas por toda a terra<sup>77</sup>, continuando com a promessa – aliança – de Deus feita a Abraão que incluía “descendentes, posse de terra particular, autoridade para governar, prosperidade econômica e sujeição do povo a obedecer à lei de Deus” (MANGALWADI, 2012, p.206). Assim, as nações se originam e a aliança descrita resulta na ligação dos descendentes de Abraão com a terra prometida – Israel – e no nacionalismo judaico. Este último, constrói o “patriotismo bíblico” como expositores de valores de solidariedade internacional e penitência, sendo forjados em meio a trajetória de Israel, de Abraão à escravidão à libertação à o domínio de Israel por outros povos, como o babilônico<sup>78</sup>. A personificação desse nacionalismo bíblico seria encontrado, portanto, na figura de Daniel, o qual amando sua nação optava por orar e jejuar – períodos de abstinência de alimentos – pela reconstrução de Jerusalém mesmo podendo ser morto pelos babilônios que destruíram a sua cidade santa, ainda dedicando sua vida a servir o rei e não o amaldiçoar em decorrência dessa destruição<sup>79</sup>. Ao colocar em paralelo a visão dos EUA e de Israel como “senso de ser” de nação, vê-se em ambos uma trajetória percorrida comum, de 13 tribos e 12 tribos formando uma identidade nacional única, com a missão de, por serem escolhidos e abençoados por Deus, servir as demais nações como “luz” de Deus, liderando por exemplo como reproduzido por Trump. A diferença, portanto, entre os dois nacionalismos observados por Mangalwadi (2012) é que o bíblico é teocêntrico, não colocando uma cultura ou raça em seu centro, como faz sua sua versão secular, mas sim Deus e a obediência a sua lei. Esse nacionalismo germânico como motor de conflitos, portanto, apresentou-se como uma versão deturpada do valor bíblico. Niebuhr (1944), como exposto na primeira parte deste ensaio define o nazismo como uma religião própria, nascida do vácuo deixado pelo cristianismo no

---

<sup>77</sup> Gênesis 11:7-9

<sup>78</sup> Gênesis; Êxodo; Josué; Daniel

<sup>79</sup> Daniel 6; Daniel 9

continente europeu.

Os nazistas trabalharam com base em sua ideia de que a decadência moderna, isto é, conceitos de igualdade, emancipação feminina, democracia e outros semelhantes, veio dos judeus e cristãos. (MANGALWADI, 2012, p. 349)

Vê-se a democracia como libertária e de governo autocrítico, outro valor secular, também resultante de morais cristãs advindas do nascimento desse nacionalismo “penitente”, além do nascimento da democracia estadunidense ainda ter relação com demais bases bíblicas da sociedade estadunidense que outorgaram à mulher força para romper barreiras de opressão patriarcais, deixando Alex Tocqueville extasiado com as mesmas em sua análise “Democracia na América”. Nesta obra, o autor estabelece conexões entre o desenvolvimento dos EUA com a emancipação de suas mulheres.

Em quase todas as nações protestantes as moças estão muito mais em controle de seu comportamento que entre as católicas. [...] Em casos assim, os hábitos e as crenças religiosas infundiram um espírito de liberdade à família. Nos Estados Unidos o ensino protestante está combinado com uma constituição bastante livre e uma sociedade muito democrática, e em nenhum outro país uma moça é deixada tão cedo ou tão completamente para cuidar de si mesma. (TOCQUEVILLE, Democracia na América, p. 590)

A ideia de como a Bíblia e o cristianismo teriam possibilitado esse movimento, esbarram-se na concepção bíblica de família. Composta de forma monogâmica e igualitária (MANGALWADI, 2012). Diante disso, o *American first* de Trump, pelo menos em sua retórica, incorpora esses elementos nacionais de base religiosa ao acreditar no “excepcionalismo americano”, exaltando os valores estadunidenses, mesmo os seculares democráticos. Sua posição de protegidos por Deus e modelo de sociedade para o restante do mundo.

Todavia, apesar de seus discursos estarem carregados de conteúdos religiosos e valores éticos, bem como, a invocação da dialética entre o “bem” e o “mal”, isto apenas representa a retórica de ação de sua PE, não nos provando que ela traduz o que de facto ocorre. Para isso, analisar-se-á os fenômenos e desafios presentes na região do OM supracitados, bem como, esses foram lidados pela administração Trump até o momento deste

ensaio.

Porém, antes de se seguir e com a finalidade de tornar conhecida as mais relevantes motivações sugeridas para as ações de Trump em direção aos eventos que serão analisados, é percebido que o Lobby de Israel aparece como contribuinte da campanha de Donald Trump com investimentos consideráveis para a mesma<sup>80</sup>. Estima-se que somente a família Adelson, a qual está entre as principais doadoras em favor às causas pró-Israel nos EUA, transferiram US\$20 milhões a comitê que dava suporte a ações de campanha de Trump. Reuniões com representantes desses grupos, bem como, evangélicos sionistas resultaram em um alinhamento ao perceberem que Trump tinha a inclinação e o interesse para mudar a Embaixada dos EUA para Jerusalém, reconhecendo a Cidade Santa como a capital do Estado de Israel. Não é segredo que o presidente e membros de sua administração mantêm diálogos com esses líderes regularmente, e que a realização dessa transferência de embaixada satisfaria uma parcela considerável de seu eleitorado que simpatizam com o Estado judeu, concomitantemente, que agradaria o próprio Lobby de Israel, assegurando seu apoio.<sup>81</sup>

Tendo em vista, contudo, que US\$88 milhões já teriam sido arrecadados para a campanha de reeleição de Trump em 2020<sup>82</sup>, o valor oferecido pelo lobby em comparativo – levando em conta uma das famílias mais contribuintes, Adelson – não seria tão expressivo para inclinar a política da administração de Donald aos interesses desse grupo significativamente, ao se pensar seu “*Modus Operandi*” com base nesses investimentos.

## **3.2 - Políticas de Trump:**

### **3.2.1 – Síria**

A guerra civil na Síria dura mais de sete anos e até o momento em que este ensaio tem sido produzido, uma abordagem estratégica clara e consistente da parte dos EUA em direção ao conflito e seus desdobramentos não conseguiu ser produzida ou alcançada. Diversos fatores incorporam o fenômeno o trazendo complexidade e internacionalidade, entre eles, estão as constantes intervenções de Estados como a Rússia, o Irã, a Turquia e os EUA no território da Síria, a presença de grupos terroristas como jihadistas e o ISIS (Estado islâmico),

---

<sup>80</sup> LANDER, Mark. Doadores evangélicos e pró-Israel pressionaram Trump sobre Jerusalém. The New York Times. Dezembro 2017.

<sup>81</sup> Idem

<sup>82</sup> VOGEL, Kenneth P.; SHOREY Rachel. Campanha para reeleição de Trump já levantou mais de R\$340 milhões. (original The New York Times) – Folha de São Paulo. Jul 16, 2018.

além da guerra de facções e as dinâmicas de apoio ou desaprovação do regime de Bassar AL-Assad, tudo isso gerando inúmeras crises humanitárias, como o fenômeno dos refugiados<sup>83</sup>.

Os interesses dos EUA estão, prioritariamente, na contenção do terrorismo e a proteção de seus cidadãos e de seus aliados na região contra tais atos. A administração Trump enfrenta a problemática com o objetivo de garantir essa segurança, contudo, as opções que se apresentam para se lidar com o evento podem trazer profundas mudanças geopolíticas no Oriente Médio. As tentativas de desestabilização de áreas sob a influência do ISIS geraram resultados positivos no primeiro ano da administração Trump, a ponto de apenas proporções não significativas desse grupo restarem no território da Síria<sup>84</sup>.

No entanto, as possíveis profundas mudanças e incertezas que levam os EUA a manterem uma presença militar constante na Síria esbarram nos lastros de vácuo de poder deixados durante anos de conflito, muito desses criados a partir de políticas estadunidenses. Estes, podem ser transferidos ao Irã ou mesmo Rússia aumentando o poder e influência destes no OM. Sendo desconhecidos os resultados que um crescimento de protagonismo iraniano ou russo geraria na região, como poderia evoluir a partir disso o conflito do Irã com a Arábia Saudita e como isso poderia aumentar a ameaça à segurança do Estado de Israel<sup>85</sup>.

Os desafios atingem outro patamar quando há uma desconfiança de que estaria ocorrendo o uso de armas químicas pelo regime de Assad, levando os EUA, juntamente com a Reino Unido e a França, decidirem por intervir atacando o território da Síria motivado pelo uso destas armas com objetivo de as erradicarem do conflito<sup>86</sup>.

Trump, em discurso sobre a ação de ataque a Síria, justifica a sua decisão em conjunto com os outros dois Estados europeus, pela “barbárie”, “brutalidade” e falta de “civilização” que o uso de armas químicas representam, remetendo àquilo que teria sido o “horror” da Primeira Guerra Mundial pela utilização desses artificios. Acusando Irã e Rússia de se associarem a um “regime criminoso”, o de Assad, financiando-o e equipando-o. Na ocasião, Trump demonstra o desejo de retirar a presença militar estadunidense da região, mas que para isso precisa que seus aliados ocupem e gerenciem o seu lugar. O objetivo da ação é

---

<sup>83</sup> BARRON, Robert; BARNES, Joe. Trump Policy in the Middle East: Syria. Rice university’s baker institute for public policy. Março de 2018.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Idem.

<sup>86</sup> Íntegra do Discurso de Donald Trump sobre ataque à Síria. Folha de São Paulo. Abril de 2018.

estabelecer um dissuasor contra a produção, propagação e o uso dessas armas químicas.<sup>87</sup>

De acordo com *The New York Times*, à vista de um possível retorno do uso de armas químicas, Trump adotaria uma postura ainda mais intransigível, garantindo que responderia mais uma vez com um ataque à altura<sup>88</sup>. Seria a terceira intervenção dos EUA motivada pelo uso químico no território. A decisão por esse ataque, teria acarretado uma mudança na PE estadunidense para Síria em três formas, como a análise de Paul Salem, *Middle East Institute (MEI)*, admite. Primeiro, acaba por descartar uma possibilidade de cooperação direta ou indiretamente com o regime de Bassar Al-Assad para suas diretrizes de ação no nordeste da Síria, no qual há presenças de forças democráticas, e em relação ao ISIS. Segundo, evidencia a criação de “zonas de segurança” para proteção dos civis, devido a atenção e sensibilidade que o atual presidente abordou a temática trazendo para si certa responsabilidade quanto a perdas de vidas humanas, diferentemente do governo Obama. E terceiro, deixa por transparecer como a administração Trump virá a utilizar as forças militares estadunidenses durante sua gestão.<sup>89</sup>

Portanto, percebe-se que o intuito inicial da PE estadunidense em direção a Síria, a qual se dava pelo combate aos grupos terroristas, principalmente o ISIS - e assim que bem sucedido - retirar-se presencialmente da região, sofre uma transformação. Segundo o *The Washington Post*, Trump decide meses após demonstrar o interesse de trazer a força militar estadunidense da Síria de volta aos EUA, prolongar essa estadia. Os motivos para tal “permanência indefinida”<sup>90</sup> são os vácuos de poder espalhados pela região, deixando os EUA confusos quanto deveriam ser suas novas abordagens políticas para Síria. A exemplo de uma possível cooperação com a Rússia para ejetar a influência do Irã na região, já que como resultado do ataque uma ação conjunta com o regime de Bassar Al-Assad fora impossibilitada.

Contudo, pouco se encontra definido, levando a se crer que os EUA não sabem, claramente, qual o seu próximo passo na região.

Aquilo que pode ser percebido diante do episódio descrito é que os EUA ao chegarem

---

<sup>87</sup> Idem

<sup>88</sup> REUTERS. Trump Adviser Warns of Tougher Response if Syria Uses Chemical Weapons Again. *The New York Times*. Sept. 2018.

<sup>89</sup> SALEM, Paul. Syrian Chemical Attack: Impact on U.S. Policy. *Middle East Institute*. Abril de 2017.

<sup>90</sup> DEYOUNG, Karen. Trump agrees to an indefinite military effort and new diplomatic push in Syria, U.S. officials say. *The Washington Post*, 06 set.

no esgotamento de seus principais objetivos, a eliminação de grupos terroristas no Estado em questão - a qual estaria respaldada e se mostrava coerente com as propostas da atual gestão estadunidense de “*America first*”, isto é, guiar sua política externa em detrimento de seus cidadãos, pensando em sua segurança ao combater o terrorismo, previsto no Pilar I do NSS (2017) – vê-se sem uma PE sucinta em direção à Síria por se mostrar sensível ao “horror” do uso de armas químicas no conflito e decidir por atacar – o que mostra a responsabilidade com que Trump enxerga o papel dos EUA no cenário internacional, como “guardião” de valores morais -, gerando por assim mudanças em como os atores ativos no conflito enxergam o Estado norte-americano na região e, conseqüentemente, perdendo oportunidades estratégicas valiosas.

A exemplo disso, têm-se para o realismo clássico a retirada da presença estadunidense da região, como estava previsto por Trump antes dos ataques em busca do impedimento do uso de armas químicas, a ação política a qual renderia mais vantagens substanciais aos EUA, por resultarem em redução dos esforços de guerra e possibilitarem novas abordagens de cooperações com o regime local, levando ao alcance de um novo objetivo de contenção da influência iraniana ou russa na Síria na disputa pelos vácuos de poder. Contudo, não incoerente com suas propostas de PE observadas em seus discursos, Trump decide por agir, neste caso, motivado por valores civilizatórios, mas esquecendo que estes, antes, deveriam ser disciplinados por seus interesses estratégicos.

Assim, Trump como visto, se vê não tão somente como tendo que permanecer na região, como deve por intensificar essa presença, justificada pela criação de “zonas de segurança” para os civis.

Identifica-se, ademais, que em contrapartida à não decisão “realista”, a retórica de Trump pautada nos valores estadunidenses se apresenta como a condicionante dessa decisão. O nacionalismo de Trump, mesmo que de forma não explícita, apresenta seu valor bíblico da solidariedade internacional quanto a exaltação da pessoa humana e da vida, enunciadas em seus discursos explicativos referente ao ataque. Percebendo que a moralidade de base cristã foi invocada não apenas como discurso mas, neste evento, motivo de ação, de facto, por parte dos EUA.

O resultado, além do mais, que gera a busca por esses vácuos de poder visando a contenção da influência de países como Irã na Síria e região, encontram respaldo nos interesses israelenses no caso, que veem na crescente ascensão do Irã ameaça a sua segurança nacional e proeminência no Oriente Médio.

### 3.2.2 – Irã

Os EUA enxergam o Irã como uma ameaça tanto por ser causador de instabilidades na região do Oriente Médio quanto por ser abrigo ou simpatizante de grupos terroristas, como Hezbollah e Hamas. O qual, a reciprocidade é correspondida pela definição iraniana do Estado norte-americano, como o “*Great Satan*”. Os estranhamentos e antagonismos entre esses Estados tem sua origem datada desde de a revolução islâmica de 1979 e, hodiernamente, tem experimentado um acréscimo das tensões pela proliferação de armas nucleares no território do Irã. Há praticamente duas décadas este fenômeno tem ocorrido e sido pauta de preocupações das administrações estadunidenses, as quais acreditam que se o Irã chegar a se tornar detentor de armas de capacidade de destruição em massa, outros Estados da região poderão almejar realizar o mesmo. Assim, experimentar-se-ia transformações consideráveis na “balança de poder” da região, trazendo ao Irã ainda maior protagonismo. (BARNES, BARRON, 2018).

À vista disso, sob a gestão Obama foi com bastante dificuldade discutido um possível acordo entre os EUA, China, Rússia, França, Reino Unido e Alemanha (chamado P5 + 1) com o Irã, o qual resultou no Acordo Nuclear Iraniano (2015) ou *Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA)*. Este, consistia na limitação das atividades nucleares do Irã, bem como, um processo de desconstrução de seu programa, em troca da liberação de sanções que os países partes do acordo antes outorgavam ao Estado iraniano. À primeira vista, o acordo teria intenções pragmáticas de conter a proliferação nuclear, mas também esperava que melhorasse as relações entre os EUA e Irã. Contudo, apesar de ser considerado uma conquista diplomática pessoal da gestão Obama, o acordo foi duramente e constantemente alvo de críticas por parte da bancada republicana estadunidense, inclusive por Donald Trump, o qual na ocasião definiu assim a escolha política de Barack, “É o pior acordo da história”<sup>91</sup>.

Ao assumir a presidência, como visto, o presidente Trump não mediu esforços para retirar os EUA desse acordo com o Irã, adotando políticas mais agressivas que acusam o Irã de ser um dos Estados mais problemáticos presentes no OM. As repercussões de tais escolhas políticas, no entanto, encontram dificuldade relacionado aos demais Estados partes do acordo, Rússia e China não demonstrariam nenhum suporte aos novos rumos que a PE estadunidense

---

<sup>91</sup> SANGER, David E, ERLANGER, Steven. Trump is expect to leave Iran Deal, Allies say. The New York Times. May 7, 2018



estaria tomando, e em relação aos países europeus, a saída do acordo e o retorno a aplicação de sanções ao Irã, poderiam causar atritos entre os EUA e seus aliados neste continente.<sup>92</sup>

Entretanto, mesmo em meio a controvérsias, Trump decide pela saída do acordo. Os motivos apresentados pelo presidente na ocasião de seu pronunciamento oficial de “*withdrawal*” acusam o acordo de possuir “falhas desastrosas”<sup>93</sup> que permitiriam ao Irã o contínuo de seus esforços nucleares, servindo apenas para retarda-los, dando espaço para que o governo iraniano experimente o alcance de tais capacidades destrutivas num futuro. Além disso, a troca de sanções impostas ao Irã por, apenas, um “limite fraco”<sup>94</sup> no seu programa de regime nuclear, não levando em consideração ou impondo igualmente limites nas demais práticas “problemáticas” do Irã para região - como o seu suporte ao terrorismo e políticas que complicariam a guerra na Síria e no Iêmen -, para Trump, são infundadas. O presidente ainda garante que o acordo estaria firmado sob uma “mentira”<sup>95</sup>, pois os relatórios recebidos que investigariam o cumprimento da parte do Irã do *JCPOA* confirmariam que, este último, segue com suas atividades nucleares. Diante disso e após o pronunciamento, Trump assina a retirada dos EUA do Acordo Nuclear Iraniano (2015) e pouco tempo depois reimpõe as antigas sanções subtraídas dois anos atrás.

As preocupações geradas envolta da decisão de Trump se concentram na possível reação iraniana à essa atitude dos EUA. O curso natural seria, portanto, a também retirada do Irã do acordo, concomitantemente, com a reativação, e possivelmente de forma mais agressiva, de seu programa nuclear, criando o oposto do que se pretendia com o *JCPOA*. Segundo Chuck Freilich (2018), os EUA deixam o acordo sem uma estratégia clara de qual deveria ser sua abordagem em relação a este desafio, tanto o da contenção do programa nuclear quanto da expansão do protagonismo do Irã na região. O invocado como aliado dos EUA no OM, Israel, desde o começo desaprovou o Acordo Nuclear Iraniano e a posição de seu primeiro ministro, Benjamin Netanyahu, esteve clara o quanto queria que os EUA enterrasse o mesmo. A questão é que Israel também não tem uma posição ou estratégia definida de como lidar com o problema ou mesmo conter o desenvolvimento nuclear de seu vizinho.

---

<sup>92</sup> BARRON, Robert; BARNES, Joe. Trump Policy in the Middle East: Iran. Rice university’s baker institute for public policy. Março de 2018.

<sup>93</sup> Trump withdraws US from Iran nuclear deal. Fox News. Maio de 2018.

<sup>94</sup> Idem

<sup>95</sup> Idem

Enquanto isso, o Irã permanece cumprindo suas obrigações perante o acordado, decorrente da também permanência dos demais países europeus que o compõem. Contudo, não estaria longe desses Estados europeus perceberem o quanto estão dependentes do mercado estadunidense e acabariam por ceder às suas sanções, ao tempo em que o governo do Irã esgotaria seu período de espera por desfecho, pela impaciência de seus líderes que eram contra o acordo desde o começo dos diálogos, levando o Irã a construir seu arsenal nuclear e aumentar sua intervenção na Síria.<sup>96</sup>

Diante disso, os EUA se veem com poucas alternativas à sua frente. Presidente Trump, demonstrou um interesse num estabelecimento de um novo acordo que lidasse com questões além do programa nuclear iraniano, como também, outras ações deste na região, o que dificilmente seria aceito pelo Irã, uma vez que não receberia nada em troca a mais do que já teria acordado em 2015, bem como, suas dinâmicas de políticas domésticas travariam o mesmo. A partir disto, outras alternativas, como a tentativa de derrubada do regime iraniano ou a criação de uma força regional anti-iraniana, encontrariam tremendos contratempos e a expectativa de sucesso é extremamente baixa. Restando, portanto, apenas a opção do uso da força militar em conjunto com o Estado de Israel para o desmantelamento dessas armas de capacidade de destruição em massa.<sup>97</sup> Conduzindo a discussão à análise do *CFR (Council Foreign Relations) Senior Fellow Philip H. Gordon* sobre o resultado dessa saída estadunidense do acordo,

*the United States could face the dilemma the JCPOA was designed to avoid: allow the [nuclear] program to continue to expand in the absence of international monitoring or use military force to stop it.*

À vista das repercussões que tal política tomou e ainda toma, vemos que mais uma vez e de forma mais incisiva os princípios realistas aparecem ignorados pela PE estadunidense na administração Trump. As justificativas da saída não parecem satisfazer os ânimos daqueles que buscavam pela contenção do programa nuclear iraniano, pelo contrário, os motivos e as políticas de Trump em direção ao Irã suscitam e o provocam, este último, a retomar aquilo que o acordo tentava por interromper, bem como, assumir uma postura mais expansionista na Síria. Dessa forma, ao mesmo tempo em que os interesses de Israel aparecem alinhados às

---

<sup>96</sup> FREILICH, Chuck. Trump Has No Coherent Strategy on Iran. Astonishingly, Nor Does Israel. Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School. June 2018.

<sup>97</sup> Idem

escolhas políticas estadunidenses, a retirada dos EUA do *JCPOA* parece motivada por desejos pessoais do atual presidente, o qual desde sua campanha se mostrava contrário a tal realização.

Chuck Freilich (2018), ainda, por assim define as escolhas políticas do presidente Trump em relação ao *JCPOA*, *“In Washington, however, we have a president who is incapable of differentiating between personal desires and reality”*.

Essa afirmativa vai de encontro com a preocupação de Trump quanto a sua forma particular de governar, pois, ainda em campanha tendo criticado o *JCPOA*, não poderia, quando assumisse, deixar de sair do mesmo em coerência com um dos seus axiomas mais repetidos que é o de cumprimentos de suas promessas. Donald, tem por orgulho de ser assim definido, mesmo em face de controvérsias à suas atitudes. Mediante a isso, o realismo cristão vai alertar para as “vontades” do governante. O atual regime no Irã representaria o oposto dos valores estadunidenses, tanto seculares quanto morais e bíblicos. E em seus discursos, Trump, não perde a oportunidade de acusar a “malignidade” deste. Mais uma vez, no caso descrito, vê-se a narrativa moral da administração mais recente estadunidense se materializar em ações de política externa em detrimento da escolha racional realista.

Destarte, quanto a Israel, este, tem total interesse no desarmamento nuclear do Irã e desde o governo Obama se mostrava contrário ao Acordo (2015). A saída dos EUA foi à vista disso considerada alinhada com seus interesses, e mesmo que Israel não tenha uma resposta definida quanto ao próximo passo, goza perante o ocorrido. (FREILICH, 2018)

### **3.2.3 - Israel**

“Uma aliança inquebrável”<sup>98</sup>, assim tem definido Trump o relacionamento dos EUA com Israel sob sua gestão. Desde antes de assumir o cargo da presidência estadunidense, Donald, mostrava sua desaprovação à forma que o governo Obama dirigia suas políticas em direção ao Estado judeu, principalmente, pelo estabelecimento de acordos que enfraqueciam o relacionamento entre ambos, como visto o Acordo Nuclear Iraniano (2015). Decidido,

---

<sup>98</sup> Estados Unidos da América. Discurso de Donald Trump no Congresso Americano. Fox News. Março de 2017.

portanto, a “retomar o bom relacionamento”<sup>99</sup> convida o primeiro Ministro israelense Netanyahu para reuniões na Casa Branca e faz uma visita à Israel, indo até o muro das lamentações<sup>100</sup>. Contudo, essas primeiras articulações não demonstram tanto, apesar de poucos presidentes estadunidenses reservarem um período de sua agenda para pisarem em solo israelense, até mesmo o presidente Obama, tanto criticado quanto à sua neutralidade, o fez.

Assim, a inflexão do governo Trump para os anteriores em relação a PE estadunidense para Israel, somente ocorre quando o presidente decide por cumprir uma promessa feita ainda em campanha. Transferir a Embaixada dos EUA de Tel-Aviv para Jerusalém, reconhecendo esta última como a legítima capital do Estado judeu, e segundo Vice-presidente Pence, “eterna capital de Israel”<sup>101</sup>. Trump, tinha duas opções antes de sua decisão, ou reconhecia a capital mas prolongava a transferência da embaixada estadunidense, como muitos outros de seus antecessores optaram por fazer, ou determinava e acabava por realizar a mudança. O presidente, como visto na primeira parte deste ensaio, decide pela última e setenta anos após o nascimento do Estado de Israel, a cerimônia de abertura da embaixada dos EUA em Jerusalém é realizada, tornando mais uma vez o governo estadunidense o primeiro a se posicionar quanto ao reconhecimento de Israel, *a priori* de sua existência como Estado independente e, na presente ocasião, como soberano para definir sua capital, sendo esta Jerusalém.

Trump, foi aconselhado por membros de sua gestão e líderes políticos de outros Estados a não tomar tal ação, acreditando que sua atitude traria maior dificuldade para a mediação de um acordo de paz entre palestinos e israelenses, o qual o presidente teria demonstrado o interesse de incorporar uma figura de “processador da paz”<sup>102</sup> diante do conflito. Contudo, Trump, mesmo tendo o conhecimento que a resposta imediata de sua decisão seria o gerar de manifestações e protestos por parte dos palestinos<sup>103</sup>, decide por seguir em frente com sua escolha política por acreditar que invés de atrapalhar, trazer um posicionamento sobre a questão da “Cidade Santa”, possibilitaria um avanço das discussões

---

<sup>99</sup> RASCOE, Ayesha; SPETALNICK, Matt. Casa Branca diz que Trump convidou Netanyahu para visitar Washington. 2017

<sup>100</sup> KRESCH, Daniela. Em Jerusalém, Trump visita muro das Lamentações e declara apoio a Israel. 2017

<sup>101</sup> Mike Pence Speaks About Israel. 9 November. 2016

<sup>102</sup> DANIN, M. Robert, President Trump: Peace Processor. Council on Foreign Relations- from Middle East Matters and Middle East Program, Fevereiro 13, 2017.

<sup>103</sup> MARTINS, Filipe. Discursos de Trump e Netanyahu sobre o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel. Senso Incomum. Trump, Dezembro de 2017.

para um acordo.

Esta lógica do presidente é exposta no seu discurso oficial de reconhecimento da capital de Israel e transferência da embaixada estadunidense, proferido em 6 de dezembro de 2017, no mesmo, relembra que ainda no ano de 1995, o Congresso estadunidense aprovou, com “amplo apoio bipartidário”<sup>104</sup>, o *Jerusalem Embassy Act*, o qual determinara duas décadas atrás aquilo que estava se propondo a fazer em seu discurso, o reconhecimento e a realocação da embaixada para Jerusalém. Dessa forma, Trump percebe que durante esse lapso de tempo, os seus antecessores decidiram por prolongar essa decisão, justamente por acreditarem que seria o melhor caminho para a paz definitiva entre os israelenses e palestinos, contudo, pouco avanços foram observados desde então e, segundo o atual presidente estadunidense, optar por persistir nas mesmas estratégias não os conduziriam ao alcance dessa almejada paz e acordo que seja bom para ambos os lados. Assim, Trump decide pela transferência defendendo que “velhos desafios demandam novas abordagens”, sendo “insensatez” insistir em uma política sem resultados. Reafirmando, “acima de tudo”, que seu compromisso é com a paz duradoura na região e que sua ação foi tomada visando tornar esse desejo uma realidade.<sup>105</sup>

O primeiro ministro israelense, Benjamin Netanyahu, aproveita a oportunidade para discursar logo após as falas finais do presidente Trump, garantindo que o mesmo agiu com “bravura e justiça”<sup>106</sup> uma vez que não haveria possibilidade de um acordo de paz sem antes o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel. Ainda, ao final outorga ao presidente estadunidense gratidão eterna de todo o “povo e Estado judeu”<sup>107</sup> pela decisão.

Todavia, o alinhamento da PE estadunidense sob a administração Donald Trump com os interesses israelenses, não se limitam apenas ao evento do reconhecimento da capital, mas ainda, levaram o presidente Trump a aprovar, além do memorando de ajuda externa (MOU) estabelecido durante a gestão Obama, mais um acordo, em agosto de 2018, sob a forma Lei de Autorização de Defesa Nacional (NDAA) que inclui um pacote de assistência de US\$550 milhões para Israel.<sup>108</sup> Valendo-se ressaltar que ainda no início do ano que este ensaio foi produzido, foi demandada por parte dos EUA uma solicitação de orçamento no valor de

---

<sup>104</sup> Idem

<sup>105</sup> MARTINS, Filipe. Discursos de Trump e Netanyahu sobre o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel. *Senso Incomum*. Netanyahu, Dezembro de 2017.

<sup>106</sup> Idem

<sup>107</sup> Idem

<sup>108</sup> Trump Approves Largest-Ever Aid Package to Israel. August 2018

US\$3,3 bilhões em favor do Estado de Israel, debaixo da justificativa de "assistência para reforçar a capacidade de Israel de se defender e manter sua vantagem militar qualitativa"<sup>109</sup>.

Segundo a análise da advogada em direitos humanos palestina-estadunidense, a decisão de realocação da embaixada, não encontraria lugar apenas nas motivações do presidente Trump, para Noura Erakat, a ação política representaria a consolidação de décadas de relacionamento entre os dois países, nos quais a PE em direção a Israel experimenta notável constância, em suas palavras,

Todos estão irritados com a mudança da embaixada norte-americana para Jerusalém, principalmente porque foi Trump quem a autorizou. Mas o que devemos lembrar é que Trump está consolidando cinco décadas de política externa norte-americana [...] É muito óbvio o que os Estados Unidos estão fazendo. Todos querem ficar bravos com o Trump, mas o problema permanece. (ERAKAT, Noura, Carta Capital, 2018)

Ainda, acredita que Trump não agiria simplesmente com base no apoio de seu eleitorado ou mesmo do Lobby israelense, pois uma parcela quantitativa significativa da base eleitoral de Hillary Clinton também adotaria uma posição de ser pró-Israel<sup>110</sup>. Evidenciando que o posicionamento favorável dos EUA para o Estado judeu estaria enraizado em sua PE.

Nota-se, portanto, que a administração Trump tem favorecido em suas políticas os interesses israelenses, contudo, o desafio se encontra na identificação de qual ou quais seriam esses motivos. Entre esses, percebem há existência de uma desconfiança pela ação do Lobby de Israel com investimentos consideráveis na campanha de Trump. Têm-se motivações morais emanadas em sua retórica, assim como também presente na narrativa de membros de sua administração, percebendo por meio destas que os valores estadunidenses, os quais recaem sobre a fé cristã e a justiça, são sustentados como ponto de ligação entre EUA e Israel, como princípios compartilhados que facilitam o entendimento e o relacionamento duradouro dos dois Estados. Ainda, Trump tem se proposto a cumprir todas as suas promessas feitas, como uma diretriz de seu governo, e isso foi evidenciado durante a cerimônia de abertura da embaixada estadunidense em Jerusalém, bem como, em entrevistas dadas pelo vice-

---

<sup>109</sup> AVRAHAM, Gold. TRUMP'S 2019 BUDGET REQUEST INCLUDES \$200 MILLION INCREASE TO ISRAEL. 2018

<sup>110</sup> ERAKAT, Noura, Carta Capital, 2018

presidente<sup>111</sup>. E por fim, Israel apesar de não ser o aliado mais interessante em termos estratégicos dos EUA no OM, hodiernamente, pode vir a auxiliar militarmente o governo estadunidense na contenção da influência do Irã na região e num possível ataque às instalações nucleares iranianas, a medida em que se esgotam as alternativas de se lidar com a problemática, ao mesmo tempo em que a própria segurança de Israel se torna um interesse estadunidense suficiente para o mover político.

Finalmente, não se pode negar um resquício de realismo político nas motivações da administração Trump em sua PE em direção ao Oriente Médio. Israel ainda admite um certo grau de ativo estratégico para os EUA na região como previsto no *NSS* (2017). Mas a lógica realista se perde em meio a valorização das subjetividades quando fenômenos de caráter racionais mais interessantes são comprometidos por deixarem as vontades pessoais conduzirem o jogo político. Sendo, neste momento, que o realismo cristão ganha o espaço explicativo, desde as conclusões de Paul Sherouse de como o cristianismo poderia fornecer as ferramentas ideológicas para o sucesso no combate ao terrorismo, deixando a narrativa do “bem” derrotar o “mal” e a “malignidade” – exemplificando como Trump enxerga o Irã -, às inclinações humanas de “will-to-power”, ignoradas por não se ter consciência da mesma e através disso buscar a autotranscendência, e às invocações dos “fatores ideacionais” socialmente construídos pela comunidade estadunidense, sejam estes religiosos ou seculares, como a ética de Jesus Cristo ou a democracia e liberdade.

### **3.3 - O conteúdo religioso: Constitutivo ou Justificativo?**

Em vista dos três eventos expostos e observados, e permitindo o estabelecendo da base conclusiva envolvendo todas as etapas de seu processo, pode-se perceber que durante a administração Trump, a sua política externa se moveu emanando o conteúdo religioso que envolve a sociedade estadunidense e, por vezes, permitia-se colocar em uma posição de incorporar estes e demais valores estadunidenses como responsabilidade moral particular dos EUA.

Os três casos supracitados, não encontram-se separados em temporalidade e nem se excluem um dos outros, no sentido em que eles interagem entre si e se afetam. A posição estratégica em direção aos mesmos, ainda se encontra manifesta no *NSS* (2017), sob a forma

---

<sup>111</sup> EXCLUSIVE: Vice President Mike Pence Discusses Israel, The Economy & Our Military | Huckabee. 2018

de abordagem política, econômica e segurança e militar. Em relação à Síria, o desafio era o combate aos grupos terroristas então presentes neste espaço geográfico visando a proteção e segurança dos cidadãos estadunidenses e dos aliados dos EUA. No Irã, a retórica se esbarra no caráter “maligno” de seu governo, sendo uma das prioridades estadunidenses a redução de sua influência no Oriente Médio e a contenção de seu programa nuclear. Direcionado à Israel, os EUA se posicionam em defesa do Estado judeu, afirmando que o mesmo não seria a causa nem causador dos problemas da vizinhança, e que o desejo pelo um acordo de paz entre israelenses e palestinos traduziriam seus esforços políticos.

Entretanto, na Síria, apesar das políticas de erradicação dos grupos terroristas, principalmente o ISIS no país, atingirem nível de sucesso, a decisão do ataque estadunidense para servir como dissuasor das armas químicas acaba por gerar mais mudanças na região e impedir os EUA de estabelecerem cooperações primordiais para suas finalidades, levando a certa nebulosidade quanto aos novos caminhos que a PE estadunidense deveria tomar. Em relação ao Irã, a retirada dos EUA do *JCPOA*, acaba por fomentar cenários contrários àqueles desejáveis pelos EUA, invés da contenção do programa nuclear iraniano e do protagonismo nesse no OM, a PE estadunidense gera a expansão de ambos, refletindo ainda no território da Síria. Direcionada à Israel, apesar da decisão agrandar os interesses tanto do imaginário coletivo dos estadunidenses, e a nível da política doméstica, quanto dos interesses de Israel, a ação é considerada por especialistas<sup>112</sup> como um obstáculo ao estabelecimento da paz entre palestinos e israelenses, distanciando assim das aspirações definidas no *NSS* (2017), contudo, defendida por Trump como tomada visando esses esforços.

Diante disto, pode-se notar um padrão de escolhas políticas. A administração Trump, como visto, finca o pilar de sua PE como sendo realista em princípio, e não guiada por ideologias, a contraponto que outorga aos valores presentes na sociedade estadunidense caráter de norteadores dessa mesma política. Essa dualidade, para o realismo clássico não estaria dotada de sentido, uma vez que a “racionalidade” deveria assumir esse papel e não a moral, sendo a última apenas utilizada como instrumento ou mesmo alavanca para o estabelecimento do interesse racional. Assim, uma vez invocados (os valores morais ou religiosos) serviriam como argumento “justificativo” por trás da PE. No entanto, infere-se, da percepção do padrão estabelecido nas abordagens políticas de Trump observadas nesta parte, que as mesmas em sua maioria não utilizam os “fatores ideacionais “ e valores morais como

---

<sup>112</sup> ALLISON, Graham. Trump, If You Nix the Iran Deal, You'll Be Gravely Endangering Israel. Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School. Oct. 2017



ferramentas para a geração de um resultado favorável aos interesses estadunidenses, mas do contrário, são concebidas a partir destes. As decisões da administração Trump nas três ocasiões favoreceram os caracteres subjetivos de quem as tomou ou para quem as tomou. Em paralelo com o conceito “constitutivo” de Wendt (1998) em nossa primeira parte do ensaio, têm-se o surgimento de um fenômeno em conjunto com a disposição das propriedades no sistema, isto é, a estrutura social e política ainda coerente com os processos que culminaram na mesma, levam o presidente Trump, como um produto gerado neste ambiente, a tomar decisões que acabam por criar, concomitantemente, o evento analisado e sua motivação. A exemplo da transferência da embaixada estadunidense para Jerusalém ou da resposta ao uso de armas químicas no conflito na Síria, que são analisados como frutos desses “fatores ideacionais” e valores morais intrínsecos na formação estrutural da sociedade dos EUA.

Portanto, é válido concluir que o conteúdo religioso presente na PE, juntamente com seus valores morais e éticos, assume caráter “constitutivo” de facto. E afirmar isto, não implica dizer que a possibilidade de poder usá-lo como justificativo é falsa ou descartada.

Por conseguinte, sabe-se que o realismo cristão admite tanto elementos da perspectiva realista clássica quanto noções construtivistas. Da mesma forma que a PE estadunidense, evidenciada na gestão Donald Trump, tenta por admitir ambas as “lentes”, fazendo por si só essa dicotomia. Uma PE motivada pelos valores estadunidenses, ao mesmo tempo, que é disciplinada pelo realismo político e seus axiomas. Gerando a inquietação entre uma política externa moralista ou realista, cristã ou de interesses estratégicos. As conclusões guiam a discussão para o entendimento de que o realismo cristão serviria de significativo olhar de análise ao se tratar de PE estadunidense e de que o fenômeno que invocar essas duas características dessa PE, apresentando-se sob este prisma, tenderia a receber maior inclinação para ação estadunidense, provocando-a, assim como ocorre com o Estado de Israel, acontecendo pelo compartilhamento da fé cristã com os EUA e seu ativo estratégico na região do Oriente Médio como aliado potencialmente militar.

### 3.4 - Conclusão

Ao fim de nosso processo investigativo, a trajetória percorrida permite com que se assumam posicionamentos em direção àquilo que foi proposto. Esperando que haja contribuição destas para o auxílio das análises de política externa, em um sistema internacional em que a relevância das interações dos EUA com demais Estados ainda se faz presente.

Percebe-se, ainda na primeira parte do ensaio, a complexidade das variáveis que movem a escolha política advindas dos diversos “reinos”, conduzida ao seu entendimento classificatório e definitivo. Enquanto os interesses estratégicos encontram suas dinâmicas na teoria realista, e os elementos subjetivos discernidos por um compartilhamento de identidades à nível coletivo adentram à perspectiva do “campo” sob a forma da teoria construtivista e guiam a análise em compreensão do “senso de ser” do Estado, os valores morais traduzidos pelo cristianismo se apresenta por meio do realismo cristão de Niebuhr. Na oportunidade, apesar da imprecisão na afirmativa de que o *Christian Realism* seria o produto da dialética entre o construtivismo e o realismo clássico ou político, pelo fato de que o realismo cristão precede a influência do construtivismo no campo de R.I., esta, teria sentido, ao ver a vertente cristã do realismo posta como fruto da incorporação de ambos axiomas, racionais objetivos e ideacionais subjetivos. Essa primeira dedução nos auxiliou, portanto, na proposta central deste ensaio, a análise do relacionamento dos EUA e Israel, a partir da PE estadunidense e a percepção de seu conteúdo religioso que a incorpora, entendendo se o mesmo seria justificativo ou constitutivo.

Para tal, o relacionamento entre esses Estados foram observados desde o nascimento do Estado judeu em 1948 até a data de produção da presente pesquisa. Viu-se a partir disso, que desde o primeiro momento da interação, todas as variáveis do processo decisório político se mostravam presentes e dialogavam entre si. Até o momento em que Israel ganha valor estratégico significativo para as finalidades dos EUA na região do Oriente Médio, debaixo da segunda gestão Eisenhower, e os interesses estratégicos pesam nas diretrizes da PE em direção à Israel mais que as demais. Contudo, ao término do período da ‘Guerra Fria’, o Estado judeu experimenta a perda desse ativo, indicando - em concordância com a ótica realista - que a consequência da mudança deveria por acarretar em um esfriamento das relações com os EUA, o que, na prática, não acontece. Invés do distanciamento, as relações

entre os países acabam por se intensificar, dessa vez, sendo percebido em suas motivações os valores morais compartilhados entre ambas e a convergência dos “fatores ideacionais” estadunidenses para com o Estado de Israel, sendo, na ocasião, estes aqueles que assumem o caráter determinante dessa PE estadunidense.

A dinâmica descrita se mantém até a chegada do governo de George W. Bush, o qual sendo apresentados ao desafio do terrorismo com os atentados de 11 de setembro de 2001, volta a incorporar todas as variáveis, a medida que as demais persistem e um novo caráter estratégico é assumido por Israel, como aliado dos EUA contra grupos terroristas e demais influências consideradas nocivas à segurança nacional estadunidense na região do OM.

Dessa forma, somos deparados com uma PE estadunidense em direção à Israel repleta de cargas norteadoras diversas, a qual a administração Donald Trump, acaba por tornar mais clara. Como visto, a PE em sua gestão é declarada como adepta do realismo político, definindo os interesses nacionais por meio de seu princípio, em conjunto com os valores estadunidenses que os moveriam, por considerar que estes aditivos morais sob a guarda e liderança dos EUA poderiam trazer maior segurança e prosperidade para o mundo. O resultado das diretrizes impulsivas dessa PE observado durante os episódios expostos na última parte de nosso ensaio, conduzem às conclusões de que as decisões políticas tem sido determinadas mais por desejos subjetivos, tanto pessoais quanto coletivos os legitimando, do que por puro “cálculo frio” de resultados.

Destarte, torna-se seguro admitir que o conteúdo religioso presente na política externa estadunidense é sim determinante nas direções que a mesma suscita, e diretamente ligado a isto, tem caráter “constitutivo”.

A PE estadunidense é construída tanto moralmente quanto estrategicamente, e para isso, o realismo cristão como o estudo da fé cristã, faz-se necessário para o desejo de melhor analisa-la ou compreende-la.

Por fim, não se pode esquecer da última variável que compõe as dinâmicas aqui traduzidas em objetos de estudo, podendo, a vista das recentes conclusões, ser melhor versado em seu papel de ator político interno. O destaque que o Lobby de Israel tem em relação a outros grupos de pressão encontra lugar no próprio caráter constitutivo da PE estadunidense, em detrimento destes “fatores ideacionais” intrínsecos, no qual a fé cristã tem lugar e notória contribuição, o fenômeno de participantes deste lobby serem percebidos em lugares de influência política ou midiática é melhor compreendido, pois observa-se que os mesmos como produtos dessa sociedade reproduzem os valores da comunidade que os imergiu, a qual

acabará por legitimá-los por também os compartilhar.

Por conseguinte, para o encerramento de nossa análise do conteúdo religioso presente na PE estadunidense, bem como, do relacionamento entre Israel e EUA, as palavras do último presidente estadunidense em exercício até o momento da escrita desse trabalho, na ocasião do anúncio de transferência da embaixada estadunidense para Jerusalém, são por si só fontes conclusivas.

*“God bless the State of Israel! God bless the United States of America!”* (Discurso Trump, 6 de dezembro de 2017).

## REFERÊNCIAS

4INTERNATIONAL MEDIA & NEWSPAPERS. 2016

Disponível em: <https://www.4imn.com/top200/>

ABRAHAM, Ben-Zvi (2010) Influence and arms: John F. Kennedy, Lyndon B. Johnson and the politics of arms sales to Israel, 1962–1966, **Israel Affairs**, 10:1-2, 29-59, DOI: 10.1080/13537120412331321361

ABU-EL-HAJ, Jawdat. A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe. **História, Franca**, v.33, n.2, p.14-36, Dec. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742014000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742014000200014&lng=en&nrm=iso)>. accesson 14 June 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-43692014000200003>.

AFP/ Agence France – Presse. **Israel-EUA : Uma Aliança Estratégica Apesar Das Crises**. Periódico. Disponível em: [em.com.br](http://em.com.br) Acesso em: 30 agosto 2017.

ALLISON, Graham. Trump, If You Nix the Iran Deal, You'll Be Gravely Endangering Israel. **Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School**. Oct. 2017

ANDERSON, Benedict. Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism. **Londres: Verso**, 1983.

ARMANIAN, Nazanín. 16 tópicos: razões e consequências da mudança da Embaixada estadunidense a Jerusalém, **Carta Maior**, dez. 2017.

ARONSON, Geoffrey. The US needs to rethink its Syria strategy. **Scholar - The Middle East Institute**. Aug 21, 2018. Disponível em: <http://www.mei.edu/content/article/us-needs-rethink-its-syria-strategy>

AVRAHAM, Gold. TRUMP'S 2019 BUDGET REQUEST INCLUDES \$200 MILLION INCREASE TO ISRAEL. *Jerusalem Post*. 2018. Disponível em: <https://www.jpost.com/Israel-News/Trumps-2019-budget-request-includes-200-million-increase-to-Israel-542467>

BARRON, Robert; BARNES, Joe. **Trump Policy in the Middle East: Syria**. Rice university's baker institute for public policy. Março de 2018. Disponível em: <https://www.bakerinstitute.org/media/files/files/2883be8c/bi-brief-030718-cme-syria.pdf>

BARRON, Robert; BARNES, Joe. **Trump Policy in the Middle East: Iran**. Rice university's baker institute for public policy. Março de 2018. Disponível em: <https://www.bakerinstitute.org/media/files/files/d47f4b2c/bi-brief-032318-cme-iran.pdf>

BAUMGARTHER, C Jody, FRANCIJA, L. Peter, MORRIS, S. Jonathan. A Clash of Civilizations? The Influence of Religion on Public Opinion of U.S. Foreign Policy in the Middle East. **Political Research Quarterly**. Vol.61 Number 2, june, 2008. pp.171-179 - University of Utah. Disponível em: <http://www.jstor.org>

BBC Brasil relembra os principais fatos de 2016. **BBC News**, 2016.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. King James Atualizada (BKJ). (King James de 1611). **Abba Press & SBIA**, 2012.

BORTOLUCI, José Henrique. Política Externa Norte-Americana e o Conflito Árabe-Israelense (1967-1982): Dinâmica e Fatores Determinantes. **Universidade de São Paulo**, Agosto de 2005

BROOKS, David. Obama, Gospel and Verse. *The New York Times*. April 26, 2007.

CALANDRIN, Karina Stange, MAGNOTTA, Fernanda Petená, A Política Externa Estadunidense para Israel no Primeiro Governo Barack Obama (2009-2012) -**Trabalho preparado para apresentação no VIII Congresso Latino americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino americana de Ciência Política (ALACIP)**. Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 a 24 de julho de 2015. – Lima, 2015. Disponível em : <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-ALACIP-2015-Karina-Calandrin-e-Fernanda-Magnotta.pdf>

DANIN, M. Robert, President Trump: Peace Processor. **Council on Foreign Relations**- from Middle East Matters and Middle East Program, Fevereiro 13, (2017). Periódico. Disponível em: <https/cfr.org>

DEMANT, Peter. Com amigos assim, quem precisa de inimigos? Dois neo-realistas reduzem a amizade entre os EUA e Israel ao tráfico de influência. **Novos estud.** - **CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 75-101, Nov. 2006.

Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002006000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300004&lng=en&nrm=iso)>.

Acesso em: 30 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000300004>.

DEMANT, Peter. Desafios islamistas e respostas ocidentais: o debate sobre o islã e o Oriente médio nos EUA desde o 11 de setembro de 2001-**Carta Internacional**, março (2006). Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br>

DEYOUNG, Karen. **Trump agrees to an indefinite military effort and new diplomatic push in Syria, U.S. officials say.** *The Washington Post*, 06 set. 2018. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/national-security/in-a-shift-trump-approves-an-indefinite-military-and-diplomatic-effort-in-syria-us-officials-say/2018/09/06/0351ab54-b20f-11e8-9a6a-565d92a3585d\\_story.html?utm\\_term=.3d553bd2dbbc](https://www.washingtonpost.com/world/national-security/in-a-shift-trump-approves-an-indefinite-military-and-diplomatic-effort-in-syria-us-officials-say/2018/09/06/0351ab54-b20f-11e8-9a6a-565d92a3585d_story.html?utm_term=.3d553bd2dbbc)

Discurso de Donald Trump no Congresso Americano. **Fox News**. Março de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XgEeGDOzXso>

Discurso Truman, 28 de Outubro de 1948. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/history-and-overview-of-u-s-foreign-aid-to-israel>

DONNO, Antonio. Gli Stati Uniti, la Shoah e i primi anni di Israele (1938-1957). **Editora La Giuntina**, 1995. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=3RwKficqDy0C&pg=PA166&lpg=PA166&dq=primeiro+governo+de+eisenhower+israel+1953&source=bl&ots=KK0Tagcp4v&sig=H\\_Iyhsv3TjBIFVcEA9Qyc\\_kDoPE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjpgcX178\\_bAhXIE5AKHRPKAss4ChDoAQgnMAA#v=onepage&q=primeiro%20governo%20de%20eisenhower%20israel%201953&f=false](https://books.google.com.br/books?id=3RwKficqDy0C&pg=PA166&lpg=PA166&dq=primeiro+governo+de+eisenhower+israel+1953&source=bl&ots=KK0Tagcp4v&sig=H_Iyhsv3TjBIFVcEA9Qyc_kDoPE&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjpgcX178_bAhXIE5AKHRPKAss4ChDoAQgnMAA#v=onepage&q=primeiro%20governo%20de%20eisenhower%20israel%201953&f=false)

DOUTHAT, Ross. Obama the Theologian. *The New York Times*. Feb.7, 2015;



Dulles letter of August 1, 1958, quoted by Ben-Zvi, unpublished manuscript, Chapter 3, p. 76

DURKHEIM, Émile. **Sociologie et Philosophie**. Représentations individuelles et représentations collectives, 1898.

EGGEN, D (2002). ‘Alleged Remarks on Islam Prompt an Ashcroft Reply’, *The Washington Post*, 14 February, 2002.

Embaixada de Israel no Brasil, **Destaques históricos**, 2018. Acesso: <http://embassies.gov.il/brasil/AboutIsrael/history/Pages/Historia-Destaques-historicos.aspx>

Embaixada de Israel no Brasil, **Entre as Nações: América do Norte**, 2018. Acesso: <http://embassies.gov.il/saopaulo/AboutIsrael/AmongtheNations/Pages/ENTRE-NACOES-America-do-Norte.aspx>

Estados Unidos da América. Donald Trump. **Discurso de Posse**. Washington, 20 janeiro. 2017

Estados Unidos da América. Donald Trump. **Discurso para o Congresso Americano**. Washington, Março. 2017

FERABOLLI, Silvia. Relações Internacionais do mundo Árabe (1954-2004): O Desafios para a Realização da Utopia Pan-Arabista. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro v. 29, n 1, janeiro/ junho 2007, p 63-97. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a03v29n1.pdf>

Folha de S.Paulo- um jornal a serviço do Brasil. **Íntegra do discurso de Trump na ONU.** Setembro, 2017. Sao Paulo Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1919959-leia-a-integra-do-discurso-de-donald-trump-na-onu.shtml>

FONSECA, Carlos da. Deus está do nosso lado: excepcionalismo e religião nos EUA. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 29, n. 1, p. 149-185, June 2007 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292007000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000100005&lng=en&nrm=iso)>.access on 25 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000100005>.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso-Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro, (1970).** Edições Layola, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://campusbrev.es.ufpa.br>

FREILICH, Chuck. Trump Has No Coherent Strategy on Iran. Astonishingly, Nor Does Israel. **Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School.** June 2018. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/trump-has-no-coherent-strategy-iran-astonishingly-nor-does-israel>

FUKUYAMA, Francis. The end of history and the last man. 1992. **Editora Free Press**; Edição: Reissue, 1 de fevereiro de 2006.

GOMES, R. A questão da Palestina e a Fundação de Israel. **Universidade de São Paulo.** Departamento de Ciência Política. São Paulo. 2001.

HUCKABEE. EXCLUSIVE: Vice President Mike Pence Discusses Israel, The Economy & Our Military. 2018

Íntegra do Discurso de Posse de Donald Trump. **Portal G1**. Janeiro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/veja-integra-do-discurso-de-posse-de-donald-trump.ghtml>

Íntegra do Discurso de Donald Trump sobre ataque à Síria. **Folha de São Paulo**. Abril de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/04/leia-a-integra-do-discurso-de-donald-trump-sobre-o-ataque-a-siria.shtml>

State of Israel. David Ben-Gurion. **Israeli Declaration of Independence**, 1948

JONES, Emily. Mike Pence to CUFI: I Support Israel Because I Am a Christian. **CBN News**. 2017. Disponível em: <http://www1.cbn.com/cbnnews/world/2017/july/mike-pence-to-cufi-i-support-israel-because-i-am-a-christian-nbsp>

KRESCH, Daniela. Em Jerusalém, Trump visita muro das Lamentações e declara apoio a Israel. **Folha de S.Paulo**. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/05/1886250-em-jerusalem-trump-visita-muro-das-lamentacoes-e-declara-apoio-a-israel.shtml>

LAUB, Zachary. The Impact of the Iran Nuclear Agreement. **Council Foreign Relations**. May 2018. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/impact-iran-nuclear-agreement>

LANDER, Mark. Doadores evangélicos e pró-Israel pressionaram Trump sobre Jerusalém. *The New York Times*. Dezembro 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1941677-doadores-evangelicos-e-pro-israel-pressionaram-trump-sobre-jerusalem.shtml>

LEADERS, FAITH AND A FRIENDSHIP. **ABC News**. Aug. 2007

LIEBER, J. Robert - U.S.-Israel Relations Since 1948. **Middle East Review of International Affairs** Vol. 2, No. 3 (September 1998).

LOVIN, Robin W., Reinhold Niebuhr and Christian Realism, **Cambridge University Press**, 1995.

MANGALWADI, Vishal. **O livro que fez o seu mundo: como a Bíblia criou a alma da civilização ocidental.** – São Paulo: Editora VIDA. 2012

MATEO, Luiza Rodrigues. A direita cristã e a política externa norte-americana durante a administração W. Bush. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais-USP,**

Available

from:

<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000122011000300013&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300013&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 30 Aug. 2017.

MATEO, Luiza Rodrigues. **O lobby de Israel e o primeiro ano da administração Obama.** Acesso em: [ibri-rbpi.org](http://ibri-rbpi.org) Acesso em: 30 agosto 2017

MARSDEN, Lee, For God's Sake, **Edição ZED BOOKS London & New York**, 2008.

MARTINS, Filipe. Discursos de Trump e Netanyahu sobre o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel. **Senso Incomum.** Dezembro de 2017. Disponível em: <http://sensoincomum.org/2017/12/07/discursos-trump-netanyahu-jerusalem/>

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O Lobby de Israel. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 76, p. 43-73, nov. 2006.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-)

33002006000300003&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 30 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000300003>.

Mike Pence Speaks About Israel. 9 November. *Times of Israel*, 2016

MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações. 1948. **FUNAG, Editora Universidade de Brasília - UNB, São Paulo**, 2003. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/0179\\_politica\\_entre\\_as\\_nacoes.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf)

MURRAY, Michael. Rev. Billy Graham had counseled US presidents since Truman. **ABC News**. Feb 21, 2018. Disponível em: <https://abcnews.go.com/Politics/rev-billy-graham-counseled-president-truman/story?id=13583583>

NETO, Luiz Salgado – A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956), Dossiê de Guerras. Conflitos e Tensões, **REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 17 / JUL-DEZ, 2012**

Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a6.pdf>

NIEBUHR, Reinhold, Moral Man Immoral Society- A Study in Ethics and Politics, 1932.

NIEBUHR, Reinhold, The Children of Light and The Children of Darkness, 1944.

NIEBUHR, Reinhold, a protests against to dilemma's two horns, 1950.

NIEBUHR, Reinhold, American hegemony and the prospects for Peace, 1962.

NYE, Joseph S. Jr., *Cooperação e conflito nas relações internacionais*, **Editora Gente**, Cap.4

Opening ceremony of the US embassy in Jerusalem. **FOX News**. Maio 2018

Pew Research Center, 19 de julho de 2006, "**The U.S. Public's Pro-Israel History: In Mid-East Conflicts, Americans Consistently Side with Israel**"  
Disponível em: <http://pewresearch.org/obdeck/?ObDeckID=39>

PINTO, Maria do Céu Ferreira. O Processo de paz : análise histórica da política americana relativamente à questão Palestiniana. **Nação e defesa 1997**. Número 82, pp. 7-35. Disponível em: [comun.rcaap.pt](http://comun.rcaap.pt) Acesso em: 30 agosto 2017.

‘Prayer Changes Hearts’: President Trump Honors God’s Redemptive Work in Former Bank Robber’s Life. **CBN News**. Maio 4, 2018.

RAMPINLLI, Waldir José. Imperialismo: Ele ainda Existe?. **Projeto historia de São Paulo** n 38, p. 353-357, junho de 2009. Disponível em: [revistas.pucsp.br](http://revistas.pucsp.br)  
acesso em: 30 agosto 2017.

RASCOE, Ayesha; SPETALNICK, Matt. Casa Branca diz que Trump convidou Netanyahu para visitar Washington. **UOL notícias**. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2017/01/23/casa-branca-diz-que-trump-convidou-netanyahu-para-visitar-washington.htm>

REUTERS. **Trump Adviser Warns of Tougher Response if Syria Uses Chemical Weapons Again**. The New York Times. Sept. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/reuters/2018/09/10/world/europe/10reuters-mideast-crisis-syria-usa.html>

RUGGIE, J. (1998). What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. *International Organization*, 52(4), 855-885. doi:10.1162/002081898550770

SALEM, Paul. Syrian Chemical Attack: Impact on U.S. Policy. **Middle East Institute**. Abril de 2017. Disponível em: <http://www.mei.edu/content/syrian-chemical-attack-impact-us-policy>

SANGER, David E, ERLANGER, Steven. Trump is expect to leave Iran Deal, Allies say. *The New York Times*. May 7, 2018

SANTOS, Israel Ferreira. Religião & R.I: A Proteção Internacional do DH Fundamental de Liberdade de Religião e Convicção e a defesa soft do Governo Brasileiro. **Programa de pós –graduação em Relações Internacionais**. UnB, Brasília, 2015. Disponível em: [bdm.unb.br](http://bdm.unb.br) Acesso em: 30 agosto 2017

SHARP, M. Jeremy.US foreign aid Israel-**Congressional Research Service**. December 22, (2016). Disponível em: <https://fas.org>

SHEROUSE, Paul L., Christian Realism response to International terrorismo, **AIR University**, Abril, 2002.

SHERWOOD, Harriet. Barack Obama hails ‘eternal’ US-Israel aliançe at start of Middle East visit. *The Guardian*. 20 Mar, 2013.

SIMÕES, Leticia, ARMENDONE, Douglas. The Agent-Structure Problem in IR Theory.**Arauto Diplomático- Insights on International Relations**, junho 2, (2009) Disponível em: <https://dougruan.wordpress.com>

SPIEGEL, Steven L. *The Other Arab-Israeli Conflict: Making America's Middle East Policy, From Truman to Reagan*. **Chicago: University of Chicago Press**, 1985.

STRANG, Steve E. **God and Donald Trump**. Hardcover, November 7, 2017.

SUDRÉ, Lu. Entrevista Noura Erakat. **Carta Capital**, Junho de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/e-preciso-tomar-uma-posicao-moral-contr-o-aprtheid-israelense>

SUPPO, Rogério Hugo. *Quarta Dimensão Das Relações Internacionais As Relações Culturais (Cap. 1) O Papel Da Dimensão Cultural Nos Diferentes Paradigmas Das Relações Internacionais. Segunda edição. Rio de Janeiro. Contra capa, 2013. 313 Páginas.*

Trump has 'great relationship' with God. **CNN**. Jan 17, 2016.

Trump: 'In America we don't worship government, we worship God'. *The Washington Post*. Jul 1, 2017.

'There's Prayer on a Regular Basis in This White House': Mike Pence Reveals Faith Behind the Scenes. **CBN News**. Maio 4, 2018.

Trump Responds To Pope Saying He's 'Not Christian'[FULL RESPONSE]. **ABC News**. Fev 18, 2016.

Trump promete retorno a valores religiosos: 'Tempos estão mudando'. **ASSOCIATED PRESS. (OGlobo)**. Outubro, 2017.



The Return of U.S. Sanctions on Iran: What to Know. **Council Foreign Relations**. August 2018. Disponível em: <https://www.cfr.org/article/return-us-sanctions-iran-what-know>

TOCQUEVILLE, Alexis. **Democracy in America**, ed. J. P. Mayer. HarperPerennial, 1988. p. 590

Trump Approves Largest-Ever Aid Package to Israel. **BIN**. August 2018. Disponível em: <https://www.breakingisraelnews.com/112267/trump-largest-aid-package-israel/>

Trump withdraws US from Iran nuclear deal. **Fox News**. Maio de 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=826&v=ZiNxzrU3dmE](https://www.youtube.com/watch?time_continue=826&v=ZiNxzrU3dmE)

Um diálogo entre Einstein e Freud Por que a guerra? **Edição Fadisma**, Santa Maria, 2005.

VOGEL, Kenneth P.; SHOREY Rachel. Campanha para reeleição de Trump já levantou mais de R\$340 milhões. (original The New York Times) – **Folha de São Paulo**. Jul 16, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/campanha-para-reeleicao-de-trump-ja-levantou-mais-de-r-340-milhoes.shtml>

WEBER, Max. **On the Methodology of the Social Sciences**. 1949.

WENDT, Alexander- Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Vol. 46, No. 2 (Spring, 1992), pp. 391-425 Published by: The MIT Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706858>

WHITE HOUSE. 5 Things You Need to Know About the U.S.-Israel Relationship Under President Obama. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/blog/2015/03/01/5-things-you-need-know-about-us-israel-relationship-under-president-obama>>. Acesso em 01/06/2015.

WHITE HOUSE. National Security Strategy, 2002. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>

WHITE HOUSE. National Security Strategy, 2006. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/64884.pdf>

WHITE HOUSE. National Security Strategy, 2010. Disponível em: <http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf>

WHITE HOUSE. National Security Strategy, 2015. Disponível em: <http://nssarchive.us/wp-content/uploads/2015/02/2015.pdf>

WHITE HOUSE. National Security Strategy, Dec. 2017. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>

*No matter what anybody tells you,  
words and ideas can change the  
world. Dead Poets Society, 1989*